

**Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca -
ENSP/FIOCRUZ**

Riscos Percebidos e Vividos por Policiais Civis
Estudo Comparativo nos Municípios de Campos dos Goytacazes e do
Rio de Janeiro

Patrícia Constantino

2006

Riscos Percebidos e Vividos por Policiais Civis
Estudo Comparativo nos Municípios de Campos dos Goytacazes e do
Rio de Janeiro

Patrícia Constantino

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de doutor em Ciências.

Orientador: Maria Cecília de Souza Minayo

Rio de Janeiro,
Março de 2006

Riscos Percebidos e Vividos por Policiais Civis
Estudo Comparativo nos Municípios de Campos dos Goytacazes e do
Rio de Janeiro

Patrícia Constantino

Orientador: Maria Cecília de Souza Minayo

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública, ENSP/FIOCRUZ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovada por:

Dr. Marcos Luiz Bretas- IFCS/UFRJ

Dr. Jorge Coelho Soares- UERJ

Dr. Carlos Minayo Gomes- CESTE/ FIOCRUZ

Dra. Edinilsa Ramos de Souza- ENSP/FIOCRUZ

Suplente: Dra. Kathie Njaine

Suplente: Dra. Ariane Patrícia Ewald

Rio de Janeiro,
Marco de 2006.

AGRADECIMENTOS

À **CAPES** e à **FIOCRUZ** que me propiciaram a Bolsa , importante para a realização desta pesquisa;

À Maria Cecília de Souza Minayo, minha orientadora, com quem muito venho aprendendo ao longo de minha trajetória;

Aos chefes e gestores de Polícia de Campos dos Goytacazes por terem viabilizado a pesquisa na cidade;

A equipe do CLAVES pela amizade e possibilidade de aprendizado que vem me oferecendo nestes anos.

Agradeço especialmente a Simone Gonçalves de Assis, Edinilsa Ramos de Souza, Kathie Njaine e Suely Deslandes.

A equipe de estatísticos do CLAVES, em especial ao Cleber Nascimento pela sistematização e análise dos dados quantitativos, sem ele com certeza não conseguiria.

A Fátima Cristina Lopes dos Santos, bibliotecária do CLAVES pelo carinho com que organizou a bibliografia deste trabalho.

Ao Marcelo Pereira pelo cuidado na formatação deste trabalho.

À amiga Valéria Ramos de Oliveira pela colaboração neste percurso, exemplo de serenidade e seriedade.

Aos professores e membros da banca, Dr. Marcos Bretas, Dr. Jorge Coelho, Dr. Carlos Minayo e Edinilsa Ramos de Souza, pela paciência de ler o trabalho e pelas palavras e pareceres gentis e incentivadores.

Ao Júlio César Vasconcelos por ter a cada dia me mostrando que seria possível;

A minha família pelo carinho e incentivo;

Aos policiais que fizeram parte desse estudo, segue um agradecimento especial.

RESUMO

O objeto desta tese é a representação social de risco pelos policiais civis do município de Campos dos Goytacazes comparada à dos policiais civis do município do Rio de Janeiro. Utilizou-se como metodologia a triangulação de métodos. A pesquisa quantitativa foi composta de um questionário aplicado aos policiais do Município de Campos dos Goytacazes, similar ao utilizado com os policiais do Rio de Janeiro. O questionário contém questões relacionadas às condições de trabalho, saúde e qualidade de vida destes profissionais. Foram realizados 4 grupos focais com policiais das duas delegacias do Município estudado e 2 entrevistas com delegados, além da observação participante. Em relação à saúde, houve menos declarações de doenças tanto física quanto mental pelos policiais desta cidade e também uma melhor qualidade de vida pode ser percebida neste grupo. A percepção do risco entre os policiais de Campos dos Goytacazes é menos intensa do que a dos policiais da capital assim como a sua vivência. Constatou-se que os policiais da cidade do interior percebem a exposição ao risco, pela via do confronto armado, como parte integrante da identidade e qualificação profissional.

Palavras chaves: Polícia Civil, Risco, Saúde Pública.

ABSTRACTS:

The principal aim of this thesis is the social risk representation of the civil police officers of the Campos dos Goytacazes compared to the Rio de Janeiro civil police officers. The methodology used was a triangular contest of methods. The quantitative search was applied thru a similar questionnaire on officers of both cities. The survey has issues related to the work conditions, health and the quality of life of these officers. The sample focused 4 groups of police officers at two police stations of the cities studied and interview with two commission agents as well as a participant observation. Regarding the health outcomes of the workers of Campos de Goytacazes one can find less of physical and mental symptoms, and also a higher quality of life on this group. The risk perception of the police officers of Campos de Goytacazes is less intensive than the police officers of Rio de Janeiro. It was evidenced that officers of the small city perceive the expose risk for the way of the armed confrontation as an integrant part of the identity and professional qualification.

Key words: Civil Police officers, Risk, Public Health.

SUMÁRIO

	Página
Parte I – Apresentação-----	01
Introdução-----	01
Capítulo 1 – Material e Métodos-----	05
Parte II – Contextualização-----	17
Capítulo 2- Campos dos Goytacazes: cenário da pesquisa empírica-----	18
Capítulo 3 - Polícia Civil: discussão teórica, histórico e caracterização-----	47
3.1- História da Polícia Civil-----	51
3.2- Caracterização organizacional da Polícia Civil-----	56
Parte III- Perfil, Condições de Trabalho e de Saúde-----	70
Capítulo 4 – Perfil-----	70
Capítulo 5 – Condições de Trabalho-----	75
Capítulo 6- Condições de Saúde-----	90
Parte IV- Risco como Perigo e Prazer-----	105
Capítulo 7 - O Conceito de Risco-----	105
Capítulo 8 - Riscos percebidos e vividos pelos policiais civis-----	124
Conclusões-----	140
Bibliografia-----	143
Anexos	

ÍNDICE TABELAS

	página
Tabela 1: População residente segundo alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro – 2000-----	18
Tabela 2: População residente no Estado do RJ, Região Norte Fluminense e Campos dos Goytacazes, 1940-2000-----	19
Tabela 3: Taxa de urbanização do Estado do RJ, Região Norte Fluminense e Campos dos Goytacazes, 1940-2000-----	20
Tabela 4: Densidade demográfica do Estado do RJ, Região Norte Fluminense e Campos dos Goytacazes – 1940-2000-----	22
Tabela: 5 - Mortalidade por grandes grupos de causa, Campos dos Goytacazes, 2003-----	23
Tabela 6: Valor do rendimento nominal médio mensal-----	27
Tabela 7: Porcentagem da Renda Adequada por Extratos da População, 1991 e 2000-----	33
Tabela 8: Orçamento Municipal de Campos dos Goytacazes por Royalties de Petróleo, 1995-2003-----	34
Tabela 9: População residente e crimes registrados, segundo os principais tipos Campos dos Goytacazes, 2002 A 2005-----	41
Tabela 10: Estado do Rio de Janeiro e municípios do Rio de Janeiro e de Campos dos Goytacazes: número e taxa de homicídios dolosos - abr. de 2002 a set. de 2005-----	43
Tabela 11: Distribuição proporcional dos policiais segundo o índice de massa corporal-----	90
Tabela 12: Distribuição proporcional dos policiais segundo frequência de atividades físicas	91
Tabela 13: Problemas de saúde de policiais mais apresentados ou tratados no último ano---	92
Tabela 14: Distribuição proporcional dos policiais segundo o atendimento em serviços de ROTINA no último ano-----	93
Tabela 15: Distribuição proporcional dos policiais segundo os sintomas de sofrimento psíquico que ocorrem atualmente-----	99
Tabela 16: Distribuição proporcional dos policiais segundo consumo de tabaco-----	102
Tabela 17: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo consumo de álcool-----	103
Tabela 18: Distribuição proporcional dos policiais segundo consumo de outras substâncias	103
Tabela 19: Distribuição proporcional dos policiais segundo problemas decorrentes do uso de substâncias-----	104

Tabela 20: Distribuição proporcional dos policiais segundo mecanismos utilizados para interromper o consumo----- 104

Tabela 21: Distribuição proporcional dos policiais segundo os riscos sofridos durante o trabalho policial----- 131

ÍNDICE GRÁFICOS

	página
Gráfico 1: População residente, por situação do domicílio Campos dos Goytacazes, 1940-2000-----	21
Gráfico 2: Distribuição proporcional dos óbitos segundo principais grupos de causas, Campos dos Goytacazes, 1979-2001-----	24
Gráfico 3: Taxas Brutas de Natalidade e de Mortalidade por todas as causas Campos dos Goytacazes, 1985-2000	24
Gráfico 4: Taxa de mortalidade infantil no Estado do Rio de Janeiro e em de Campos dos Goytacazes, 1985-2000	25
Gráfico 5: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais, por situação do domicílio Estado, Região Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes – 2000-----	26
Gráfico 6: Distribuição percentual dos domicílios, por classe de rendimento nominal médio mensal da pessoa responsável-----	27
Gráfico 7: Distribuição do Emprego Formal por Atividades Econômicas Município de Campos dos Goytacazes– 2001-----	28
Gráfico 8: Distribuição do Número de Empregos por Faixa de Rendimento (em Salários Mínimos) e por Atividades Município de Campos dos Goytacazes – 2001-----	29
Gráfico 9: Distribuição do Número de Empregos por Grau de Instrução e por Atividades Município de Campos dos Goytacazes – 2001-----	30
Gráfico 10: Evolução do IDH-M para os municípios da Região Norte Fluminense, 1991 e 2000-----	31
Gráfico 11: Evolução da classificação dos municípios da Região Norte Fluminense no IDH-M – 1991e 2000-----	32
Gráfico 12: Evolução do Índice de Longevidade do IDH-M dos municípios da Região Norte Fluminense – 1991 e2000-----	35
Gráfico 13: Evolução do Índice de Educação do IDH-M dos municípios da Região Norte Fluminense – 1991 e 2000-----	36
Gráfico 14: Evolução do Índice de Renda do IDH-M dos municípios da Região Norte Fluminense – 1991 e 2000-	37
Gráfico 15: Evolução dos Índices de Desenvolvimento Humano Município de Campos dos Goytacazes – 1991/2000-----	38
Gráfico 16: Lesão corporal dolosa por 100.000 hab no Município de Campos dos Goytacazes-----	42
Gráfico 17: Média diária de homicídios dolosos no Estado e Município do Rio de Janeiro e Campos-----	43
Gráfico 18: Campos dos Goytacazes: incidência de apreensão de armas e de drogas-----	44
Gráfico 19: Vítimas de homicídios dolosos e pessoas desaparecidas-----	44

Gráfico 20: Prisões efetuadas pela polícia – Campos, Estado e Município do Rio de Janeiro-----	45
Gráfico 21: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo o sexo - RJ,2002 e Campos, 2004-----	71
Gráfico 22: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo faixa etária, RJ,2002 e Campos, 2004, -----	72
Gráfico 23: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo a escolaridade. RJ,2002 e Campos, 2004-----	73
Gráfico 24: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo a situação conjugal. RJ, 2002 e Campos, 2004--	74
Gráfico 25: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo o tempo de trabalho na polícia-----	75
Gráfico 26: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo a renda líquida na polícia-----	77
Gráfico 27: Distribuição dos policiais civis segundo condição de vida após ingressar na Polícia Civil-----	79
Gráfico 28: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo a suficiência e adequação da capacitação teórica e prática-----	81
Gráfico 29: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo o tempo de trabalho na polícia em horário noturno-----	83
Gráfico 30: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo o tempo que tirou férias na polícia-----	85
Gráfico 31: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo fatores protetivos e de desgaste-----	86
Gráfico 32: Distribuição proporcional do policiais civis segundo o grau de satisfação no relacionamento com pessoas de igual nível hierárquico-----	88
Gráfico 33: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo o grau de satisfação no relacionamento com pessoas de nível hierárquico superior-----	88
Gráfico 34: Sofrimento Psíquico- SRQ 20. RJ,2002 e Campos, 2004-----	100
Gráfico 35: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo apoio social-----	101
Gráfico 36: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo riscos de agressões. RJ, 2002 e Campos, 2004--	128
Gráfico 37:Distribuição proporcional dos policiais civis segundo riscos de acidentes. RJ, 2002 e Campos, 2004---	129
Gráfico 38:Distribuição proporcional dos policiais civis segundo ocorrências de risco na atividade atual-----	130

ÍNDICE QUADROS

	página
Quadro 1: Variáveis selecionadas pelo teste de qui-quadrado-----	12
Quadro 2: Variáveis independentes testadas nos modelos individuais segundo a presença do Risco Sofrido--	14
Quadro 3: Estrutura administrativa da Polícia civil-----	57
Quadro 4: Cargos permanentes da PCERJ, os requisitos para exercê-los e suas respectivas atribuições-----	58
Quadro 5: Efetivo Previsto e Existente no Estado do Rio de Janeiro-----	63
Quadro 6: Efetivo Existente, por Regiões e Tipos de Delegacias-----	64
Quadro 7: Variáveis associadas à Vivência de Risco.-----	139

PARTE I

Apresentação e Método

INTRODUÇÃO

O objeto desta tese é a representação social de risco pelos policiais civis do município de Campos dos Goytacazes comparada à dos policiais civis do município do Rio de Janeiro. Na medida em que o estudo das representações se fundamenta na dinâmica da realidade social, para realizar meu intento, apoiarei minha tese na análise das condições de trabalho e de saúde dos dois grupos. Têm-se como objetivos:

Investigar a percepção de riscos decorrentes das condições de trabalho e a relação com a saúde de policiais civis do Município de Campos dos Goytacazes – RJ e compará-los com a dos policiais civis do município do Rio de Janeiro.

- Investigar como os policiais percebem e vivenciam os riscos de sua profissão;
- Verificar se há diferenças sobre a visão de risco pelos policiais do sexo masculino e feminino;

Identificar os problemas de saúde que acometem os policiais civis desde a entrada na corporação;

- Investigar as condições de trabalho dos policiais civis;
- Comparar os resultados encontrados com os dados da pesquisa realizada com policiais civis do município do Rio de Janeiro;

A hipótese de meu estudo é que a vivência e a representação do risco advindo da atividade policial está relacionada com o campo de atuação destes policiais. Desta forma, considero que as percepções são diferenciadas em relação ao *risco e, à saúde* entre policiais da capital e do interior do Estado. Em consequência, a vivência cotidiana de prevenção e repressão à violência social (característica dos grandes

centros brasileiros) está relacionada à percepção acerca dos riscos e de seus efeitos no campo da saúde. Sendo assim esta hipótese se desdobra nas seguintes premissas:

- O índice de violência de uma cidade do interior é menor que o encontrado nos grandes centros, desta forma os policiais do município aqui estudado têm menos confronto com episódios desta natureza;
- Os policiais civis de Campos dos Goytacazes tendem a perceber e avaliar o risco profissional de uma maneira menos intensa que os policiais da Capital;
- O impacto da vivência do risco para a saúde física e mental, entre os policiais do Município estudado, é menor do que os encontrados entre os policiais civis do Rio de Janeiro.

A originalidade de minha proposta de estudo se desdobra em dois pontos. O primeiro está na investigação dos riscos percebidos e vivenciados pelos policiais civis que atuam num município específico, fora dos grandes centros urbanos, como é o caso do Município de Campos dos Goytacazes –RJ. O segundo é a realização de um processo comparativo entre este primeiro grupo e o policial civil do Município do Rio de Janeiro. No último caso os dados para proceder a comparação vieram de uma pesquisa do CLAVES, da qual participei, cujos resultados estão no livro *Missão Investigar*⁽¹⁾.

A concepção deste trabalho nasceu da necessidade de aprofundar questões levantadas em dois livros produzidos pelo Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde (CLAVES), nos quais fiz parte: *Fala Galera*⁽²⁾ e *Missão Investigar*⁽¹⁾. A pesquisa que deu origem ao livro constatou o recurso constante da violência por agentes policiais na abordagem de jovens e a imagem de medo e insegurança que eles despertam, não somente nesse grupo social, mas na população como um todo. A mesma pesquisa, em suas conclusões, aludiu ao fato de que o trabalho policial apresenta um alto grau de risco à vida, à saúde física e emocional, para as pessoas que o exercem. Detalha também a vivência de risco e condições de trabalho, saúde e qualidade de vida dos policiais civis da capital do Rio de Janeiro.

Para este estudo de representações, desdobrei minhas indagações, buscando investigar como os policiais percebem e vivenciam os riscos de sua profissão; identificar os problemas de saúde que os acometem desde a entrada na corporação; investigar suas

condições de trabalho e por fim, comparar os resultados encontrados em Campos dos Goytacazes com os dados da pesquisa realizada no município do Rio de Janeiro.

Minha tese privilegia a ótica da Saúde Pública. Por isso se distingue também dos estudos que tratam tradicionalmente, os problemas relacionados à Segurança Pública no Brasil ora como uma questão de soberania nacional e segurança interna, ora como um assunto de competência exclusiva das corporações policiais. Ambos os enfoques privilegiam e reivindicam, unicamente, os recursos e as intervenções provenientes das esferas federal e estadual, uma vez que são essas as instâncias responsáveis pelas forças armadas, pelas policiais e pelo sistema criminal. Frequentemente subestima-se a importância estratégica do poder municipal na produção de “segurança pública”. Muniz⁽³⁾ alerta que por mais e melhor que as polícias estaduais possam fazer, elas sozinhas são incapazes de responder às demandas específicas por segurança em tão diferentes realidades mesmo em um único Estado.

Ora, se os cidadãos vivem nas cidades então as questões associadas à insegurança só podem ser também experimentadas e resolvidas no âmbito das localidades⁽³⁾.

Se, por um lado, as agências policiais pertencem aos governos estaduais, por outro, uma parte expressiva dos instrumentos úteis e indispensáveis ao provimento da segurança pública está sob o controle do Município. Particularmente no campo da prevenção primária, as políticas municipais urbanas e sociais constituem a infra-estrutura da segurança pública as quais, por sua vez, operam como medidas auxiliares e complementares às ações de polícia. Os municípios possuem um vasto campo de atuação que não se restringe à criação das guardas municipais. Sendo assim, a realidade do Município diz muito sobre a segurança pública e sobre a polícia que se tem e o que dela se espera.

Neste sentido, o estudo comparativo das representações sociais da polícia civil de dois municípios - interior e capital - se justifica, evidenciando que a configuração da cidade influencia sobremaneira a visão destes profissionais sobre o seu trabalho, seus riscos e sua saúde.

A tese está organizada em quatro partes. Na primeira parte além desta introdução, apresento a metodologia quantitativa e qualitativa utilizada. Na segunda parte consta a contextualização do Município de Campos dos Goytacazes e da Polícia Civil. A terceira

e a quarta parte são compostas pelos resultados da pesquisa. Na parte 3 descrevo o perfil, as condições de trabalho e a saúde dos policiais comparando os trabalhadores do Rio de Janeiro e de Campos. Na parte quatro, foco central da tese, conceituo risco e faço uma análise comparativa dos riscos percebidos e vivenciados pelos policiais das duas cidades.

CAPÍTULO 1

Material e Métodos

Abordagem Quantitativa

Tendo em vista que a pesquisa com Policiais Civis do Município do Rio de Janeiro já está publicada, a discussão metodológica que aqui se processa diz respeito apenas à investigação realizada em Campos. Só falarei de ambos os grupos quando me referir ao processo de análise comparativa. Devo esclarecer também que os procedimentos metodológicos quantitativos e qualitativos foram semelhantes em ambos os casos, para permitir a comparação. Detalhamento sobre a metodologia utilizada no Rio segue em anexo. (anexo 1)

Esta seção está dividida em quatro tópicos. Quaisquer que sejam os resultados, acredito que sejam importantes, de um lado para verificar a amplitude de explicação da teoria e de outro para estimular testes futuros baseados na mesma teoria.

Os tópicos referentes aos dados e à análise descritiva das variáveis referentes aos policiais civis de Campos dos Goytacazes têm caráter exploratório e dizem respeito às informações empíricas utilizadas neste trabalho. Pretendo mostrar as características do *survey* utilizado, os objetivos, os procedimentos amostrais e as unidades de análise estudadas na parte *Dados*. A operacionalização das variáveis por tipo, um breve resumo das mesmas, bem como as modificações necessárias à sua utilização nos modelos estatísticos são apresentados no tópico denominado *Análise Descritiva das variáveis*. Em *Hipóteses*, como o próprio nome sugere, descrevo os pressupostos do trabalho e o que deles espero, com base na discussão teórica. Por fim, elaborei um tópico à parte para explicar os *Modelos Estatísticos* utilizados neste trabalho. Ressalto mais uma vez, que a definição dos modelos estatísticos utilizados baseou-se na discussão teórica.

a) Dados Quantitativos

Na presente investigação empírica são utilizados os dados dos Policias civis do

calculados a partir da probabilidade de inclusão de uma delegacia na amostra. Neste sentido, utilizou-se o programa estatístico SUDAAN versão 8.0.

a.1. Questionário:

O questionário utilizado foi similar ao que serviu ao estudo dos policiais civis do Rio de Janeiro⁽¹⁾ para garantir a comparabilidade, no entanto, algumas questões foram retiradas do questionário original por terem sido avaliadas como de pouca significância.

A versão final ficou constituída de 107 questões distribuídas em quatro blocos versando sobre: (1) características socioeconômicas; (2) qualidade de vida; (3) condições de trabalho; e (4) condições de saúde do policial. (anexo 2)

Ao questionário foram incorporadas algumas escalas previamente estruturadas e validadas: Escala de Apoio Social e SRQ20 (Self Report Questionnaire). A Escala de Apoio Social, desenvolvida por Sherbourne e Stewart⁽⁸⁾, possui dezenove itens relativos a apoio social e cinco concernentes a rede social. Na pesquisa foram utilizados apenas os itens referentes ao apoio social. A referida escala é constituída de cinco dimensões: emocional (mede o apoio recebido por meio da confiança, da disponibilidade em ouvir, compartilhar preocupações/medos e compreender seus problemas); de informação (mede o apoio por meio de sugestões de outros, bons conselhos, informação e conselhos desejados); material (mede a ajuda recebida caso a pessoa adoença, fique de cama, para levá-la ao médico, preparar refeições e executar tarefas positivas e diárias); afetiva (mede o apoio pela demonstração de afeto e amor, além de gestos como dar um abraço); e de interação positiva (mede a capacidade de inter-relação, de ter alguém para se divertir em grupo, relaxar, fazer coisas agradáveis e distrair a cabeça). Cinco escores são obtidos, um para cada dimensão.

As perguntas são introduzidas pela frase “se você precisar...”, seguida pelo tipo de apoio. As opções de resposta são apresentadas da mesma forma para todos os itens: nunca, raramente, às vezes, quase sempre, sempre. A validade de face e a de conteúdo dos itens foi considerada adequada pelos investigadores do Estudo do Pró-Saúde⁽⁸⁾. Quanto à validade de construto, Sherbourne e Stewart⁽⁸⁾ identificaram uma alta correlação entre as dimensões de apoio social e outros conceitos que, teoricamente, estão relacionados, como solidão (correlação negativa), boa dinâmica familiar, conjugal e saúde mental (correlação positiva). Os autores originais também observaram bons resultados em relação à consistência interna (Alfa de Cronbach superior a 0,91) e à

estabilidade das medidas após um ano (acima de 0,72), para as dimensões de apoio social.

A Escala de Apoio Social foi adaptada para a população brasileira por Chor et al.⁽⁸⁾. Participaram deste estudo 200 funcionários administrativos contratados por uma instituição pública do Rio de Janeiro. Os autores verificaram uma proporção muito pequena de itens não respondidos, o que lhes sugeriu compreensão das perguntas formuladas. Além disso, o coeficiente de Pearson (indicador de validade de discriminação, que avalia a capacidade dos itens para medir o apoio social, e não qualquer outro conceito) não se aproximou de zero ou da unidade com muitos outros itens. Os coeficientes Alfa de Cronbach foram eles: 0,81, 0,89, 0,89, 0,93, 0,76, respectivamente, para as dimensões de apoio afetivo, emocional, de informação, de interação positiva e material.

A avaliação da saúde mental dos policiais foi executada por meio da aplicação de uma escala chamada Self-Reported Questionnaire — SRQ20, desenvolvida por Harding et al.⁽⁹⁾, que mede a existência de sofrimento psíquico ou de distúrbios psiquiátricos menores entre a população. O questionário, originalmente, possuía 24 perguntas: vinte referentes a distúrbios não-psicóticos e quatro sobre distúrbios psicóticos. Várias versões do SRQ20 surgiram em diversas línguas, inclusive no Brasil^(9,10,11,12,13) demonstrando bons índices de confiabilidade e validade da escala: entre 73% e 93% para sensibilidade; entre 72% a 89% para especificidade; e a taxa de erros de classificação ficou entre 18% e 24%. A versão aplicada no Brasil foi validada por Mari e Williams⁽¹⁴⁾, que observaram sensibilidade de 83%, especificidade de 80% e 19% de erros de classificação.

O ponto de corte proposto para a escala é de 7/8, homem e mulher, respectivamente. Cada ponto equivale à resposta positiva sobre uma pergunta relativa ao estado de “sofrimento psíquico”. São elas: sofrer de dor de cabeça freqüente; ter falta de apetite; dormir mal; assustar-se com facilidade; apresentar tremores nas mãos; ficar nervoso, tenso ou agitado; sofrer má digestão; sentir dificuldade de pensar com clareza; sentir-se triste; chorar facilmente; apresentar dificuldades em realizar tarefas diárias com satisfação; ter dificuldades em tomar decisões (ser indeciso); vivenciar dificuldades no serviço; sentir-se incapaz de realizar algo útil; perder o interesse pelas coisas; sentir-se inútil; pensar em suicídio; apresentar desconforto estomacal; sentir cansaço constante; e cansar-se com facilidade.

Esta escala possui vinte itens medindo sofrimento psíquico (distúrbios não psicóticos). O Alpha de Cronbach, encontrado no presente estudo, é de 0,809 e para o estudo realizado no Rio encontrou-se 0,850, confirmando que os itens indicam uma única característica.

a.2. Contatos institucionais em Campos dos Goytacazes - Nos meses de fevereiro e março de 2004, realizei os primeiros contatos com os setores da Polícia Civil de Campos dos Goytacazes visando à autorização para realizar o estudo. A princípio me foi comunicado que apenas uma autorização oficial da chefia da Polícia Civil do Estado viabilizaria o trabalho. Agendei uma reunião com o diretor CRPI- Comando Regional da Polícia do Interior, que solicitou um ofício da instituição responsável pela pesquisa para sua melhor apreciação. Esse diretor autorizou o trabalho que se iniciou em março de 2004. Meu primeiro passo foi buscar o policial responsável pelo departamento de pessoal em cada uma das delegacias para ter precisão do número real de policiais lotados em cada uma delas. O montante nas duas delegacias era de 100 policiais. Foram realizadas duas reuniões, com os delegados onde explicitiei os objetivos do trabalho. Não houve nenhum tipo de resistência ao estudo por parte desses gestores. Pelo contrário, ambos se mostraram bastante disponíveis a ajudar, o que facilitou muito o trabalho de campo.

a.3.O trabalho de campo

Iniciei o trabalho de campo em março de 2004 e concluí em julho de 2004. Primeiramente fui às delegacias em horários diferenciados e passei a explicar, um por um dos policiais, os objetivos do trabalho. Depois lhes entregava o questionário junto com o documento que lhes pedia o consentimento livre e esclarecido. Essa estratégia, pensada por mim inicialmente, não foi a mais indicada. O movimento nas delegacias é intenso e era difícil conseguir a atenção dos policiais. Pensei em uma segunda forma de aplicação, sugerida pelo delegado: passar um número determinado de questionários para os chefes de equipe e estes se encarregarem de aplicá-lo. Essa maneira também não apresentou bom retorno e, para mim, ficava difícil saber se um questionário, devolvido em branco, havia sido aplicado ou se houve recusa de quem o recebeu para preencher. Resolvi então fazer uma reunião com cada equipe na delegacia. Nessa reunião explicava novamente os objetivos do trabalho assim como a importância da participação. Entregava então o questionário e marcava o dia de devolução, controlando tudo numa

planilha. O empenho dos delegados foi de suma importância para a realização de todo esse processo.

b) Preparação e Processamento do Banco de Dados

Para o processamento das informações foi criado um banco de dados, no programa Epi-Data versão 3.0. A fim de minimizar os erros na fase de digitação e agilizar o processamento dos dados, foram cumpridas quatro etapas: codificação, digitação, correção e análise. A primeira fase neste processo consistiu em preparar o questionário tornando-o claro, objetivo e inteligível para os digitadores. Nesta etapa, o código ou valor de cada variável foi destacado. Esse estágio fez-se imprescindível, visto que evitou, além dos erros de digitação, a perda de tempo provocada comumente por incompreensão das respostas a serem processadas.

Paralelamente, outros procedimentos foram realizados visando à minimização de problemas comumente apresentados no processamento: o desenvolvimento da máscara do questionário, para a entrada dos dados e a criação de um programa para estabelecer os valores válidos para cada questão. Com esse programa, nenhum valor, fora do intervalo de valores que representavam as categorias das variáveis, foi aceito no momento da digitação, o que permitiu garantir apenas as alternativas de respostas pré-estabelecidas.

Em seguida foi feita a crítica dos dados para se localizarem inconsistências, comparando-se as respostas de questões que se relacionavam de maneira lógica. Na fase de análise os bancos foram convertidos para o software SPSS versão 8.0, para melhor manipulação dos dados e criação de alguns indicadores.

c) Análise Descritiva das variáveis

c.1) A variável dependente

A principal medida utilizada neste trabalho é a de risco sofrido, construída a partir de questões existentes na pesquisa de Condições de Trabalho e Saúde dos Policiais Civis. O indicador aqui adotado busca mensurar as situações adversas vividas pelos policiais em seu exercício profissional. É importante ressaltar que a informação sobre este item

foi auto-referida e que as categorias utilizadas obedeceram ao seguinte padrão de classificação: ausência e presença de risco, de acordo com a soma dos escores alcançada independente do contexto de ocorrência. Se o policial reportasse não ter vivenciado nenhuma das situações descritas, sua resposta era codificada como ausência; caso contrário, a codificação recebida era a de presença de risco.

c.2) As variáveis independentes

As variáveis independentes utilizadas no estudo dizem respeito às características agrupadas em quatro níveis ou blocos de abordagem teórica (*Perfil, Lazer/comunidade, Condições de saúde e Condições de trabalho*). Foram testadas 24 variáveis independentes (ou explicativas), selecionadas pelo teste qui-quadrado ao nível de 5% (com exceção da variável cidade – Rio de Janeiro ou Campos dos Goytacazes – descritas no quadro a seguir:

Quadro 1: Variáveis selecionadas pelo teste de qui-quadrado ao nível de significância de 5%, de acordo com o nível de abordagem teórica.

Nível	Variável
Perfil	Tempo de serviço na polícia
	Escolaridade
	Renda Líquida na Polícia
Lazer	Lazer Domiciliar
Saúde	Sofrimento Psíquico
	Apoio Afetivo e Interação Positiva
	Apoio Material
	Ser fumante
	Sofrer úlcera
	Sofrer gastrite crônica
	Ter indigestão freqüente
	Tomar tranquilizantes, ansiolíticos, calmante ou antidiabético
	Ter problema com a família depois de beber
	Ter problema de saúde depois de beber
	Ter dificuldade na relação sexual depois de beber
	Deixar de usar preservativo nas rel. sexuais depois de beber
	Ter problema de saúde depois de beber
	Ter problema de agressividade depois de beber
	Precisar ingerir bebida alcoólica em decorrência do estresse
Trabalho	Exercer o trabalho para o qual foi treinado
	Realizar outra tarefa imediatamente após o plantão
	Exercer outra atividade remunerada
	Sofrer estresse intenso causado pelo trabalho

De acordo com Siegel⁽⁵⁾, o teste Qui-quadrado é usado para analisar associação entre variáveis em tabelas de contingência, permitindo também avaliar o grau e a significância da associação encontrada. O teste de independência Qui-quadrado testa a hipótese de independência entre categorias de respostas de duas variáveis, sendo consideradas dependentes quando o *p-valor* obtido no teste é menor do que o nível de significância adotado (5%).

Para a estimação dos modelos estatísticos, optei por considerar resultados tanto em nível individual quanto nos blocos de abordagem teórica, anteriormente definidos. A abordagem individual visou avaliar a relação entre cada variável independente e o risco sofrido pelo policial em seu exercício profissional. No caso da abordagem por meio de blocos de relevância, busquei verificar a contribuição de cada variável do respectivo nível no modelo (modelo saturado).

d) Modelos estatísticos

Esperei encontrar um grupo maior de variáveis relacionadas ao risco sofrido no bloco de *Condições de trabalho*, razão pela qual este bloco foi configurado para ser o último testado no modelo. No mesmo sentido, a variável “cidade” foi a última variável testada na abordagem individual e alocada no bloco de *Condições de trabalho*.

Segundo Kleinbaum⁽⁶⁾, a maioria dos estudos epidemiológicos gera dados cuja resposta para cada indivíduo é binária, ou seja, pode assumir apenas dois valores, geralmente representados por 0 e 1.

O autor comenta que, no campo da epidemiologia, a função *logit* tem sido muito utilizada porque suas propriedades teóricas são mais simples. Além disso, sua interpretação é de fácil entendimento, como sendo o logaritmo da razão de chances (*odds ratio*). A razão de chances de um evento pode ser definida como sendo o quociente entre a probabilidade de que o dado evento ocorra e seu complementar.

A técnica utilizada para estimar os parâmetros de uma equação do modelo de regressão logística é o método de estimação de máxima verossimilhança. Dado o vetor $Y = Y_1, \dots, Y_n$ de resultados e o vetor de coeficientes β , a função de máxima verossimilhança da amostra de N observações é dada por:

$$L(Y, \beta) = \prod_{i=1}^N \pi_i^{Y_i} (1 - \pi_i)^{1 - Y_i}.$$

De acordo com Hosmer & Lemeshow⁽⁷⁾, ao contrário do modelo linear, as equações obtidas neste processo de maximização requerem métodos iterativos e o mais comum utilizado é o método de Newton-Raphson.

Após a estimação dos parâmetros, deve-se investigar a significância estatística dos mesmos. A referida significância baseou-se no teste de *Wald*, o qual é obtido pela comparação do coeficiente estimado e seu respectivo erro padrão, para comparação de seu valor obtido com valores tabulados de acordo com o nível de significância.

d.1) Análise Individual

Dando continuidade a discussão anterior, estimei um modelo de regressão logística para verificar a significância de cada variável isoladamente. No quadro 2 são mostrados os resultados dos modelos de regressão logística individuais para cada uma das variáveis

explicativas que entraram no modelo inicial e que serviram de base para a avaliação geral das variáveis relacionadas ao risco sofrido.

Quadro 2: Variáveis independentes testadas nos modelos individuais segundo a presença do Risco Sofrido.

MODELOS INDIVIDUAIS EM RELAÇÃO A PRESENÇA DE RISCO SOFRIDO	Teste de Wald
Perfil	
TEMPO NA POLÍCIA	0,1504
ESCOLARIDADE	0,0006
RENDA	0,0321
Lazer/Comunidade	
LAZER DOMICILIAR	0,0004
Condições de Saúde	
SOFRIMENTO PSÍQUICO	0,0000
APOIO AFETIVO E INTERAÇÃO POSITIVA	0,0350
APOIO MATERIAL	0,0573
FUMANTE	0,0373
TOMOU TRANQUILIZANTE, ANSIOLÍTICO, CALMANTE OU ANTIDISTÔNICO	0,0027
DEPOIS DE BEBER, JÁ TEVE PROBLEMAS COM A FAMÍLIA	0,0384
DEPOIS DE BEBER, JÁ TEVE PROBLEMAS DE SAÚDE	0,0017
DEPOIS DE BEBER, JÁ TEVE DIFICULDADE NA RELAÇÃO SEXUAL	0,0524
DEPOIS DE BEBER, JÁ DEIXOU DE USAR PRESERVATIVO NA REL. SEXUAL	0,0035
DEPOIS DE BEBER, JÁ TEVE PROBLEMA EMOCIONAL	0,0695
DEPOIS DE BEBER, JÁ TEVE PROBLEMA DE AGRESSIVIDADE	0,0021
JÁ PRECISOU INGERIR BEBIDA ALCOÓLICA EM DECORRÊNCIA DO ESTRESSE GERADO PELA ATIV. POLICIAL	0,0000
JÁ TEVE ÚLCERA	0,0214
JÁ TEVE GASTRITE CRÔNICA	0,0170
JÁ SOFREU INDIGESTÃO FREQUENTE	0,0337
Condições de Trabalho	
EXERCE O TRABALHO PARA O QUAL FOI TREINADO	0,0011
REALIZA OUTRA TAREFA IMEDIATAMENTE APÓS O PLANTÃO	0,0000
EXERCE OUTRA ATIVIDADE REMUNERADA	0,0015
SEU TRABALHO LHE CAUSA ESTRESSE INTENSO	0,0005

d.2) Análise por Blocos

Em todas as configurações, a estatística de teste de perda de ajuste de Hosmer & Lemeshow⁽⁷⁾ foi calculada, indicando um modelo com melhor poder de explicação quando o p-valor é próximo de 1 e por conseguinte a rejeição da hipótese nula.

Abordagem qualitativa

A pesquisa sobre a Polícia Civil do Município do Rio de Janeiro partiu de instrumentos qualitativos que visavam à triangulação a partir de múltiplos informantes, observadores e tecnologias de aproximação e compreensão da realidade. Segui o mesmo rumo na pesquisa sobre os Policiais Cíveis de Campos. A elaboração dos roteiros seguiu também a mesma lógica pois eu tinha em mente comparar as informações a respeito das questões sobre risco.

Também o resultado da pesquisa realizada no Rio de Janeiro serviu de base para a construção dos roteiros para a cidade de Campos dos Goytacazes.

Em ambas as pesquisas foram incluídos nos roteiros as seguintes temáticas: condições de trabalho e sua relação com a saúde; riscos e estratégias para lidar com estes riscos; e reconhecimento do trabalho policial atribuído pela sociedade e pela própria instituição. A fim de facilitar a análise comparada, o roteiro dos gestores teve a mesma base de conteúdo que o dos policiais. (anexo 3)

Nos dois estudos foram usadas três técnicas: grupo focal, entrevista individual e, de forma complementar, observações de campo.

Grupo focal é uma técnica de entrevista direcionada a um grupo organizado a partir de determinadas características identitárias, visando a obter informações qualitativas orientadas por um determinado quadro teórico de referência⁽¹⁵⁾. Como preconiza a técnica, em cada sessão foi colocado um moderador (que introduziu as regras do encontro, animou o debate e buscou estabelecer a participação mais equitativa possível entre os membros do grupo). Também foi designado um relator que, além de fazer o registro, checkou com o grupo a síntese das opiniões, os pontos consensuais e os principais conflitos, além de tirar dúvidas sobre os depoimentos apresentados^(16.17).

As entrevistas foram organizadas de forma semi-estruturada, pautadas por um roteiro, porém levando em conta a interação entre entrevistado e pesquisador, permitindo o aprofundamento de assuntos e pontos de vista. A observação de campo constituiu-se como um aporte complementar que ocorria na visita às delegacias, no tempo de espera para alguma conversa e na atenção que passei a dar no modo de atuar e se comportar dos policiais civis de Campos.

Sujeitos envolvidos — Foram realizadas em Campos, 2 entrevistas com gestores-delegados das duas delegacias e quatro grupos focais – 2 em cada delegacia.

Nos grupos focais, foram ouvidos 32 profissionais (vinte e sete homens e cinco mulheres). A predominância masculina é uma realidade da própria corporação, apesar de em Campos haver cerca de 15% do efetivo composto por mulheres.

Processamento dos dados e tecnologias de análise

O processamento e a interpretação dos dados qualitativos foram efetuados a partir do enfoque da análise temática, seguindo a perspectiva da análise de conteúdo de Bardin⁽¹⁸⁾ em sua versão adaptada por Minayo⁽¹⁹⁾. Todas as falas relativas às entrevistas e aos grupos focais foram transcritas, seguindo o mesmo padrão e sendo devidamente checadas quanto à fidedignidade do relato oral.

Utilizei como código de identificação para os relatos GF para Grupo Focal, 1 e 2 para o número do grupo; DL 1 e 2 para identificação da delegacia e Del, para a fala do delegado.

Foram identificados e confrontados os núcleos de sentido e suas autorias (se provenientes dos relatos dos gestores, dos policiais ou de ambos). A partir daí, foi elaborada a comparação entre a percepção dos policiais do Rio de Janeiro e a dos policiais de Campos. As interpretações foram enriquecidas pelo debate com a literatura brasileira e internacional sobre vivências e percepções de risco na atividade policial.

Em todos os casos, houve permissão para gravar os depoimentos. O termo de consentimento livre e esclarecido foi apresentado e assinado por cada um dos participantes (anexo 3), conforme preconiza a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

PARTE II

Contextualização

Nesta parte busquei contextualizar o espaço social de Campos dos Goytacazes, entendendo que o papel da Polícia Civil se realiza sempre em um contexto específico em que as pessoas vivem, cumprem as leis e em que os oficiais de segurança buscam manter a ordem e inibir a criminalidade. Esse espaço social é historicamente dinâmico, contendo em si, os elementos dos quais brotam o desenvolvimento humano e os conflitos. Serei descritiva nesta contextualização mostrando que Campos, o maior município fluminense tem uma área total de 4.040 quilômetros quadrados, correspondentes a 41,4% da área da Região Norte Fluminense e uma população de 406.989 habitantes, correspondentes a 58,2% do contingente da Região Norte Fluminense, com uma proporção de 93,5 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica é de 103 habitantes por km², contra 74 habitantes por km² de sua região. O município apresentou uma taxa média geométrica de crescimento, no período de 1991 a 2000, de 0,88% ao ano, contra 1,49% na região e 1,30% no Estado. Sua taxa de urbanização corresponde a 89,5% da população.

CAPÍTULO 2

Campos dos Goytacazes - Cenário da Pesquisa Empírica

2.1. População

Segundo o último Censo Demográfico, realizado pelo IBGE, a população do Município de Campos dos Goytacazes, em 2000, era de 406.989 habitantes, a oitava maior do Estado e a maior fora da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, conforme podemos observar na tabela 1.

Tabela 1: População residente segundo alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro – 2000

Município	População
Rio de Janeiro	5.857.904
Nova Iguaçu	920.599
São Gonçalo	891.119
Duque de Caxias	775.456
Niterói	459.451
São João de Meriti	449.476
Belford Roxo	434.474
Campos dos Goytacazes	406.989

Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 2000

Campos, como demonstra a tabela 2, sempre ocupou a posição de maior município do interior fluminense e, até finais da década de 50 detinha a maior população dentre todos os municípios do Estado, excetuando-se a Capital.

Tabela 2: População residente no Estado do RJ, Região Norte Fluminense e Campos dos Goytacazes, 1940-2000

Município	Rio de Janeiro	Região Norte Fluminense	Campos dos Goytacazes
1940	3.611.998	344.053	180.677
1950	4.674.645	365.809	200.327
1960	6.709.891	431.424	246.865
1970	8.994.802	471.038	285.440
1980	11.291.520	514.644	320.868
1991	12.807.706	611.576	376.290
2000	14.391.282	698.783	406.989

Fonte: IBGE, Censos Demográficos-1940-2000

A evolução das principais características desta população, bem como sua distribuição distrital pode ser verificada nas tabelas e gráficos adiante.

2.2- Distribuição Espacial

Ainda recuperando a série histórica dos censos demográficos, pode-se apresentar a população, segundo a situação do domicílio, urbana ou rural. A taxa de urbanização do Estado do Rio de Janeiro, da Região Norte Fluminense e de Campos dos Goytacazes pode ser visualizada na tabela 3.

Tabela 3: Taxa de urbanização do Estado do RJ, Região Norte Fluminense e Campos dos Goytacazes, 1940-2000

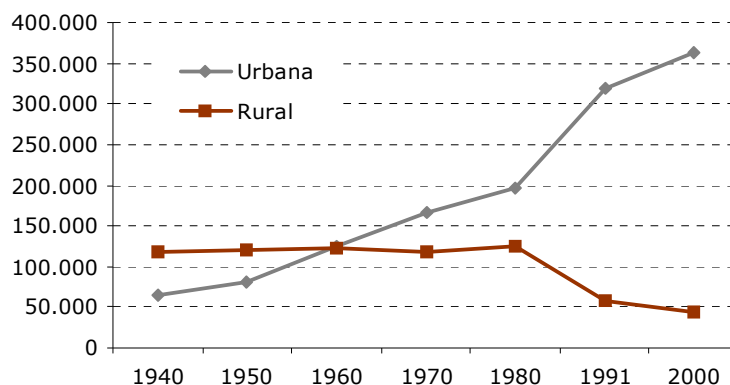
Ano	Estado	Região Norte Fluminense	Campos dos Goytacazes
1940	61,2	26,8	35,3
1950	72,6	30,1	39,8
1960	79,0	40,4	50,5
1970	87,9	51,0	58,6
1980	91,8	58,4	60,9
1991	95,3	79,2	84,5
2000	96,0	85,1	89,5

Fonte: IBGE, Censos Demográficos-1940-2000

Com relação à urbanização, verifica-se um acelerado processo no Município de Campos dos Goytacazes, aproximando-se rapidamente da média estadual. Ainda assim, em 2000, ali estava o maior contingente de população rural do Estado (cerca de 43 mil habitantes), detendo a menor taxa de urbanização entre os 12 maiores municípios do Estado.

No gráfico 1 é possível identificar claramente o período correspondente à década de 80 em que a população rural do município apresentou uma queda acentuada (54%), e ao mesmo tempo, um crescimento significativo da população urbana, coincidindo com um expressivo fluxo migratório rural-urbano, provavelmente associado à crise do setor sucro-alcooleiro.

**Gráfico 1: População residente, por situação do domicílio
Campos dos Goytacazes, 1940-2000**



Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 2000

Esse aumento da urbanização, não seguido de adoção de políticas sociais adequadas, é um dos fatores que se associa à violência social como chamam atenção Cano & Santos⁽²⁰⁾:

A descoberta de que a urbanização parece ser um fator chave de influência, junto ao efeito inequívoco da renda das vítimas sobre as taxas de homicídio dentro das cidades, ressalta a questão da pobreza urbana como fator determinante da violência. Poderia ser uma combinação de fatores- urbanização rápida sem serviços sociais, pobreza, falta de controle social e anonimato, desigualdade, falta de oportunidade para a juventude- o que provocaria, nas cidades, altos níveis de violência (p. 85)

Podemos constatar na tabela 4 que embora seja o maior município do Estado em área terrestre e tenha extensas áreas rurais, Campos dos Goytacazes tem a segunda maior densidade demográfica das Regiões Norte e Noroeste do Estado (depois de Macaé, com elevada taxa de crescimento na última década). Isto significa que apresenta uma elevada concentração populacional, principalmente nas áreas urbanas. Esta concentração é, evidentemente, muito inferior à média estadual (a maior dos estados brasileiros), extremamente influenciada pela Região Metropolitana.

Tabela 4: Densidade demográfica do Estado do RJ, Região Norte Fluminense e Campos dos Goytacazes – 1940-2000

Ano	Rio de Janeiro	Região Norte Fluminense	Campos dos Goytacazes
1940	82,3	35,2	44,7
1950	106,6	37,5	49,6
1960	153,0	44,2	61,1
1970	205,1	48,2	70,6
1980	257,4	52,7	79,4
1991	292,0	62,6	93,1
2000	327,5	71,4	100,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos-1940-2000

2.3. Mortalidade

Em 2003 foram registrados, no Município, cerca de 3 mil duzentos e sessenta e nove óbitos, o que corresponde a uma taxa de mortalidade em torno de 7,8 por 1.000 habitantes, mantendo a tendência de queda. É possível destacar o perfil desses óbitos na tabela 5.

Tabela: 5 - Mortalidade por grandes grupos de causa, Campos dos Goytacazes, 2003

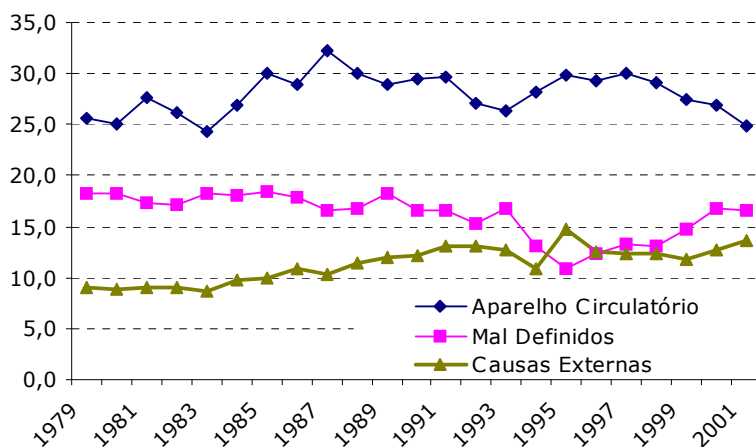
Capítulo CID-10	Total		até 4		5 a 14		15 a 34		35 a 64		+ de 65		
	Total	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	3269	1873	1396	111	89	14	14	273	80	670	406	805	807
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	150	88	62	12	5	0	3	14	7	42	16	20	31
II. Neoplasias (tumores)	377	193	184	2	0	1	2	10	11	86	91	94	80
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imun	26	10	16	2	2	0	2	2	2	2	1	4	9
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metab	219	108	111	2	1	0	1	5	4	45	35	56	70
V. Transtornos mentais e comportamentais	8	7	1	0	0	0	0	0	0	5	1	2	0
VI. Doenças do sistema nervoso	34	22	12	2	1	0	0	5	0	6	5	9	6
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
IX. Doenças do aparelho circulatório	824	415	409	0	1	0	0	8	10	144	119	263	279
X. Doenças do aparelho respiratório	329	191	138	8	4	1	1	5	2	45	25	132	106
XI. Doenças do aparelho digestivo	104	63	41	0	0	0	0	3	2	34	13	26	26
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	6	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec. conjuntivo	6	1	5	0	0	0	0	0	1	0	2	1	2
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	59	36	23	0	0	0	1	3	2	11	5	22	15
XV. Gravidez parto e puerpério	7	0	7	0	0	0	1	0	4	0	2	0	0
XVI. Algumas afec originadas no per perinatal	115	56	59	56	59	0	0	0	0	0	0	0	0
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromos	20	10	10	9	7	1	1	0	1	0	0	0	1
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	514	286	228	13	4	1	0	12	7	112	61	148	156
XX. Causas externas de morbidade e mort	470	387	83	5	5	10	1	206	27	138	30	28	20

As causas externas (basicamente homicídios e acidentes de trânsito), que tiveram participação crescente até meados da década de 90 representam, desde então, cerca de 12,5% do total de óbitos (no Estado são cerca de 15%).

A principal causa de óbito, com 24,8% dos óbitos registrados em 2001, refere-se a infartos e outras doenças do coração. No Estado foram 28,8%. Chama atenção o grupo das Causas externas, que se configura como 3ª causa de morte em todas as idades e a 1ª causa para a população de 15 a 34 anos.

A tabela adiante apresenta a distribuição dos óbitos por grupos de idade, sexo e grupos de causa para o último ano disponível (2001). A figura a seguir, mostra a evolução da participação dos principais grupos de causa no Município, desde a década de 80. O grupo das causas mal definidas é alto, sugerindo dentre outros problemas, falhas da notificação e uma gestão que não vem priorizando um planejamento informado.

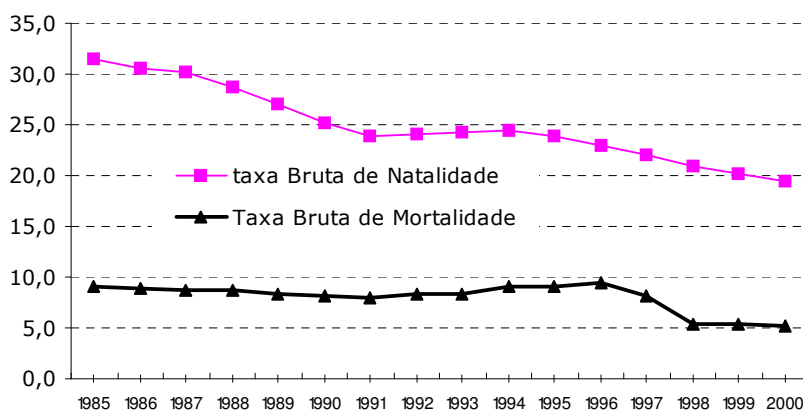
Gráfico 2: Distribuição proporcional dos óbitos segundo principais grupos de causas, Campos dos Goytacazes, 1979-2001



Fonte: SIM

O gráfico 3 mostra a comparação entre as taxas brutas de natalidade e mortalidade de 1985 a 2000. Observa-se uma tendência de queda da taxa de natalidade, resultado da queda da fecundidade das mulheres fluminenses e uma suave queda da taxa de mortalidade em 1997 e 1998. No balanço das duas taxas verifica-se que o crescimento vegetativo da população tem ganhado participação no crescimento total.

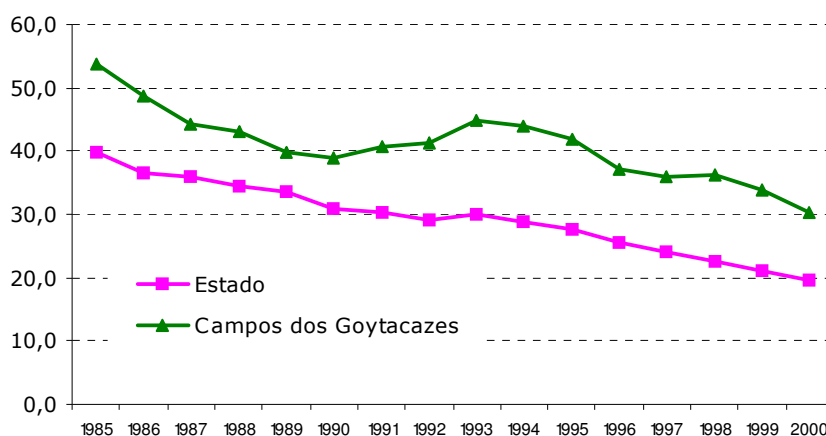
Gráfico 3: Taxas Brutas de Natalidade e de Mortalidade por todas as causas Campos dos Goytacazes, 1985-2000



Fonte: SIM

A taxa de mortalidade infantil teve trajetória de queda, registrando menos de 20 óbitos de menores de 1 ano para cada grupo de 1.000 nascidos vivos, como pode ser visto no gráfico 4. Essa taxa, ainda alta para os padrões internacionais, representa uma redução de 43,6% em 15 anos. No Estado a queda no período foi de 50,5%.

Gráfico 4: Taxa* de mortalidade infantil no Estado do Rio de Janeiro e em de Campos dos Goytacazes, 1985-2000



(*) Taxa por 1000 nascidos vivos
 Fonte: SIM

2.4. Instrução

O gráfico 5 apresentam as taxas de alfabetização para a população residente de 15 anos ou mais de idade. É evidente a relação existente entre essa taxa e a de urbanização. Entretanto, vale observar que as taxas de alfabetização no Município de Campos são inferiores às da média estadual mesmo quando comparadas separadamente nas áreas urbanas e rurais.

A taxa de alfabetização na área urbana de Campos dos Goytacazes é inferior a media da área rural no Estado.

Gráfico 5: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais, por situação do domicílio Estado, Região Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes - 2000

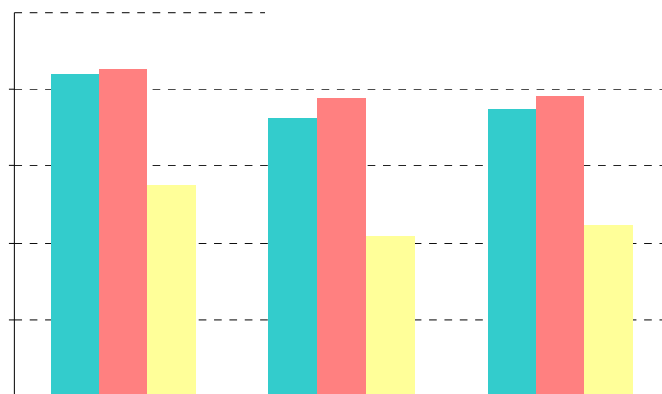


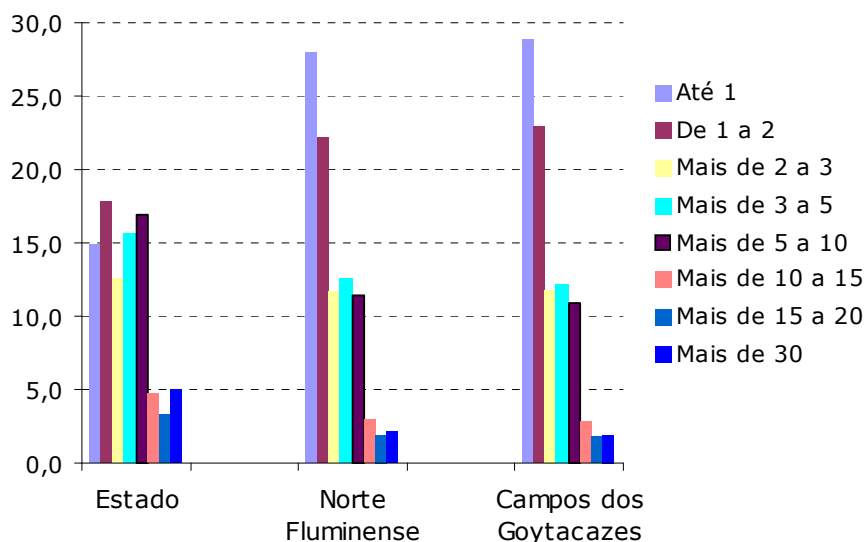
Tabela 6: Valor do rendimento nominal médio mensal, valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes Estado, Região Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes – 2000

	Rendimento médio (R\$)	Rendimento mediano (R\$)
Estado do RJ	969,55	470,00
Norte Fluminense	610,42	300,00
Campos dos Goytacazes	587,61	300,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico-2000

O gráfico 6 mostra a distribuição de renda dos chefes de domicílios. No Estado 14,8% deles recebe até 1 salário mínimo. Em Campos dos Goytacazes, este percentual é praticamente o dobro, 28,0%. Com exceção da sede, em todos os distritos, este percentual está próximo ou ultrapassa os 50%.

Gráfico 6: Distribuição percentual dos domicílios, por classe de rendimento nominal médio mensal da pessoa responsável: Estado, Região Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes - 2000

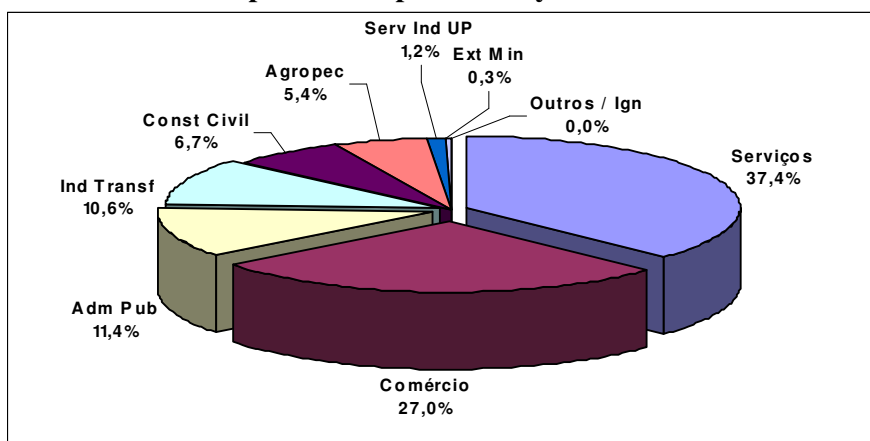


O gráfico 6 acima ilustra, de forma bastante clara, que a desigualdade na distribuição dos rendimentos é maior em toda a Região Norte Fluminense e, particularmente, em Campos dos Goytacazes.

2.6. Mercado de Trabalho

De acordo com dados da RAIS⁽²¹⁾, mostrados no gráfico 7, a maior participação do emprego se encontra na atividade econômica de Serviços (37,4%). O subsetor Comércio ocupa o segundo lugar, representando 27,0% do total da mão-de-obra no município, seguido da Administração Pública (11,2%), Indústria de Transformação (10,6%), Construção Civil (6,7%), Agropecuária (5,4%), Serviços Industriais de Utilidade Pública (energia elétrica, água, esgoto e distribuição de gás) (1,2%) e Extrativismo Mineral (0,3%). O setor terciário, subsetores de Serviços e Comércio, atividades intensivas em mão-de-obra, responderam em 2001, por 64,4% dos postos de trabalho do município.

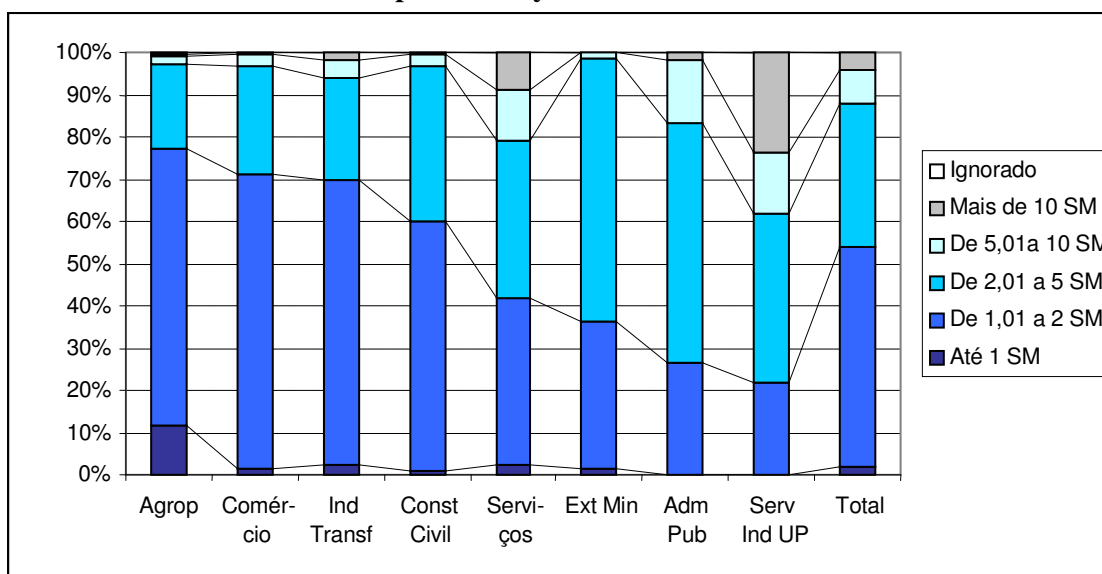
**Gráfico 7: Distribuição do Emprego Formal por Atividades Econômicas
Município de Campos dos Goytacazes – 2001**



Fonte: MTE – RAIS (2001)

Em Campos, apesar dos subsetores serviços e comércio participarem com mais de 60% do emprego, é importante destacar a presença da Indústria de Transformação, com destaque para a produção de derivados da cana-de-açúcar (álcool e açúcar) e para a produção de cerâmica vermelha; a Agropecuária, com a cultura da cana-de-açúcar e fruticultura, a criação do gado de corte e a produção de leite; e a Construção Civil, com as empresas especializadas na construção de edificações residenciais verticais.

Gráfico 8: Distribuição do Número de Empregos por Faixa de Rendimento (em Salários Mínimos) e por Atividades Município de Campos dos Goytacazes – 2001

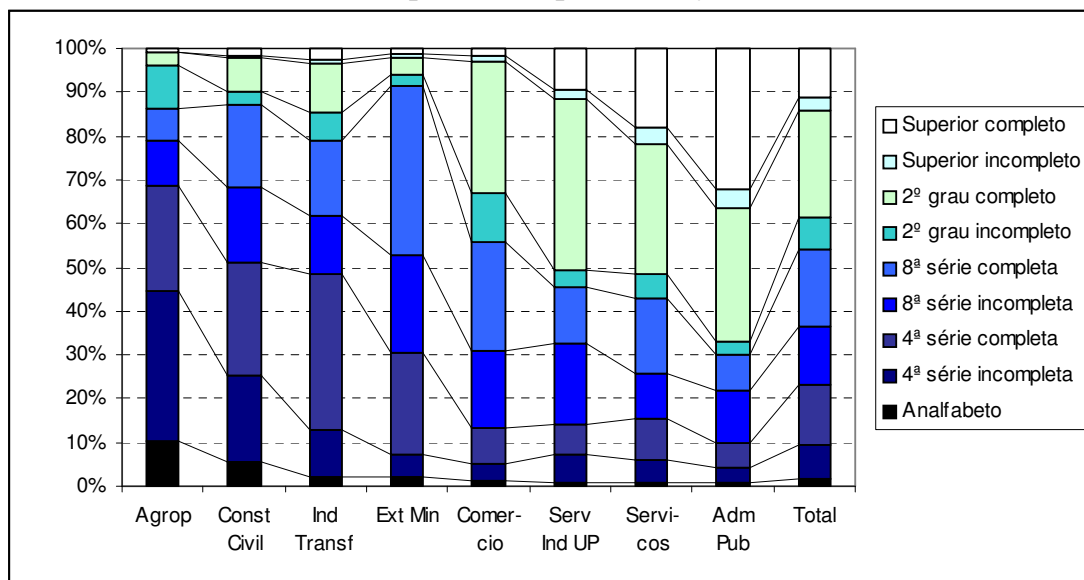


Fonte: MTE – RAIS (2001)

No gráfico 8 observa-se que no total de empregos formais que apenas uma pequena porcentagem (2,1%), para o total dos setores, dos trabalhadores recebem até 1 Salário Mínimo. Entretanto, mais da metade dos trabalhadores formais está inserida na faixa de rendimentos de 1,01 a 2 SM.

Esse grande contingente de trabalhadores com pequena remuneração, se deve à grande absorção de trabalhadores pouco qualificados pelos subsetores Agropecuária, Comércio, Indústria de Transformação, Construção Civil e Serviços.

Gráfico 9: Distribuição do Número de Empregos por Grau de Instrução e por Atividades Município de Campos dos Goytacazes – 2001



Fonte: Fonte: MTE – RAIS (2001)

Conforme se pode observar nos dados apresentados no gráfico 9, em Campos, a mão-de-obra que tem o 2º grau completo representa a maior parcela correspondendo a 24,7%. Em seguida, estão os trabalhadores com a 8ª série completa, num total de 17,8%. Na seqüência, empatam os 13,4% de trabalhadores com a 8ª série incompleta e igual proporção com a 4ª série completa. Os trabalhadores com o superior completo chegam a apenas 11,3% do total.

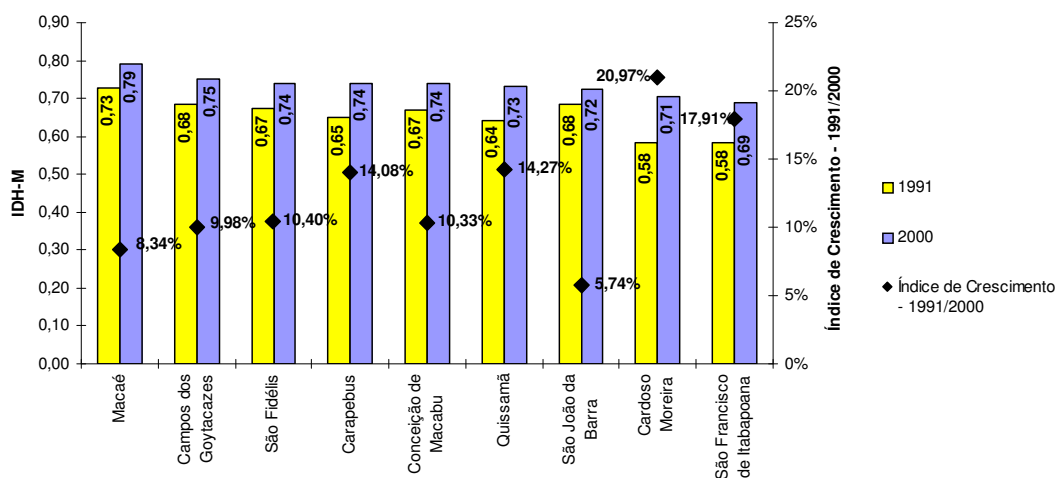
Oitenta e seis por cento dos trabalhadores de Campos possuem até o 2º grau completo. A baixa escolaridade justifica os baixos rendimentos dos trabalhadores pois como já foi dito, 53,8% ganham até 2 Salários Mínimos e 87,7% ganham até 5 Salários Mínimos.

Como se observa no gráfico 9 as atividades que menos exigem trabalhadores com alto grau de escolaridade são Agropecuária, Construção Civil, Indústria de Transformação e Extrativismo Mineral. Já as atividades Comércio, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Serviços e Administração Pública contam com maiores parcelas de pessoas com o 2º Grau completo e curso superior.

2.7- Índice de Desenvolvimento Humano

A exemplo da maioria quase absoluta dos municípios brasileiros, na Região Norte Fluminense, todos os municípios melhoraram seu IDH-M a partir dos anos 70 do século XX. O gráfico 10 apresenta essa evolução nos últimos 10 anos.

Gráfico 10: Evolução do IDH-M para os municípios da Região Norte Fluminense, 1991 e 2000

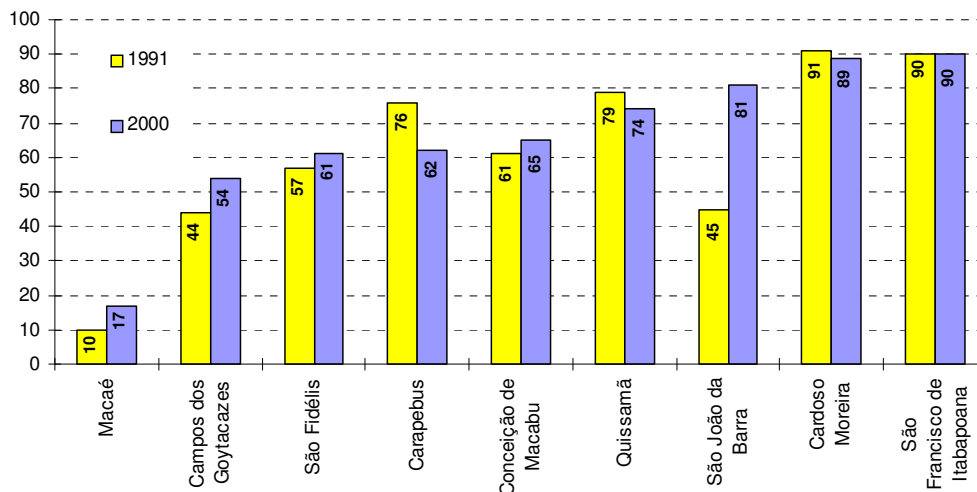


Fonte: PNUD (2003)

Pode-se observar que não há uma disparidade muito grande entre os indicadores de desenvolvimento dos municípios da Região Norte Fluminense. Mesmo assim, destacam-se algumas particularidades interessantes. Macaé continua apresentando o melhor índice, seguido imediatamente por Campos dos Goytacazes. São Francisco de Itabapoana continua com o pior índice e São João da Barra apresentou o pior crescimento do IDH-M (5,74%), passando a apresentar um índice menor que os municípios de São Fidélis, Carapebus, Conceição de Macabu e Quissamã. O melhor crescimento foi do município de Cardoso Moreira (20,97%).

Observa-se no gráfico 11 que a maioria dos municípios do Norte Fluminense perdem posições ao longo de quase uma década, em relação ao conjunto de municípios do Rio de Janeiro.

Gráfico 11: Evolução da classificação dos municípios da Região Norte Fluminense no IDH-M – 1991e 2000



Fonte: PNUD (2003)

Cabe destacar que em 1991 havia 70 municípios no Estado do Rio de Janeiro e em 2000 havia 91.

A renda *per capita* média do município de Campos cresceu 29,72%, passando de R\$ 190,56, em 1991, para R\$ 247,20, em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 32,33%, passando de 44,9%, em 1991, para 30,4%, em 2000. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,62, em 1991, para 0,58 em 2000.

Tabela 7: Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População, 1991 e 2000.

	1991	2000
20% mais pobre	2,7	2,8
40% mais pobre	8,3	9,3
60% mais pobre	17,4	19,9
80% mais pobre	33,5	37,8
20% mais rico	66,5	62,2

Fonte: ANP- Agência Nacional de Petróleo

Elaboração da tabela: Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense.

Em Macaé foi identificado o maior arranjo produtivo no Estado, com área de influência sobre Rio das Ostras, Carapebus, Quissamã e Campos dos Goytacazes. Na Bacia de Campos encontram-se 38 campos *offshore* (plataformas) em operação, com 1.814 poços de óleo e gás, 37 plataformas fixas e móveis de produção e quase 4 mil km de dutos submarinos. Além da própria extração de petróleo e de serviços relacionados, destacam-se atividades de fabricação de estruturas metálicas, máquinas e equipamentos, construção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes, montagens industriais e outras obras de instalações, além de atividades de logística de transporte.

A Bacia de Campos, que hoje é responsável por aproximadamente 81% da produção nacional de petróleo, tornou os municípios da região produtora, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Armação de Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Carapebus e São João da Barra, os maiores beneficiados pelos *royalties* e participações especiais no país.

Embora a sede dos empreendimentos da Bacia de Campos situe-se, principalmente, na cidade de Macaé, o impacto dos *royalties* tornou-se extremamente importante na cidade de Campos, em função das coordenadas geográficas de seu litoral de do aumento da produção apresentada pela Petrobrás e incrementada pelo fim do monopólio da exploração de petróleo do país.

Houve um aumento vertiginoso no orçamento municipal verificado a partir de 1999-2000, que será mostrado na tabela 9. O crescimento dos *royalties*, oriundos do pagamento pela exploração de petróleo na Bacia de Campos, tornou majoritária essa receita no orçamento municipal.

Tabela 8: Orçamento Municipal de Campos dos Goytacazes por Royalties de Petróleo, 1995-2003.

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Royalties (R\$ milhões)	2,5	3,2	4,0	12,0	54,0	148	206	301	483

Fontes: ANP- Agência Nacional de Petróleo

Elaboração do quadro: Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense

Esse aumento da receita fez a cidade de Campos dos Goytacazes sair de um orçamento médio *per capita* anual da ordem de R\$98,00 (R\$ 37,2 milhões para uma população de 376 mil pessoas) para R\$1.474,00 (R\$600 milhões, em 2004, para uma população de 406.989). Isso significa um orçamento *per capita* em 2004, 15 vezes superior ao que possuía há 10 anos. Os demais municípios da região produtora, com populações menores, atingem orçamento *per capita* superior ao de Campos dos Goytacazes, provavelmente o maior do país.

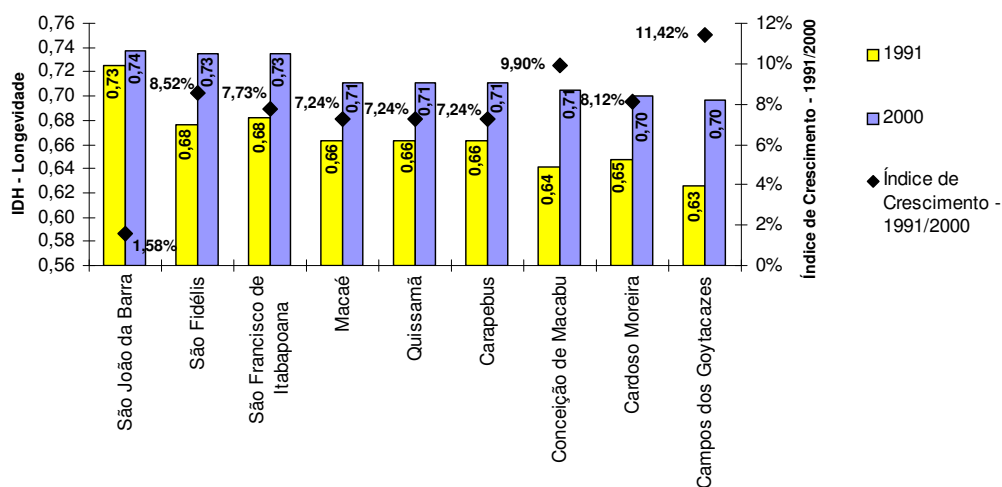
Pode-se dizer que o Município continua demonstrando dificuldade em transformar, proporcionalmente, suas riquezas em bem-estar e melhores condições de vida para a população.

Em 1991, Campos dos Goytacazes alcançou um IDH-M de 0,68, subindo para 0,75 no ano de 2000. Apesar dessa evolução, foi observado que a cidade que, em 1991, estava na 44ª colocação dentre as 92 cidades do Estado do Rio de Janeiro e na 1579ª no Brasil, em 2000, passou para a 54ª colocação no Estado e para 1818ª no Brasil. Essa constatação permite identificar que, embora alguns índices tenham melhorado entre um censo e outro,

esses cresceram mais em outros municípios brasileiros do que na cidade de Campos dos Goytacazes⁽²²⁾.

Tomando-se as variáveis que compõem o IDH, observa-se no gráfico 12 que o índice de longevidade nos municípios de menor porte apresentam valores maiores em virtude, certamente, do estilo de vida interiorano. Entretanto, o município de Campos dos Goytacazes como um todo melhorou, em pouco menos de dez anos seu índice de longevidade em 11,42%, um crescimento acima de todos os municípios da região Norte Fluminense.

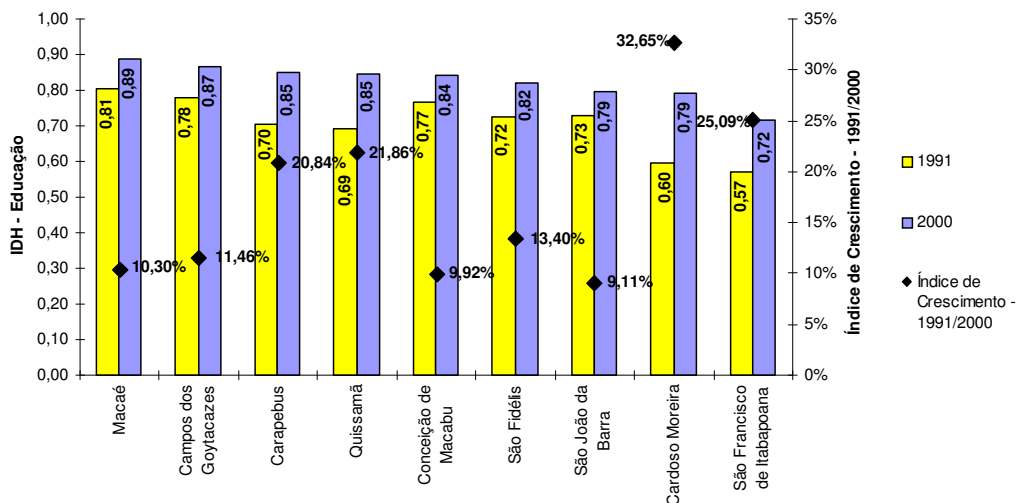
Gráfico 12: Evolução do Índice de Longevidade do IDH-M dos municípios da Região Norte Fluminense – 1991 e 2000



Fonte: PNUD (2003)

No que diz respeito ao Índice de Educação (gráfico 13), Macaé e Campos dos Goytacazes apresentam os melhores escores, em virtude de serem pólos regionais de educação na Região Norte Fluminense desde o ensino infantil até o ensino universitário.

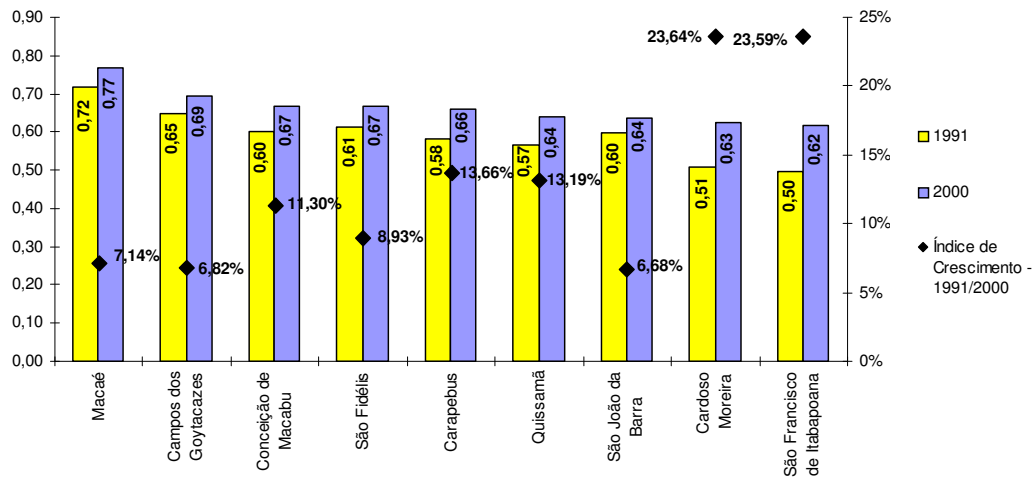
Gráfico 13: Evolução do Índice de Educação do IDH-M dos municípios da Região Norte Fluminense – 1991 e 2000



Fonte: PNUD (2003)

No que se refere ao Índice de Renda (gráfico 14), Macaé destaca-se em relação aos outros municípios da Região Norte Fluminense por concentrar atividades econômicas ligadas ao petróleo e por desfrutar dos impactos dos investimentos diretos e indiretos nesse segmento produtivo. Campos dos Goytacazes apresenta o segundo melhor índice da região.

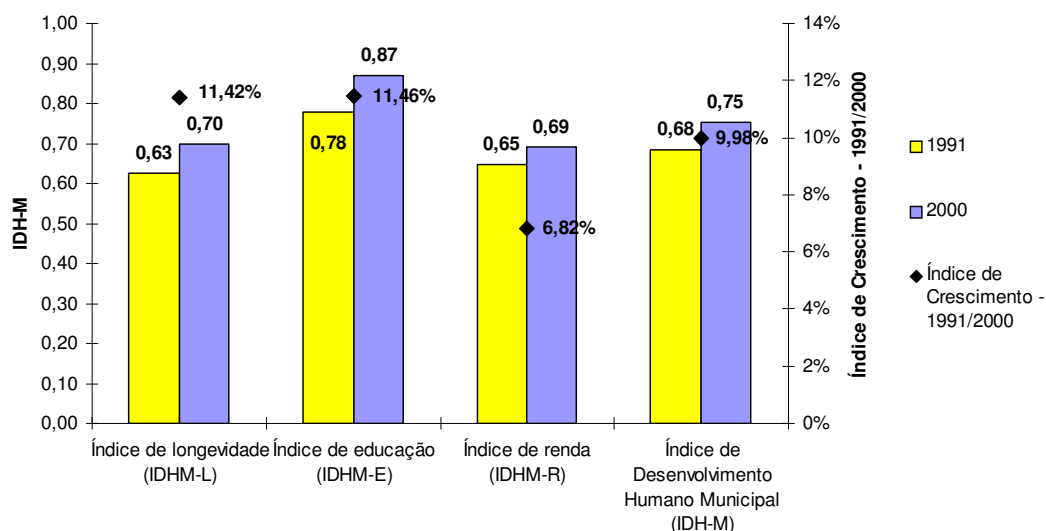
Gráfico 14: Evolução do Índice de Renda do IDH-M dos municípios da Região Norte Fluminense – 1991 e 2000



Fonte: PNUD (2003)

Olhando-se especificamente para o município de Campos dos Goytacazes nesta última década, observa-se no gráfico15 que ele melhorou todos os seus índices de desenvolvimento humano. O de Longevidade melhorou de 0,63 para 0,70 (+11,42%); o de Educação cresceu de 0,78 para 0,87 (+11,46%) e o de Renda melhorou de 0,65 para 0,69 (+6,82%). Assim, como mencionado anteriormente, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) saltou de 0,68 para 0,75, uma melhoria de 9,98%. No entanto, esse indicador composto representa um desenvolvimento de nível “médio” e abaixo do IDH do Brasil.

**Gráfico 15: Evolução dos Índices de Desenvolvimento Humano
Município de Campos dos Goytacazes – 1991/2000**



Fonte: PNUD (2003)

2.8- Segurança e Criminalidade

Segurança pública e criminalidade são temas dos mais importantes no atual contexto da realidade fluminense e nacional, merecendo atenção por parte das autoridades públicas e de pesquisadores, uma vez que em todo o território nacional cresceram os índices de morbimortalidade por violência. Na atualidade existe um investimento nunca antes acontecido no país seja quanto aos aspectos relacionados à coleta e organização dos dados (qualidade, diversidade, nível de desagregação e confiabilidade), seja quanto à sua utilização na elaboração de políticas públicas específicas.

Com relação aos órgãos encarregados da gestão da segurança pública, é preciso levar em consideração que existe uma evolução da organização policial, sobretudo nos aspectos administrativos de geração das informações. Até 1990, os dados eram produzidos nas unidades policiais, compilados e consolidados manualmente na Chefia de Polícia Civil por policiais não especializados em estatística. Em diversas ocasiões, esta tarefa era delegada, como castigo, a alguns policiais em suas unidades – o que, embora não necessariamente levante suspeita quanto à fidelidade em sua elaboração,

certamente revela a pouca importância dada à informação para a tomada de decisão. A prova disso encontra-se no fato de que, até recentemente, os dados disponíveis para a década de 1980 (incompletos), só relacionavam 12 categorias de infrações penais. Hoje, todas as infrações penais têm sido classificadas e computadas, e os gestores têm tentado recuperar, através dos Registros de Ocorrências (RO), dados de anos anteriores. A concorrência de dois fatores determinou uma mudança crescente de atitude, por parte da administração pública, em relação à questão enfocada. O primeiro é a revolução tecnológica promovida nas áreas de informática e de telecomunicações, agilizando o processo de geração, análise e disseminação de dados. O segundo é o recrudescimento das ações criminosas e de sua percepção – algumas vezes diversa da realidade mensurada. Um outro fator, que é consequência do segundo, é a cobrança da sociedade (sobretudo da mídia) em relação a qualidade e transparência dos dados. Com isso, a partir de 1991, os órgãos de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro vêm investindo crescentemente tanto em equipamentos e armas, como também (de forma mais intensa recentemente) em tecnologia de informação.

No entanto, alguns problemas persistem. Um deles é o sub-registro. Os dados dependem do fato de que as ocorrências sejam comunicadas às autoridades policiais. Em delitos como roubo de carros, de aparelhos celulares e de cargas, o RO é documento hábil para pagamento de seguro e substituição de aparelho. Entretanto, muitas outras ocorrências, por razões variadas, não são informadas. Sendo assim, é muito difícil se ter a exata dimensão da criminalidade, gerando uma percepção de insegurança muito elevada na população. Exemplos de delitos subnotificados são os estupros, os atentados violentos ao pudor e os roubos e furtos a transeuntes.

Outra questão problemática está relacionada à própria forma de registro nas unidades. As estatísticas oficiais computam os dados por delegacias. No caso de Campos dos Goytacazes, as delegacias existentes são a 134ª DP – Campos e a 146ª DP – Guarus. No entanto, estas delegacias também atendem a outros municípios próximos, como é o caso de Cardoso Moreira. Fica difícil, portanto determinar quais registros se referem a delitos cometidos em Campos dos Goytacazes e quais ocorreram nos demais. Para efeito do presente trabalho, optei por considerar todos os dados registrados nestas duas delegacias sem distinção quanto aos municípios de ocorrência do fato ou de residência da vítima.

Entre 1999 e 2002, houve um crescimento de 56,57% do número de ações propostas em juízos singulares na comarca de Campos dos Goytacazes. Por sua vez houve uma resposta expressiva por parte dos juizes, que praticamente triplicaram o número de julgados no mesmo período (197,16%). Isto se deve à crescente demanda por prestações jurisdicionais nos Juizados Especiais, que responderam por 31,12% dos processos tombados; e por 43,38%, em relação aos processos julgados.

No tocante à segurança pública embora seja difícil responder se foram as notificações que melhoraram ou se foi a criminalidade que aumentou, os atuais registros mostram recrudescimento de delitos categorizado como *Cri es contra o Patri nio e outros registros*, onde os registros de ameaça aparecem apenas no ano de 2005, conforme pode ser constatado na tabela 10. O aumento do número de registro tem como causa provável o cumprimento da lei 9.099/95, que criou os juizados Especiais Cíveis e Criminais-JECRIM. Esta lei conferiu mais agilidade aos procedimentos judiciais, o que, adicionado às campanhas de denúncia contra a violência, especialmente a doméstica, gerou ambiente favorável para que as autoridades públicas pudessem detectar e punir com mais precisão e rigor tais delitos.

Podemos constatar na tabela 9 que os *Cri es contra a Pessoa* são aqueles mais presentes no Município. Dentre estes, chama atenção o alto índice de *Lesão Corporal Dolosa* e o aumento de *Homicídio doloso tentativo* comparando os anos de 2002 e 2005. Em segundo lugar na incidência de crimes estão aqueles agrupados na categoria *outros registros*, incrementado pela *a ea a* que só passa a ter notificação no ano de 2005, levando essa categoria a apresentar um crescimento no período abordado. Os *Cri es contra o Patri nio* aparecem como o terceiro grupo de ocorrência no Município. No entanto, esse grupo apresentou crescimento se compararmos o ano de 2002 e 2005. O roubo a transeunte e o furto de veículos incrementam esse grupo.

**Tabela 9: População residente e crimes registrados, segundo os principais tipos
Campos dos Goytacazes, 2002 A 2005**

População e Principais Tipos de Crime	2002 *	2003	2004	2005 *
População	413.445	416.441	422.731	426.212
1. Crimes contra a Pessoa				
1.1. Vítimas de Crimes Violentos	2268	2736	2676	2015
Homicídio Doloso/ Tentativa	292	318	266	320
Lesão Corporal Seguida de Morte	0	2	2	3
Latrocínio	0	2	5	7
Lesão Corporal Dolosa	1934	2390	2348	1624
Estupro	42	24	21	27
Atentado Violento ao Pudor	-	-	34	34
1.2. Crimes de Trânsito	0	0	0	1213
Homicídio Culposo	-	-	-	125
Lesão Corporal Culposa	-	-	-	1088
1.3. Vítimas de Mortes com Tipificação Provisória	41	59	41	32
Encontro de Cadáver	38	58	40	30
Encontro de Ossada	3	1	1	2
2. Crimes Contra o Patrimônio	878	1368	1317	1017
Roubo a Estabelecimento Comercial	109	212	122	95
Roubo a Residência	25	49	38	34
Roubo de Veículo	97	125	88	51
Roubo de Carga	-	25	32	15
Roubo a Transeunte	307	414	397	326
Roubo em Coletivo	67	42	33	59
Roubo a Banco	1	1	0	0
Roubo de Aparelho Celular	68	215	148	40
Roubo com condução da vítima para saque em I.F.	-	2	1	0
Furto de Veículos	204	283	233	220
Extorsão Mediante Seqüestro	0	0	0	0
Extorsão	-	-	18	31
Seqüestro Relâmpago**	-	-	1	0
Estelionato	-	-	206	146
3. Outros Registros	81	93	79	1441
Ameaça (vítimas)	-	-	-	1377
Pessoas Desaparecidas	78	89	76	63
Auto de Resistência ***	3	2	3	1
Policiais Militares Mortos em Serviço	0	2	0	0
Policiais Civis Mortos em Serviço	0	0	0	0

fonte: Instituto de Segurança Pública (<http://www.isp.rj.gov.br>)Notas: (*) Referente ao período de abril a dezembro de 2002

(*) Referente ao período de janeiro a setembro de 2005

(**) Terminologia usada pela polícia: Extorsão com momentânea privação da liberdade (***)

Terminologia usada pela polícia: Resistência com morte do opositor

OBS: Os valores ausentes representam registros não contabilizados no período.

A lesão corporal dolosa mantém uma constância entre 2002 e 2005, conforme podemos constatar no gráfico 16.

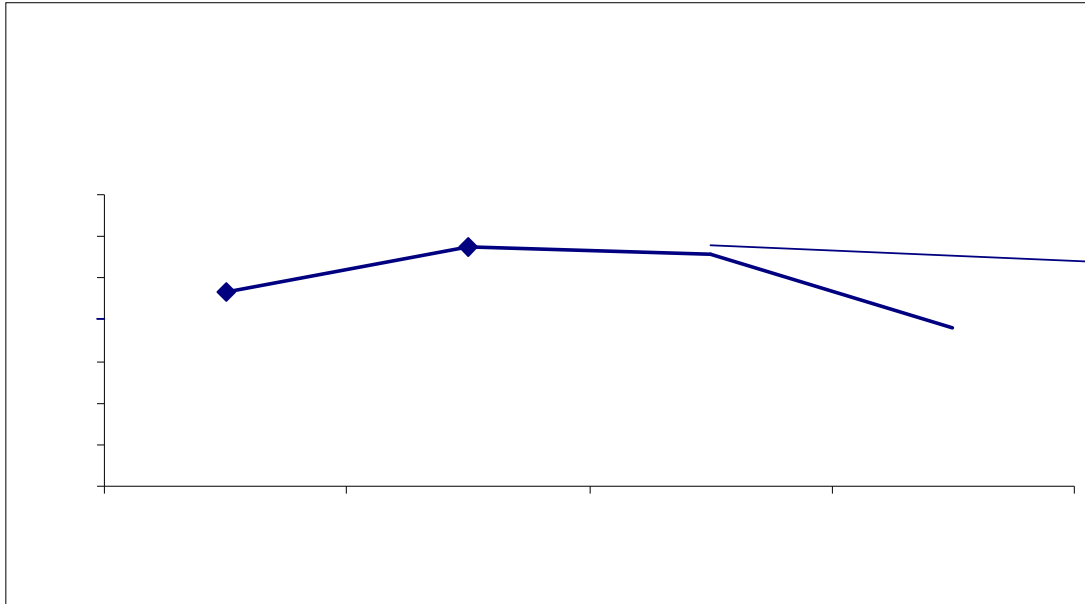
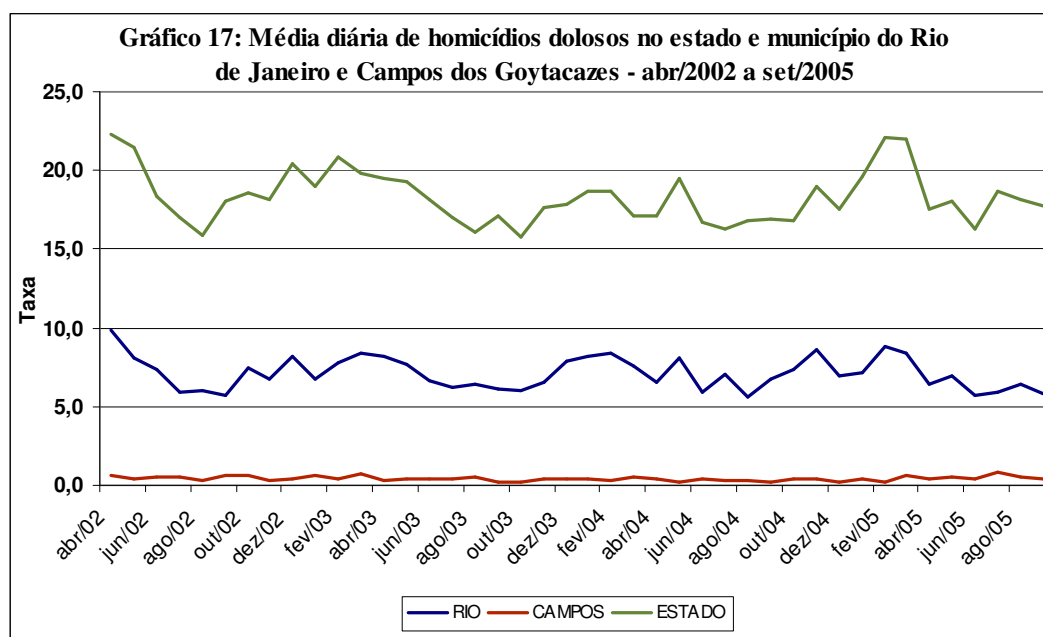


Tabela 10: Estado do Rio de Janeiro e municípios do Rio de Janeiro e de Campos dos Goytacazes: número e taxa de homicídios dolosos - abr. de 2002 a set. de 2005

Ano	Vítimas de homicídios dolosos			População residente			Homicídios por 100.000 hab		
	Rio	Campos	Estado	Rio	Campos	Estado	Rio	Campos	Estado
2002	1.994	131	5.202	5.937.253	413.445	14.726.477	33,6	31,7	35,3
2003	2.574	157	6.624	5.974.081	416.441	14.881.121	43,1	37,7	44,5
2004	2.653	122	6.438	6.051.399	422.731	15.205.754	43,8	28,9	42,3
2005	1.862	131	5.158	6.094.183	426.212	15.383.407	30,6	30,7	33,5

Fontes: (1) Homicídios: Dados obtidos no ISP/PCERJ - [<http://www.isp.rj.gov.br>]

(2) População: IBGE - Censo 2000 e estimativas intercensitárias <http://www.ibge.gov.br>



Fonte: Instituto de Segurança Pública (<http://www.isp.rj.gov.br>)

A apreensão de arma no Município apresentou um aumento em 2003, seguida de uma queda no ano seguinte, como podemos constatar no gráfico 18. Já a apreensão de drogas teve um incremento no ano de 2004 e uma queda em 2005 sem esquecer que os dados do último ano contabilizam apenas as apreensões até setembro do último ano.

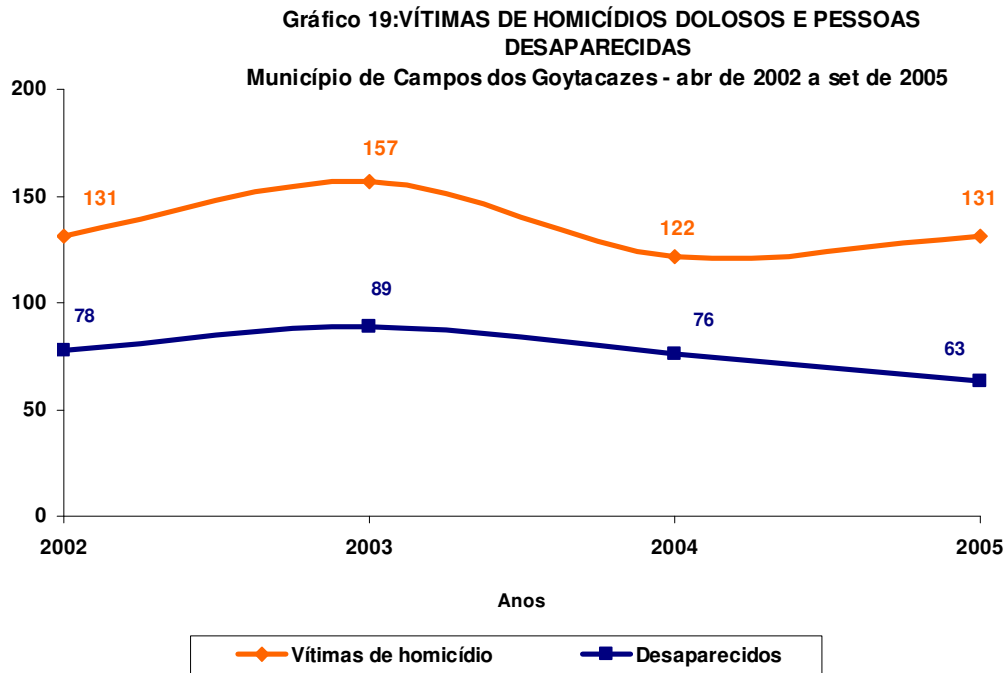
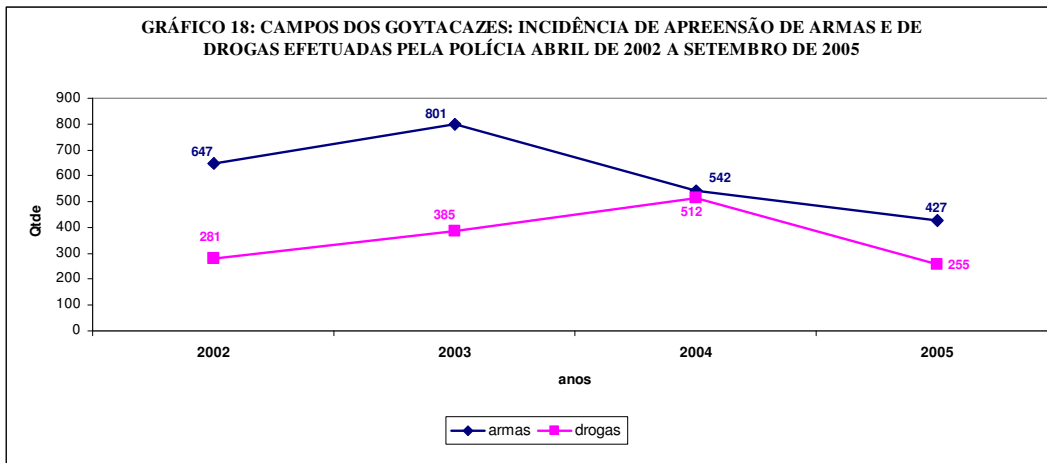
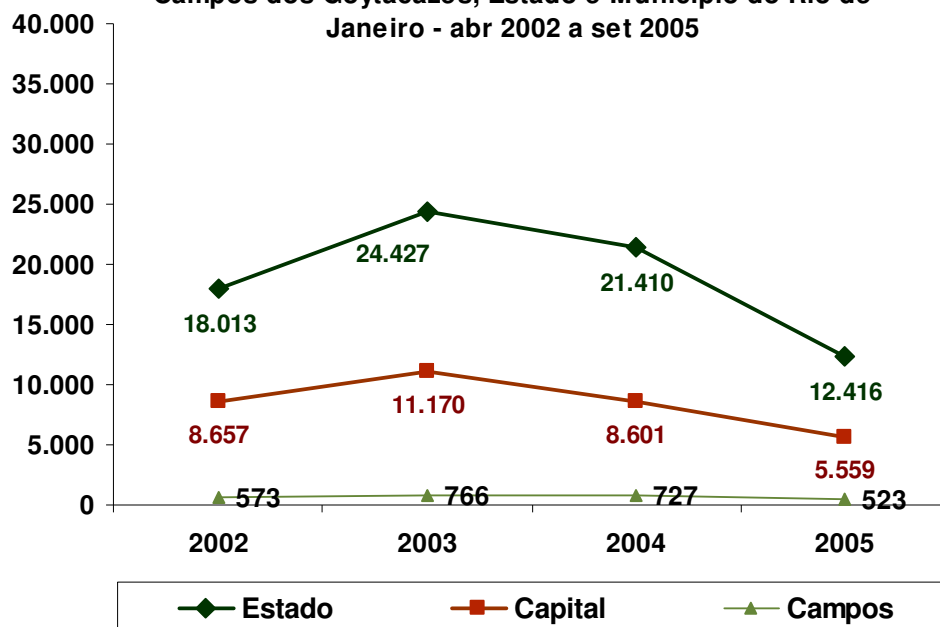


Gráfico 20: PRISÕES EFETUADAS PELA POLÍCIA
Campos dos Goytacazes, Estado e Município do Rio de Janeiro - abr 2002 a set 2005



Nota: Até o ano de 2004 a Apreensão de criança/adolescente (ECA) era somada ao número de Prisões, o que deixa de acontecer a partir de janeiro de 2005, quando a incidência desses dois títulos passa a ser computada separadamente.

Em relação a vitimização dos policiais chama atenção a diferença entre os policiais da capital e o da cidade de Campos dos Goytacazes. Os dois únicos casos ocorridos entre 2002 e 2005 se referem a agentes da Polícia Militar. Não há registro de policiais civis mortos na cidade de Campos dos Goytacazes. Souza & Minayo⁽²³⁾ apontam que morreram, por todas as causas, 147 policiais civis no Estado no período de 1998 a 2004, dos quais 120 encontravam-se de folga.

O Estudo sobre segurança Pública realizado pelo Instituto de Economia/CESEC- Centro de Estudo de Segurança e Cidadania⁽²⁴⁾ delineou o seguinte quadro:

Pode-se dizer que, em termos absolutos, a Capital concentra quase todos os subgrupos de crimes registrados pela PCERJ, mas em termos relativos concentra somente delitos contra o patrimônio, tanto violentos quanto não violentos, com participação especialmente alta no total estadual dos registros de roubo e furto de automóveis. O interior, ao contrário, é

“especializado” nos delitos contra a pessoa: registra o maior volume absolutos de crimes não-letais intencionais e, em termos relativos, concentra, além desse subgrupo, também o de crimes culposos, sobretudo homicídios e lesões em acidente de trânsito (p.96).

Vale ressaltar que no Município do Rio de Janeiro as taxas elevadas de criminalidade por quase todos os delitos, são incrementadas pelas brigas acirradas de quadrilhas rivais que fazem o comércio varejeiro de drogas na cidade, portam armas pesadas e vivem em perene conflito com a polícia.

CAPÍTULO 3

Polícia Civil - discussão teórica, histórico e caracterização

Entende-se assim a polícia como preexistente à unidade e a todos os atos dos cidadãos, ou aversiva, e é de natureza essencialmente o monopólio do Estado na sua esfera privativa para se constituir e atribuir o poder de governo. O caso brasileiro se coaduna com as sociedades modernas, as quais possuem especificidades. Ao longo de quase 60 anos de existência, as organizações policiais não tiveram a vocação para a proteção do Estado contra a sociedade, conforme esta nos estudos de Pomicó⁽²⁵⁾, W. Fay⁽²⁶⁾ e outros. O fator político significativo de frente ao Estado contra o cidadão é a base econômica nascida do lucro em atividade econômica, e a existência do processo de afastamento da polícia contra a sociedade se dá desde a fundação de suas organizações policiais. Aí vem o que aí em seguida segue a segurança pública que as organizações policiais de fato se protegem de uma sociedade insurreta e rebelde que pode vir a contra-atacar ou pô-⁽²⁷⁾

Por isso, de-se desonora e para o processo de organização das instituições de segurança pública com o fator político de afastamento da comunidade e as organizações policiais. Para Muniz⁽²⁷⁾ é o que é o processo de "disciplinização" da sociedade, através do Estado a "gracia liberal autocrática" que antes das organizações policiais das necessidades da população. No entanto, após o regime militar, a aversiva não só a polícia passa a ocupar a agenda da sociedade brasileira fazendo parte das transações políticas de início da década de 1980 e no contínuo processo de reestruturação. O aviso do cidadão da segurança pública é o ponto de partida das organizações policiais exigindo um atendimento a nível de ações e postura da corporação. Entretanto, a escassez de recursos não as torna assim instituições de caráter essencialmente autocrático a direcionar suas atividades para a "gracia liberal". Justamente nesse "êxodo" que se reflete na percepção da população, para a atuação única e exclusiva de uma polícia corporativa. Para alguns autores, a unidade e parte da ignorância sobre a função policial, se a percepção se institui com o aviso institucional que, por sua vez, reforça a reatuação a nível de atuação entre os agentes de segurança e os cidadãos.

Uma boa parte da população, bem como os grupos políticos influentes da sociedade brasileira e, cada um de seus poderes, tem em atividade que a procura das

organiza es poicias v a excusa en e para o cont e da cri inai'ade. Se axas de cri es au ena ou inue , atribue a is e esta gras corre as ou etiv ocaldas a'as pe a po dia no co ba e a o cri e. Es a a en a se exe p'ica nos an ndos q'ias de inv esi en e na po dia na' a de des e dev ia u as par' a'as e i en e a o pa o'os go rna'os es, anuncia'lo pe a 'i'ia ev a oriza'lo pe a opini o p bica. Hav a'ade, na i' a 'i ca'la, segu an a p bica passou a ser u e a poizato e av o' de popuis os. Por , n o s as a'ia'ades poicias, as a es cri inosas a b s o i'icadas pe a a' pa e'ia popu a o.

Mui as pessoas ac'ia a que a a'ia'ades cri es s o e en e' de a a p'icu os'ade. E no i agn'io popu a a soc'idade es ce ca'la de pessoas susp'as, ban'idos, a g'ias perigosos, poicias corrup'os⁽²⁸⁾. A confus o sobre o que consi'ui de fa e a Seguan a P bica g'ande, pois as no es e conc'os que a soc'idade possui se conjun'ite co 'i'ia'as ina es, es e ipos sobre segu an ain e'na e'eres a naciona .

Por an o, sine'ica en e, pode-se a'ia a que n o' pa e'ia popu a o co'heci en e su'ic'ene ne sobre a agn'io de'os cri es e seus a'as e ne sobre o pape 'ia po dia. Es e desco'heci en e su a e opin'ies posi'vas ou nega'vas ne se pre jus as a'esp'os sev i os pres'os ou sobre as co'pa es. O bo ba'ade de a'ias ui asv ezes in'un'ia'as a Seguan a P bica, 'ia'ua a 'i'ia o b'ia o i'io, a'is expos e, pouco contribui para o apar'ia o en e'ias insi'ui es e' de seus agen'es.

A par' de e'as 'ia' ca'la de 990, as insi'ui es poicias p'ocua a es abe eca u no o pa' a'g a⁽²⁹⁾, busca sua i'ia'ade en e uan e insi'ui o que 'de e p'oege o a'ia' o e g'ani'ne a es e a'ia' o a sua i'ia'ade e os seus 'i'os, a'is s' de u p'oece ov incu a'lo a u a p'ica a'ia' . Esse o i en e' en o a'os resga a' ass , sua fun o ess'ia insi'ui'ia na i'iss o consi'uc'ona .

A'is'ia'as po dias o'anas e con e por neas 'desa'ian e, na e'ia e que busca respon'ia a'ues es sobre co o p'odu' paz co paz, consi'ui a g'ia'as pac'icas de obe'd'ncia a' a' nu es'io i'ia' e co o a' i'ia'as con'os de na'ueza a'ri , e n o b'ica, no in'ia' 'ia'ia e soc'idade. O que es na base 'ia inv en o'ia po dia pe a soc'idade a necess'ade 'ia con'uis a e a pia o'os 'i'os soc'ias, po i'os e a'is⁽²⁾.

Es a necess'ade de es'ui'ua o s po'os ob'e'esu a'os p'os co o con a e e a pa'ia pa o'ia e a'ia popu a o, a'is s' de es'ia a en e' de e a es. En e an e e

apesa das concessões em áreas, a política não conseguiu determinar o seu papel em uma organização responsável e para garantir a segurança, a não ser e situações localizadas, ficando a atividade a aplicação expressa aos sistemas de proteção dos cidadãos.

Não existe uma literatura científica sobre política. A bibliografia, ao menos no Brasil, ainda é escassa, apesar de estar passando por um significativo aumento, como se pode ver em Lima, Visse & Van Antwerpen⁽³⁰⁾. Nos últimos anos, não há uma grande literatura sobre política, a não ser a partir dos anos noventa e início do século XX.

A concepção de política⁽³¹⁾ ou cidadania⁽³²⁾ era a de reconhecer em política a atividade e a essência desse assunto. O autor aponta três fatores que explicam esse descaso: 1) o fato de que as relações políticas são a etapa da competição e grandes acontecimentos históricos. Suas atividades se prestam às atividades e a política em consideração pouco profissional na maioria dos países. 2) o fato de que a política não envolve nenhum grau ou presença, nem as atividades que se referem à investigação. O grau, a presença, a presença e poucos casos, e os critérios são. 3) A negligência acadêmica pode ocorrer a partir do fato de que a política em si seja considerada uma atividade repugnante e a política em si seja considerada uma atividade negativa em termos de considerações políticas – como a competição – seja necessários e assuntos referidos à sociedade nacional. É geralmente a opinião pública que julga a utilização da sociedade contra estrangeiros, como no caso de guerra. Portanto, utiliza a política para controlar a situação visível e a organização.

Desse modo, e das sociedades assimétricas políticas em geral, ao longo de sua história, encontra-se a identidade condicional que organize seu conteúdo e sua prática. A política⁽³³⁾ é a⁽³²⁾ desatualizada em que se utilizam as políticas para a utilização de sistemas de cooperação em áreas de atividades concorrentes e práticas.

O conteúdo de preencher essa lacuna⁽³³⁾, esboça algumas características práticas para a utilização das organizações políticas: estrutura, uso da força, função, posição em política, relação com a política, posição social. O autor chama a atenção para o fato de que a análise e a prática política são utilizadas para as organizações e negligenciam os aspectos.

Teorias⁽³²⁾ acerca de que os estudos sobre as instituições de e focaiza
ques este em es à cultura e em a idade poética, vis. que poss e ra a co o se
re adona ca acq siças às ou enos co uns no i agn i o e nas a es
desen ov i das co i t u ana en e pe os e bro s des as ins i t u i es e v t i os pa ses.

on e e o au q apon a. “apesar de toda a variação institucional, porém, parece
haver a formação de uma cultura profissional coletiva, o que David Bayley chama
‘Zeitgeist, internacional e profissional’” (p. 8).

De acordo com a autora em que realizou sobre as corporações poéticas, distribui os
estudos a seguir em categorias.

1) Os que busca compreender e explicar as funções das organizações poéticas. Na sua
grande maioria, esses estudos partem de uma perspectiva estrutural funcional: as
poéticas são visadas como organizações buscando adaptar-se às mudanças da vida e
existem^(33,34). Nesse tipo de concepção específica refere-se à vida às funções
desempenhadas pela poesia e à explicação da realidade das instituições poéticas
em desincompatibilidade^(35,36,37).

2) Os que reafirmam a existência em poéticas do processo de formação do
Estado Nacional. Tais estudos evidenciam a existência de uma significante e a
entidade estrutural de um Estado específico e a natureza de seu sistema poético. As
organizações poéticas são visadas como uma entidade estrutural social e a
superestrutura poética. A ideia é de desenvolvimento em poéticas das formas poéticas
iguais ao processo de formação do Estado Nacional^(38,39,40). A preocupação de tais
análises com as diferenças das atividades poéticas e a desenvolvimento em poéticas
das poéticas.

A perspectiva poética e sua perspectiva histórica do trabalho de W. Bay⁽²⁶⁾
que trata das origens e da evolução histórica da poesia do século XIX.
Esse autor demonstra, nesse período, o controle e socializou de ser exercido pelas
três figuras pessoais a serem assumidas pela autoridade individual: a instituição
escolas. Evidência, dentre outros e outros aspectos, que a poesia do século XIX
de caráter, fundado na conexão, serve para proteger a cultura e as instituições.
Essa característica persiste nas ideias adaptadas vividas pela corporação.

3) Os que analisam a forma como as poéticas se relacionam com a sociedade. A
preocupação de tais estudos é com o controle e à participação de cultura

das atividades policiais. Se as análises anteriores em relação à organização das polícias à luz da literatura acadêmica, os novos estudos buscam relacionar a atividade policial às características do regime político e da sociedade civil. Nesse contexto surge a ideia de uma “polícia cidadã” - que em sua essência respeita aos direitos humanos e a cidadania em situações necessárias da comunidade e seus princípios norteadores. Essa nova linha de pesquisa ganha corpo na obra de Hironaka⁽²⁹⁾ que discute “Polícia e Direitos Humanos”. A autora trata do tema em um livro lançado em 2004, na sequência da publicação, na década de 80 no Grêmios, a publicação de associação entre polícia e cidadania pública e reconhecido em 2001 por alguns direitos humanos e atividade policial em comunidade. Muito mais do que uma estratégia de prevenção das polícias, a polícia em comunidade, uma estratégia de atuação que visa à inclusão cidadã e a cidadania⁽²⁹⁾.

Os estudos nessa área têm caráter teórico e buscam entender quais são os desafios sociais do país com a implementação da polícia em comunidade à prática cidadã⁽⁴⁾. Também discute como a atuação dos resultados dos programas de polícia em comunidade e alguns departamentos de polícia. Há a ideia, o conceito da atividade policial e são as principais preocupações de inúmeros estudiosos. Nesse caso a questão central é a condição da atividade cidadã das polícias e respeito aos direitos individuais, políticos e sociais dos cidadãos.

Há a ideia da mudança de estudos com enfoque no “ser polícia”. Dos poucos trabalhos existentes nessa área - se destacam⁽³²⁾; Azeiteiro⁽⁴²⁾; Minayo & Souza⁽⁴⁾; Louguignon⁽⁴³⁾ e Tuniz⁽⁴⁴⁾. Segundo Azeiteiro⁽³²⁾ parece possível sugerir uma passagem do estudo da polícia para o estudo da cidadania. Nesse sentido, por meio de análises de cultura ou de cidadania, um aspecto da cidadania ou cidadania da polícia, pois nessa esfera que se estudam os significados que a cidadania, na prática das vezes, independentemente da organização das instituições, consanguíneas em relação a elas, se impõem para serem alcançadas.

3.1- História da Polícia Civil

Por meio do Ato de 07 de agosto de 1808, o imperador criou a *Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil*, sendo designado para exercer as funções as atribuições que o cargo possuía e a função, o mesmo bagagem e Ovídio

Graça da ... Pau ... nan ... iana, que por aneceu no pos ... 82 . A
 nent ... acentizou ... as atribui ... es poicias e judiciarias que a ... en ...
 copeja av ... as au ... : os ... -gra, os ... es, os a ... -es e
 enes, os ... e os capi ... -es de ... e assa A ...
 supervisora obras p ... abas ... e a seguran ... da ... ,
 inv ... as co ... uns, ju ... e puni ... inosos, cabia à nent ... a vig ...
 copeja en ... po ... do po ... , preserv ... "do con ... das ... v ... idias
 ibe ... que a ... ou ... a pe ... un ...". E ... de 808, a ... de ...
 ... e ... s ... , ca ... a cargo de u ... "juiz ... e", sub ... ao
 nent ... gra e ... e suat ... a ... as es as ... es que es ...
 ex ... na ... co ... u Essa ins ... , ... en ... a ... pi ...
 n ... da ... a ... , con ... ou a p ... co ... a ... de ou ... ga au ... de ju ... a à
 po ... , ou seja, de con ... a u ... es ... g ... atribui ... es si ... uea en ... poicias e
 judiciarias.

A ... a ... ibe ... de 82 ... inou as pi ... as en ... as, e preen ... as pe ...
 ... na pe de regu ... a en ... as a es poicias, proibindo p ... es se
 f ... ane ... ou se ... an ... ju ... a, v ... an ... e enca ... a en ... se ... dena ... e
 ... abe ... e p ... e ... use de ... es e ... a co ... dos de puni ... -
 ino ... es re ... a ... na ... ins ... a ... ibe ... de 824, que in ... uzi, pe ... enos
 ... a en ... , o p ... da " ... pa ... dos, tua ... , tua ... " e o
 p ... de esp ... aos " ... is e po ... dos ... os bi ... os".

... na ... de 824, a ... a ... e 5 ... de ou ... de 82 ... a cargo de juiz
 de paz, a se ... ocupado por ... a ... e ... , restringu os p ... es ju ... rios da
 nent ... a, i ... an ... seu ... de a ... a sobre ... a vig ... na e anu ... da
 ... p ... na O c ... a ... ina ap ... a ... e 830, sob ins ... a ... dos
 p ... cons ... onas, a ... contribui ... a ... esses p ... es: na ... e
 que ... a co ... a ... a ... as ... es e as puni ... es cab ... s, ... inu ... a ... b ...
 na ... da ... a e es ... e ... a, pe ... enos ... a en ... , os p ... e ... dos
 ... as es a ... a ... a

... no e ... de 832, ... a ... o c ... de processo ... ina, que subs ... u a
 u ... de desconexa ... de ... a ... do pe ... co ... a, es ... eceu u ... a no ... a
 ... a ... a ju ... a, especi ... os p ... e ... en ... e ... u ... , ju ... en ... e ape ... a ...
 e ... inu ... e ... os de p ... e ... aos ... de acusa ... os e susp ... os. As ... as

centas dessa nova estrutura os 6 juzes de paz e os locais onde cada uma assistido por um escrivão e auxiliado por inspetores de sua jurisdição, com a responsabilidade pela prevenção, inibição e repressão de crimes e seus respectivos delitos, a fim de poder julgar contra eles as penas das Municipalidades cujas penas não ultrapassasse os limites de suas jurisdições. Extinguiu-se o cargo de notário Geral e criou-se o de chefe de Polícia, cujo ocupante seria um dos seis juzes de primeira instância. O primeiro a assumir o posto foi Susbrito de Uenoz (fui senador, ministro da Justiça e conselheiro de Estado), na época com apenas 20 anos de idade. O primeiro a ser escolhido a seguir foi o ex-advogado e ex-juiz de paz que se apresentava para o cargo substituído pelo poderosa notário Geral. Em seguida, durante a gestão de Susbrito na chefia de Polícia, de 1833 a 1844, outras várias mudanças acabaram por ocorrer: a criação do que originou o nome do cargo e a nomeação de um secretário de Polícia ascendente na carreira.

Na incumbência da Secretaria: anexo registros das prisões e dos estrangeiros que entravam ou saíam pelo porto de Anápolis, com a entrega aos tribunais de esquadras, custódia dos documentos e junção provisória das atas dos crimes, com o rubricado e o registro, que era feito a partir dos juzes de paz, a fim de evitar a evasão e a repressão - feitas por "pêdesseles" (particulares civis armados) -, que muitas vezes se superpunha e entrava e com o trabalho da Guarda Municipal, precisava da ajuda da Polícia. Ao longo dos anos 1830, as polícias municipais e civis foram ganhando cada vez mais espaço no sistema judiciário de Anápolis, e vieram, em consequência, a substituir a Guarda Nacional e os juzes de paz, que operava com a estrutura não-profissional, assentada no trabalho gratuito de inspetores de sua jurisdição e que não se subordina ao poder público das regras de segurança pública, quando o solicitava. O aumento dos crimes e delitos na cidade, a escassez de recursos dos juizados de paz e os conflitos de competência entre os juzes e os locais onde e a culpa da polícia civil, no entanto pelo governo central, fez com que a comissão de 1830, desde o início da criação por Susbrito de Uenoz, de reconcentrar a autoridade policial e judiciária na chefia de Polícia.

Em 3 de fevereiro de 1840, o Poder Executivo aprovou a preconizada por Susbrito e transferiu a competência para a polícia civil as funções judiciárias que vinha sendo desempenhadas pelo juiz de acusação e pelos assistentes e escrivãos.

subsidiários, nos distritos, por subdelegados no estado por parte de Polícia, aos Juizes, por sua vez, passa a subordinar-se os inspetores de Juizaria. O biológico contínuo em eslaviano a de posuás unicipais, o que, os delegados e os subdelegados recebe a "pena auxiliaridade para expedição anuais de busca e apreensão, que a prisões, iniciando a enquadramento na, conduzir a outras jurisdições suas, pronunciando senão a supervisão a punição - uísso se inculca em de Juizaria ou a autoridade" (26) (p.58). nensicou-se, até as, a prática existencial de que cada um pensa seguras e "início a "agens secos" que se necesse iniciar a espaldas em de ci es - oitantes u p i é n o n ceo r u t i e n q u e u e v i n i a i s q u e a c o n s i d e r a c o r p o d e d e c i v e s d a P o l i c i a v i (26). O que de Polícia unou-se a autoridade sobre a de apelação de segurança pública na capital, que acenou enses e conflitos entre os corpos civis e militares, como as em os incidentes noticiados ao Ministério da Justiça no período.

Ta suprema, que a de Polícia por a regra em de 858, deu a 8, quando ou a de avo ou a restringir as atribuições jurisdicionais da polícia civil e transferiu a polícia civil a autoridade independente.

Com a proclamação da República, as polícias passa para a esfera dos governos estaduais e esferas de delegação autônoma para definir e organizar suas próprias práticas processuais penais. A partir de 1900, organiza-se o biológico existencial de escalar o que de Polícia e seus delegados auxiliados entre "os bacharéis ou doutores e "início" (Decreto nº 3.640, de 1900). O Decreto nº 4.63, de 5 de fevereiro de 1903, cria no de de ano 28 circunstâncias (distritos) policiais e regra em a rec - oitantes Guarda Civil, como a auxiliar da polícia jurisdicional.

O no de circunstâncias policiais do Distrito Federal a unificação por o Decreto nº 22.232, de 0 de janeiro de 1933, que atribuiu a Diretoria Geral de Investigações (e biológica policial cívica) e a Escola de Polícia. A consição de 1934 e o Código de Processo Penal de 1941 v o a a c e n t a i z a a r e g u a o d e s p r a t i c a s p r o c e s s u a i s p e n a i s, r e a f i r a n t e, c o n t u d o, o s s e a d e d u p o i n t u r i e c o n s o l i d a d o e 8, por a, as funções jurisdicionais da Polícia Civil.

Por Decreto nº 6.38, de 28 de maio de 1944, a Polícia Civil do Distrito Federal a transferiu-se no Departamento Federal de Segurança Pública, que em a subordinado ao Ministério da Justiça e legados nacionais. O DFP, dirigido por u

Tráfego de Polícia, infrações de segurança pública na capital e atribuições de polícia administrativa e de trânsito no território nacional.

Em 1960, com a transferência da capital para Brasília, as atribuições de polícia local foram transferidas para o Estado da Guanabara, utilizando-se a denominação de Departamento Estadual de Segurança Pública. A Lei nº 263, de 24 de dezembro de 1962, extinguiu esse departamento, assim como o cargo de Tráfego de Polícia, criando a Secretaria de Segurança Pública, vinculada e sob a supervisão das Executivas de Polícia Urbana e de Administração e Serviços. Em 1964 a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e o Corpo de Polícia de Segurança passaram a ser regidos pela Secretaria de Segurança.

Os autos em que os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 9 de novembro de 1957, trouxeram a resuquiação da Polícia Civil, as respectivas subordinações à Secretaria de Segurança - sua organização em 1983, quando o Decreto nº 6.625 (5 de agosto) criou a Secretaria Extraordinária de Polícia Judiciária e dos Direitos Civis, denominando oficialmente para a Secretaria de Estado da Polícia Civil pela Lei nº 689, de 29 de novembro de 1983.

Em 1995, com a extinção das polícias reunificadas, criou-se a Secretaria Estadual de Segurança Pública, à qual se subordinou a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Uma mudança significativa na prática da Polícia Civil preconizada pelo Programa de Regulação Legal (1999): concebido para otimizar a atuação da polícia civil e desenvolver suas atividades através da transferência de algumas delegacias tradicionais e delegacias Legais. A mudança na estrutura física visou a otimizar a estrutura das unidades policiais locais. Uma das propostas inovadoras do Programa de Atuação da Polícia Civil em áreas específicas da realidade nacional foram a psicologia, serviço social e comunicação. A proposta visa a atuação em áreas "trabalhadas" e a atribuição de polícias para as áreas específicas. Soares⁽⁴⁵⁾ fala da prática policial nas delegacias tradicionais:

Existe o senso e constância em que, na delegacia, a investigação é encarada, sua natureza é grosseira, com a caça à abarcação em esboços no pescoço e a investigação no fundo, que se dá a nível. O policial vai para a base dos fatos no ecossistema da rotina

escravos em uma sala, a suspensão dos ombros do pape e a ligação - os a v i a v a an - o assi pa a gu e po, co o que exa ina u p o u e, em uan o des oca o pai e co a ngua de u can e pa a o u o da boca (p. 53).

Na nota proposta - a Organização Legislativa - a nota na estrutura física faz ufan as an e pa a a en e en e à popu a o co o pa av a oiza o p o s s i o n a . Soares (45) defende que as e as pa a u a a o q u i n o n a p o i c i a de oia se se u en e u t i p : o i z a o (e c n o g i c a e g e r e n c i a) , o i z a o e p a r t i c i p a o c o u n i t a . Os x an os t a z i v o s p e a d e g a c i a e g a f o a e n c i o n a t o s p o u p o i c i a c o o s t a M a y o & S o u z a () :

O p r i n c i p a l b i e n e d e t a b a t o , q u e a d e g a c i a L e g a e n s e j o u , o t i c o u a n a t u z a d e t a b a t o p o i c i a . E s e s e n e a s v a o i z a t o , n o s a p e r c e p o d a g r a f i c a o , e e t a b a t a e a b i e n e t e r r i g e r a t o , e u a b i e n e i p o , a g e n e r e t e r o u p a i p a e a g e n e s a c o a t o u p a i p a (o p) .

3.2. Caracterização organizacional da Polícia Civil:

A aua o da P o c i a v i n o s a t o d e v o d e a n e i o e s t a d e e q u a t e r e a s d e p o i c i a e n e : a p i a , u e i e a t e i o e s , a x a t a e n e i o .

As fun es da P o c i a v i s o e s s e n c i a e n e r e p r e s s i v a s , s e d e s c o n s i d e r a o e r e q u e p r o e n i q u e , i n t e e n e , d e c o r e d e s u a a u a o . o p e e t e :

- n e s i g a d e i o s e e n c a i n t a r e s u q u o s d a i n e s i g a o a u s i a o u s a t u a ; i n s a u a i n t u i t o s p o i c i a s ; a u a e f a g r a n e ; e q u a p i s o p r o e n i a e e p o r t a ; e q u a b u s c a s e a p r e e n s e s e v a n e o d e j u r i d i c i a ; r e a i z a p a c i a s e e x a e s t e c o p o t e i e .

a) Estrutura administrativa

A P o c i a v i n t e g r a p o u t r e d e P o c i a , o c u p a n e d o c a g o d e d e g a d o , e r i n a d e c a r e i r a , s u b s t i t u i d o e a f a s a e n e s e i p e u e n e s o e n u a s p e o S u b d e g a d a P o c i a v i , c o n e e p o t e o s o b s e r a n o t u a t o 3 . S u a e s t r u t u r a a d m i n i s t r a t i v a c o p o s a p e o s s e g u i n e s i g o s :

Quadro 3: Estrutura administrativa da Polícia civil

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ESTRUTURA ADMINISTRATIVA							
CHEFIA DA POLÍCIA CIVIL							
ORGÃOS DE ASSESSORIA DIRETA E IMEDIATA							
Gabinete do Chefe	Assistência Jurídica	Assistência de Comunicação Social	Assistência Técnico-Administrativa	Assistência de Planejamento	Coordenadoria de Inteligência	Centro de Informática e Telecomunic.	
ORGAO COLEGIADO							
Conselho Superior da Polícia Civil							
ORGAO DE APOIO ADMINISTRATIVO							
Superintendência de Administração e Serviço							
Serviço de Assistência Social	Comissão Permanente de Licitações	Coordenadoria de Recursos Humanos	Coordenadoria de Apoio Logístico	Divisão de Administração Financeira	Hospital da Polícia Civil - José Costa Moreira		
ORGAO DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E TREINAMENTO							
Academia Estadual de Polícia Sívio Terra							
ORGÃOS DE ATIVIDADES ESPECIAIS							
Subchefia de Polícia Civil (Delegacias especializadas, Divisões e Institutos)							
Delegacia Superior de Dia (DSD)	Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos (DFAE)	Delegacia de Captura e Polícia Interestadual (DC-POLINTER)	Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA)	Delegacia Anti-Seqüestro (DAS)	Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM)	Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA)	Delegacia de Polícia Fazendária (DPF)
Delegacia de	Delegacia de	Delegacia de	Delegacia de	Delegacia de	Instituto de	Instituto de	Instituto
ORGÃOS OPERACIONAIS							
Superintendência Geral de Crimes Contra a Vida	Delegacias Regionais de Polícia METROPOL	Delegacias Regionais de Polícia INTERIOR		Coordenadoria de Recursos Especiais			
Delegacias de	Delegacias	Comissões	Delegacias	Comissões			
ORGAO DE CORREIÇÃO							
Corregedoria de Polícia Civil							

Fonte: Decreto nº 22932, de 29/01/1997, publicado no Diário Oficial do Rio de Janeiro em 30/01/1997.

b) Formas de ingresso e requisitos para exercício dos cargos

O ingresso no quadro permanente da Polícia Civil - faculta-se a brasileiros e estrangeiros maiores de 18 anos, e menor de 65 anos, e pleno exercício dos direitos civis e políticos, sem antecedentes criminais e gozando de boa saúde - sendo por concurso público, dividido em duas fases:

a) exame psíquico, provas escritas e orais de conteúdos, provas práticas (quando necessárias ao cargo), exames físico e psíquico, prova de títulos e provas de capacidade física;

b) os candidatos aprovados na primeira fase serão convocados no uso de formulário profissional, ministrado pela Academia Estadual de Polícia Sívio Terra.

O(a) candidato(a) não pode obter mais de 50 pontos e quatro das fases do concurso. E(a) sub-eleito(a), ainda, à Prova de Necessidade Social, que pode

esentada-se a partir do momento do concurso, considerando-se seus antecedentes criminais, sociais e familiares, a validade de sua contratação e concessão no uso de férias a Pleiônica. Após o ingresso no quadro Permanente Pleiônica, o(a) candidato(a) deverá exercer as funções, o(a) pleiônica permanece por dois anos e esse período, durante o qual seu vínculo é independente em relação às disciplinas, e o(a) pleiônica será exonerado(a), caso se compare e sua inaplicação para o cargo.

O quadro 4 sintetiza os diversos cargos permanentes da PCERJ, seus requisitos e suas respectivas atribuições:

Quadro 4: Cargos permanentes da PCERJ, os requisitos para exercê-los e suas respectivas atribuições:

A) NÍVEL UNIVERSITÁRIO		
CARGO	EXIGÊNCIAS	ATRIBUIÇÕES
Delegado de Polícia	Diploma registrado de bacharel em Direito	Funções superiores de comando, chefia, coordenação, planejamento e controle nos vários escalões da estrutura organizacional; direção das delegacias distritais e especializadas; instauração e presidência de todos os procedimentos de Polícia Judiciária
Perito Legista	Diploma de Medicina, Farmácia, Odontologia ou Bioquímica, registrado na respectiva associação profissional	Supervisão, controle e execução de perícias médico-legais; estabelecimento de novos métodos, técnicas e procedimentos de trabalho em qualquer órgão da Polícia Civil
Médico Policial Enfermeiro Policial	Diploma de Medicina ou Enfermagem, registrado na respectiva associação profissional	Inspeção às carceragens nas unidades policiais, indicando medidas para preservar condições sanitárias e de saúde dos presos; tratamento médico dos presos, sempre que necessário; acompanhamento de diligências policiais, quando requisitado
Perito Criminal	Diploma de curso superior registrado na associação profissional correspondente (Engenharia, Farmácia, Veterinária, Biologia, Física, Química, Ciências Contábeis ou Agronomia)	Supervisão, controle e execução de perícias criminais; estabelecimento de novos métodos, técnicas e procedimentos de trabalho em qualquer órgão da Polícia Civil
Engenheiro Policial de Telecomunicação	Diploma registrado de curso superior de Engenharia	Supervisão, controle e execução de projetos de instalação e manutenção de equipamentos de sistemas eletrônicos ou redes de telecomunicações policiais

B) NÍVEL MÉDIO

CARGO	EXIGÊNCIAS	ATRIBUIÇÕES
Detetive Inspetor	Certificado de segundo grau escolar ou equivalente	Supervisão, controle e chefia de equipes de detetives; assistência às autoridades superiores em assuntos técnicos especializados e fiscalização de trabalhos de segurança, investigações e operações policiais
Escrivão de Polícia	Certificado de segundo grau escolar ou equivalente	Supervisão e cumprimento das formalidades legais em procedimentos de Polícia Judiciária e demais serviços cartorários; supervisão das atividades cartorárias do Escrevente
Papiloscopista	Certificado de segundo grau escolar ou equivalente	Supervisão e execução de trabalhos papiloscópicos: tomada de impressões papilares; coleta, análise, classificação, pesquisa e arquivamento de informações
Escrevente	Certificado de segundo grau escolar ou equivalente.	Execução de trabalhos administrativos envolvendo aplicação de técnicas de material, pessoal, orçamento, organização e métodos; execução de trabalhos datilográficos em geral; auxílio em procedimentos administrativos e de Polícia Judiciária
Detetive	Certificado de segundo grau escolar Carteira de habilitação de motorista profissional	Execução de atividades envolvendo segurança das autoridades, de bens e serviços, ou de áreas de interesse da segurança interna; execução de investigações e operações policiais visando à apuração de infrações penais; condução de viaturas, na falta de motorista e quando a situação o exigir
Piloto Policial	Certificado de segundo grau escolar ou equivalente Carta de Piloto Comercial expedida pelo Departamento de Aviação Civil	Execução de trabalhos relacionados ao transporte aéreo e ao cumprimento das normas de navegação e segurança; apoio aos serviços policiais em todo o estado
Auxiliar de Enfermagem Policial	Certificado de segundo grau escolar ou equivalente Habilitação técnica inerente ao cargo	Execução de tarefas relacionadas à saúde dos presos nas carceragens e xadrezes, em apoio ao trabalho dos médicos e enfermeiros policiais
Técnico Policial de Laboratório	Certificado de segundo grau escolar ou equivalente Habilitação técnica inerente ao cargo	Execução de trabalhos de laboratório necessários às investigações policiais: determinações, dosagens e análises; radiografias para localizar projéteis de arma de fogo; aplicação de técnicas histológicas e hematológicas
Técnico Policial de Telecomunicação	Certificado de segundo grau escolar ou equivalente Habilitação técnica inerente ao cargo	Execução de tarefas técnicas de nível médio relativas à área de telecomunicações policiais

C) PRIMEIRO GRAU

CARGO	EXIGÊNCIAS	ATRIBUIÇÕES
Fotógrafo Policial	Certificado de primeiro grau escolar ou equivalente	Supervisão e execução de trabalhos que envolvam técnicas fotográficas na investigação policial
Operador Policial de Telecomunicações	Certificado de primeiro grau escolar ou equivalente	Operação de aparelhos integrantes do Sistema de Telecomunicações de Segurança
Técnico de Necropsia	Certificado de primeiro grau escolar ou equivalente	Execução de trabalhos operacionais complementares na área de anátomo-patologia, como realização de necropsia e dissecação de cadáveres, sob a supervisão direta de peritos legistas
Carcereiro Policial	Certificado de primeiro grau escolar ou equivalente Carteira de habilitação de motorista profissional	Execução de atividades relativas a custódia, escolta e condução de viaturas destinadas ao transporte de presos em carceragens e xadrezes das unidades da Polícia Civil; registro, em livro próprio, dos bens e valores dos presos; inspeção permanente das condições de higiene, conservação e segurança das instalações carcerárias; providência de alimentação e, sempre que necessário, de assistência médica aos presos; fiscalização de visitas aos presos, quando permitidas pelas autoridades competentes
Motorista Policial	Certificado de primeiro grau escolar ou equivalente Carteira de habilitação de motorista profissional	Condução de viaturas policiais, ostensivas ou não; apoio aos serviços policiais; conservação do veículo sob sua responsabilidade; execução de trabalhos relativos ao transporte e à segurança de autoridades
Auxiliar ou Servente de Necropsia	Certificado de conclusão da 4ª série do 1º grau, ou equivalente	Execução de atividades relacionadas à remoção e asseio de cadáveres, e limpeza e conservação de necrotérios

Fonte: Decreto-Lei nº 7.295/84

Atividade de Polícia - unidade operacional básica - dirigida por um delegado de polícia e possui um ou mais delegados adjuntos (auxiliares), com caráter acessório na unidade (as delegacias de primeira categoria e quatro delegados adjuntos); cada delegado dirige a "equipe judiciária", composta por um delegado-inspetor, um delegado, um escrivão, um grupo de investigação e um grupo de operação - sendo o delegado de polícia o responsável pelas prisões, cárceres, senhas e outros auxílios. Cabe ao delegado de polícia a "delegacia" para o desempenho de funções técnicas e, assim, por que na Polícia significa que a autoridade do cargo ou função ("delegacia"), pelo poder judiciário, a função do poder executivo.

De acordo com a Constituição dos Estados Unidos, os policiais visam ao bem-estar do cidadão, e seu 9º artigo, define "circunstâncias" como "bens de convivência entre os policiais da casa e a finalidade de desenvolver o espírito de camaraderie, e a benevolência e confiança, se

prejuizo do respeito". O art. 1º da Lei nº 1.370, de 1954, designa os agentes subalternos da Polícia Civil. Não há consenso sobre o significado da palavra "polícia": para alguns, refere-se à atividade de *tirar de circulação* os inócuos, a gráns e suspensos; para outros, deriva da "polícia" (extrajudicial) inferior aos órgãos da "polícia" ou a espécie de *força* social insubordinada das pessoas com que os policiais entra em contato, classificadas segundo os vários pontos (Lima, 1995a: 53).

c) Controle interno e regulamento disciplinar

O Regimento Interno dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto nº 3.044, de 22 de janeiro de 1980, no capítulo intitulado "Do Regimento Interno da Polícia", estabelece os princípios da profissão, entre os quais (art. 1º): proteger vidas e bens; preservar a ordem, o respeito ao cidadão; defender a inocência e o direito contra o engano e a opressão; respeitar os direitos e garantias individuais; respeitar a dignidade da pessoa humana; exercer a função policial com probidade, honestidade e lealdade; fazer observância às leis e regulamentos; não permitir que seniores ou autoridades possam influenciar suas decisões; preservar a honra, a dignidade que não se esgote e a autoridade.

O capítulo da "Responsabilidade" define os casos em que o(a) policial responde civilmente, pena e/ou administrativa em função da execução irregular das suas funções, sendo especificados nos três capítulos seguintes as várias disciplinas (administrativas), as punições correspondentes e os recursos aos quais o(a) policial tem acesso para contestar as ou anular as. A transgressão disciplinar pode ser classificada em leve, média ou grave (art. 1º). Dependendo dessa classificação o juiz julga em determinadas circunstâncias a enunciação ou agravantes, e aplica penas de advertência; repreensão; suspensão (até no máximo 90 dias); afastamento de serviço, cargo ou função; decesso e cassação de aposentadoria ou responsabilidade (art. 8º). São as seguintes as disciplinas, entre as 35 previstas pelo Regimento (art. 6º):

Transgressões relacionadas à conduta do(a) policial civil no interior da organização:
 falta de assiduidade ou inpontualidade habituais (leve); inoperância ou ineficácia influente para o serviço, reatância, transferência ou comissão em função (leve); perturbação de serviço expressa ou manifesta de autoridade competente (leve); desobediência

1. a) os superiores e os subordinados com a diferença de natureza e a urbanidade de palavras (14a); insubordinada-se ou desespertou superior e inferior (34 e);

Transgressões de ação das autoridades policiais de polícia judiciária: usar indevidamente os bens do Estado ou de terceiros sob sua guarda ou não (34 e); agir, no exercício da função, com desídia, deslealdade ou negligência (14a); a qualquer preso sob sua guarda ou usar de violência desnecessária no exercício da função policial (14a); deixar de concitar, nos prazos legais ou regulação, se houver os juízes, intuídos policiais, sindicadas, atos ou processos administrativos (14a); utilizar, ceder ou permitir que outrem use objetos arrecadados, recolhidos ou apreendidos pela Polícia (34 e); estivar-se, na ausência da autoridade competente, de atender a ocorrências passíveis de intervenção policial que presencie ou de que tenha conhecimento imediato, e o fato da escassez de serviço (34 e); desespertar ou proclamar o cumprimento de decréto judicial ou circular (34 e); violar o sigilo de polícia (34 e).

Transgressões de ação das autoridades sociais: anfitrião deslealdade ou exibição pública, habitualmente, com pessoas de reputação, exceder o prazo de serviço (34 e); deixar habitualmente de satisfazer as obrigações ou de pagar regulação em pensões a que esteja obrigado por decisão judicial (34 e); vingar-se do cargo com ofensas ou ofensas a terceiros de objeto próprio de natureza política partidária para si ou para outrem (14a); entregar-se à prática de jogos proibidos ou ao vício da embriaguez, ou qualquer outro vício ilegalmente (34 e); portar-se de modo inconveniente e ugar público ou acessível ao público (34 e).

O comitê disciplinar de (a) polícia ou dos factos e atos e comitê na concessão de prêmios por merecimento - podendo ser sancionado com exceção (nenhuma pena disciplinar de qualquer espécie nos 12 meses), 12 (nenhuma pena disciplinar nos 12 meses), regulação (suspensão superior a dez vezes nos 12 meses) ou 12 (suspensão superior a dez vezes no 12 meses) (34). Decorrido o prazo de dez anos se nenhuma a aplicação de penas disciplinares, o(a) polícia pode ser encaminhado à Secretaria de Segurança e cancelado em duas anos as autoridades em exercício (35).

De acordo com a Lei nº 699, de 4 de dezembro de 1983, atualizada pela Lei nº 2.577, de 4 de agosto de 1988, a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro é criada com 22.539 policiais, entre delegados, agentes e auxiliares, distribuída em uma área de 606 mil habitantes. Em janeiro de 2006, o efetivo era de 9.993 profissionais. O quadro abaixo, das categorias funcionais, com exceção de Policial Auxiliar (cargo exclusivo), apresenta a situação de efetivo, incluindo os cargos de delegado e de delegado-inspetor, distribuídos à seguinte principal atividade:

Quadro 5: Efetivo Previsto e Existente no Estado do Rio de Janeiro

**PCERJ:
EFETIVO PREVISTO E EXISTENTE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,
POR CATEGORIAS FUNCIONAIS
(Referência: 1º de outubro de 1998)**

CATEGORIA FUNCIONAL	EFETIVO		
	PREVISTO	EXISTENTE	EXISTENTE/ PREVISTO (%)
Delegado de Polícia	871	441	50,6
Detetive-Inspetor	1.800	663	36,8
Escrivão de Polícia	1.300	821	63,2
Detetive	10.000	4.613	46,1
Escrevente	3.190	878	27,5
Perito Legista	500	285	57,0
Perito Criminal	500	191	38,2
Papiloscopista	700	462	66,0
Técnico Policial de Telecomunicações	154	43	27,9
Técnico Policial de Laboratório	60	31	51,7
Técnico de Necropsia	260	170	65,4
Operador Policial de Telecomunicações	330	235	71,2
Fotógrafo Policial	100	57	57,0
Motorista Policial	1.000	381	38,1
Auxiliar de Necropsia	230	101	43,9
Médico Policial	95	7	7,4
Enfermeiro Policial	95	0	0,0
Auxiliar de Enfermagem Policial	95	1	1,1
Engenheiro Policial de Telecomunicações	10	8	80,0
Piloto Policial	10	9	90,0
Perito Criminal Auxiliar	39	39	100,0
Carcereiro Policial	1.200	557	46,4
TOTAL	22.539	9.993	44,3
RELAÇÃO POLICIAL/HABITANTES	1/606	1/1.366	-

Fontes: PCERJ / Superintendência de Administração e Serviços e CIDE (*Anuário do Estado do Rio de Janeiro* 1997 - população estimada para 1998).

O principal aspecto desta distribuição de efetivo existe por regiões e por tipos de delegacias, não considerando os funcionários locais e cargos técnicos e administrativos. A cobertura policial civil (reação policial) habitantes) na área da cidade é inferior às outras duas regiões, conforme pode ser observado no quadro 3, de acordo com a seguinte análise: quando se considera o fato de apenas

Quatro das 24 delegacias especializadas e 3 das 2 Metrópoles situam-se na área rural.

Quadro 6: Efetivo Existente, por Regiões e Tipos de Delegacias

**PCERJ:
EFETIVO EXISTENTE, POR REGIÕES E TIPOS DE DELEGACIAS
(Referência: janeiro de 1999)**

DELEGACIAS	EFETIVO		POPULAÇÃO RESIDENTE	RELAÇÃO POLICIAL/HABITANTES
	n	%		
DISTRITAIS DA CAPITAL	2.044	33,1	5.5515.38	1/2.716
DISTRITAIS DA BAIXADA*	642	10,4	3.099.085	1/4.827
DISTRITAIS DO INTERIOR**	1.725	28,0	5.002.989	1/2.900
ESPECIALIZADAS	1.140	18,5	-	-
METROPOLS	617	10,0	-	-
TOTAL	6.168	100,0	13.653.612	1/2.214

(*) Abrangendo os municípios de Belfort Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Magé, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, S. João de Meriti e Seropédica.
(**) Incluindo o município de Niterói.
Fonte: PCERJ / Superintendência de Administração e Serviços

A composição da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro compõe-se, segundo os dados de janeiro de 2004, cedidos pela Assessoria de Planejamento da Polícia - ASPLAN, por 500 policiais e 600 do Estado. No Município de Campos Goyazes existem aproximadamente 100 policiais e delegacias e aproximadamente 20 policiais trabalhavam no setor cívico, perfazendo um total de aproximadamente 20 policiais. A área policial trabalhava

Apesar do caráter de distribuição assistencial de que se trata, nessa área ainda pode-se considerar que existe "inércia" nos quadros da Polícia Civil ou pelo menos quanto se trata da composição da sua principal atividade (4). Segundo esta área de experiência de Polícia, Delegado Hino Luz, apenas dois indivíduos no exercício das funções da Polícia trabalhavam nessa área e investigações; boa parte dos dados poderia ser transferida para outros órgãos - como as Secretarias Especiais de Saúde ou de Indústria e Tecnologia, no caso das funções de polícia cívica (micro-empresas; pequenos e auxiliares de necropsia), o que seria um avanço adicional de uma das funções independentes, nos sujeitos à ingerência dos interesses corporativos policiais. No entanto, em janeiro de 2004, dentro da Polícia Civil, ao longo do plano de trabalho que o chefe de Polícia apresentava em janeiro, incorporando essas unidades. A possibilidade de significar o aumento da capacidade dos agentes a serem transferidos para outras secretarias, entre outros, pois que implicaria a perda de

por ele as, a escala de serviço e as atribuições e do poder associado à condição de polícia.

d) Escala e jornada de trabalho

A escala de trabalho para os policiais civis é de 24/24 horas, e jornadas de 48 horas semanais, ou seja, faz o plantão de 24 horas e folgamos 24 horas. Se já houver, no caso da PVI, a funcionalidade operacional das escalas de serviço, aplicadas de maneira uniforme às atividades, as questões envolvidas a respeito desse regime para todos os cargos da Polícia Civil, inclusive para aqueles iguais à insígnia, que exige trabalho contínuo ou escalas fixas, a depender da função específica de cada caso apurado. O contrário de um regime de 24 horas e folgamos 24 horas seguintes parece a justificativa na insinuação de inferioridade "bico" - vale dizer, do exercício de outras atividades remuneradas durante os dias de folga -, apesar de o segundo emprego (se não caso de ags.rio) ser definido como "paralelo" pela que regula em a prestação de polícia civil, portanto, e esse, resumo na de iss. do "infra" (Lei nº .432/89, arts. 4º e 5º). Mas a base de essa que, no entanto, em outras situações, à escassez e à distribuição assíncrona de serviços, com exceções das condições laborais de trabalho extra-durante seus dias de folga, nas próprias delegacias.

As condições de trabalho realizadas pelos policiais civis da cidade de Rio de Janeiro são consideradas na pesquisa de Vinay & Souza⁽¹⁾.

e) Remuneração e benefícios

Outros benefícios do policial civil acrescentados: adicional por serviço; gratificação por função, pelo exercício de cargos e comissão, pela participação em julgamentos de tribunais, pela representação de gabinete, pela participação em bancas de concurso e pelo exercício de atividades extras no curso de formação; auxílio de custo e transporte ao policial que atua para o serviço ou a sede; licença especial; férias para o policial que, em razão do serviço, se desloca em uma sede. Já a partir de 2000 as condições de trabalho passam a fazer parte do Programa de Equilíbrio da Legião e recebe a gratificação mensal.

para a tutela (autopsia); e caso de es o corpo a, sói a-se exa e de
compo de lei (PP, a 6º);

- Se o au ou suspa e f a preso nas 24 as subse uen es à noica o de
oi e, a a u au de pis e f ag an e, e a Po ó a e de co unica
ao juiz a de en e seus os; o juiz ue de de se o in d a to ou
suspa e pa aneca preso tu an e às in esiga es. Tan e a Po ó a tu an e o
po e e pode sói a ao juiz a inco unicabi lidade de preso pe o prazo
xi o de 1 s as, as es o nes e caso o in d a to e de e a
co unica-se co seu a v o ga to (a 2º);
- A au a lidade po ó a ou e a(s) i a(s) e in e ro ga o(s) in d a to(s), de en to
obse a as es as no as es i pu a l as pa a o in e ro ga t o r a o pe o juiz na
e a pa de in u t i o ju d a (PP, T u o , ap u o). Proc e de ao
reco n e c i e n t e de pessoas e co isas re a c i o n a l as ao de i o, e, quan to
necess r i o, a aca ea es; o r d e n a a i d e n t i f i c a o de in d a to pe processo
d a i o s c p i c o e o a n a i n f o a es sobre a v i d a p r e g e s s a de es o, assi
co o ou t o s e e en o s que co n t r i b u e pa a a a p e c i a o de seu
e pa a en e e ca o "(a 6º); se necess r i o, pode p r o c e d e r à r e p r e s e n t a o
s i u a l d e l o s f a o s pa a v e r i f i c a o de co o r r e c o e i d a a i n f a o, de s t e
que i s e "n o co n t r a i e a a i d a d e ou a o d e p b l i c a" (a 7º);
- A Po ó a i n s t a u a o in u t i o pa a o t o s os r e g i s t r o s? e o t a s as
t u a x a s? u a n o s % i n s t a u a t o in u t i o e t u a n o s f o a j u g a t o s? que de e
s e c o n c u t o no prazo xi o de 1 e z as, se o in d a to v e s i t o preso e
f a g a n e ou p r e e n i a e n e, e no prazo xi o de 30 as quan to es i t o

- Se as provas apresentadas não são conclusivas, o Ministério Público pode oferecer o inquérito ao juiz, sob o fundamento das circunstâncias (art. 6º); caso não haja base para a denúncia, pode ser ordenado a extinção do inquérito, assim a autoridade judiciária pode fazer - o, nunca a autoridade policial (art. 7º);
- quando consideradas satisfatórias as informações necessárias para a proclamação do crime, o Ministério Público apresenta a denúncia ao juiz, quando dirige a autoridade judiciária, e que estas as decida sobre as eventuais acusações de crime se repetidas durante o inquérito, esse se o inquérito policial vier sendo acobertado e incute nos autos da ação judiciária (PP, art. 100 : "prova").

Quando o inquérito policial, o inquirido ou suspeito pode ser assistido por um advogado, assim, e bem assim, entra em contato com o juiz para se comunicar com seu advogado, de acordo com as disposições do art. 100, § 1º, e de acordo com o art. 100, § 2º, e de acordo com o art. 100, § 3º, caso se considere, ou ao seu advogado, a falta de assistência, não participando as autoridades policiais na atuação do defensor, isto é, não apresenta contraprovas e fatos do inquirido; e funciona, pelo menos, a princípio, apenas com o "risca" dos direitos do cidadão e da isenção dos procedimentos em tais situações.

Os passos até a decisão configuram o procedimento nos casos de aplicação da pena pública. É o tipo de ocorrência - crime - em tais penas e ações de natureza pública (eventuais) (essas são as determinadas pela legislação básica em tais casos, não mencionadas), o Ministério Público atua nos atos de inquirição ou suscitação, que, a respeito da idade e prazos dos crimes, a respeito do "contraditório" no primeiro inquérito policial, a apresentação da denúncia e a acusação durante o inquérito da defesa. Nos crimes de natureza pública (não-copulativa, simétrica e durante a execução do crime), os autos do inquérito são entregues ao juiz para que ele, após a audiência pronuncia em favor da acusação ou de seu representante legal sobre a intenção de prosseguir com a ação ou desistir dela (Artigo Pena, art. 103º e PP, art. 9º).

Quando os inquiridos judiciais se tornam contraditórios, isto é, bi-partes (acusação e defesa), os inquiridos judiciais, na maioria dos casos, são inquisitoriais, a saber, unipartes. O sistema básico de duplo inquérito é essencialmente em favor do "acuso" em tais situações (executivo) e judiciário, após tais casos experimentados que a competência na proclamação da pena e transferência para os juízes atribuído de julgamento e punição dos crimes apurados. Sua justificativa doutrinária baseia-se

no processo pena ing s, t ue, ao cont r i o d o s d e o u t r o s p a s e s, c o e t i a n a e t i a -
 o n t e "c a b e a o M i n i s t r i o P b l i c o a i n e g r a r e s p o n s a b i l i d a d e p e a i n s t a u a o e
 c o n t r o l a s i n e s i g a e s p e i i n a e s, r i g u a n t e a p o d a c o e r i g o o p e r a d o n a e
 a u x i l i a " - , a t o a o p i n c i p i o d e s e p a r a t i s m o, p e o t u a a s f u n e s d e i n e s i g a e d e
 d e s e n c a t e a a a o p e n a s o e x e c u t a s p o r i g o s i n t e r e n e s e e i n t e r e n e s e a p a s.
 S e g u n t o e s s a d o u t r i n a, a a c u u a o t a s d u a s a t r i b u i e s i p c a i a a o r i s c o d e
 p a d a i d a d e n o p r o c e s s o, p o t e n t o o o p e r a t o r d o t r i t o q u e f o s s e e e p o i d a, p o o q u e
 a g i s t a d o, " a t o q u e p o n e d e v i s a d e s d e o g o, n o i n t o d a s i n e s i g a e s, e a n t e
 o a o n g o d o p r o c e d i m e n t o e n t r a n t e i n t e r e n e e f a c e d e t u a t u a o u t a a e n a l a
 p r o b a t i a".

A t i s s o, v i s o t u e " n o e s t o a u a d a n o s s a d i v i z a o, o s i p e s s e n t a - s e n o
 b a n c o d o s i u s i r e p r e s e n t a u a e s p e d e p e n a (...), n o s e i a t a z o v e t u e o e s
 i g o t u e c o n t r o l u z u a s i n e s i g a e s p e i i n a e s i s s e, a b e l a a t r i b u i o d e
 d e d i t o s o b r e a s u b i s s o d o i n t e d a t o a o s p e c a o s d e u a a o p e n a, t u e s e p e
 a i n g e o s t a t u s d i g n i t a t i s d o c i d a t o ". O o t e o i n g s, i n s p i r a d o d o s i s e a
 p r o c e s s u a b i a s i e n o, v a o i z a, a s i, a d u p l i c i d a d e d e p o n e s d e v i s a e o t e s g u a d o
 d a s g a a n i a s d o c i d a t o e f a c e d o p o d e p e s e c u t i o d o e s t a d o", e a i c a e n e
 a s s e g u a d o p e o c a q u e p e i i n a e s i g o s o d o i n t e u t i o p o i d a.

PARTE III

Perfil, Condições de Trabalho e de Saúde

Neste capítulo são apresentadas as condições de trabalho e de saúde dos servidores públicos do Município de Campos dos Goytacazes e comparadas com as condições de trabalho e de saúde dos servidores públicos do Município de Niterói.

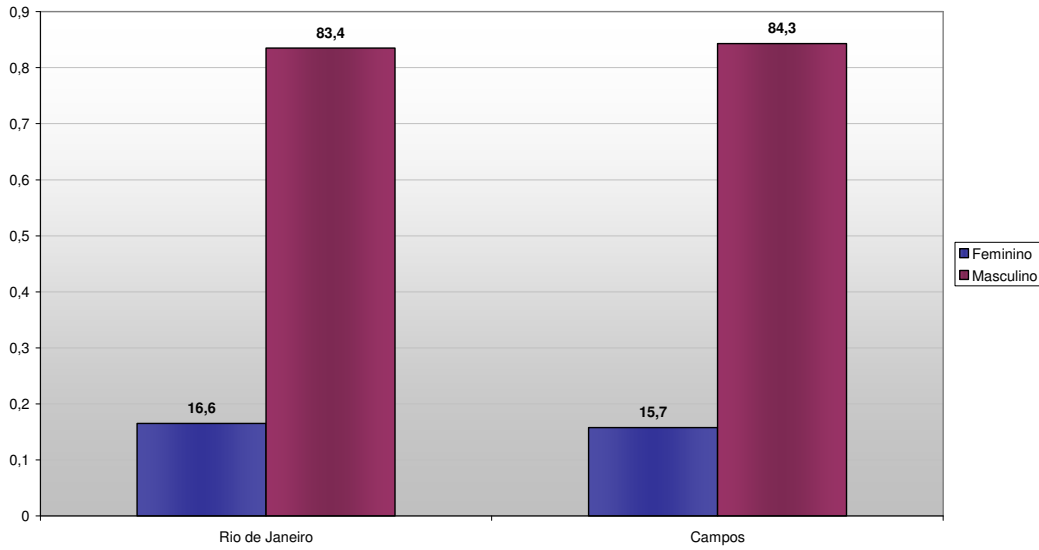
CAPÍTULO 4

Perfil

Apresenta-se o perfil dos servidores públicos do Município de Campos dos Goytacazes e do Município de Niterói.

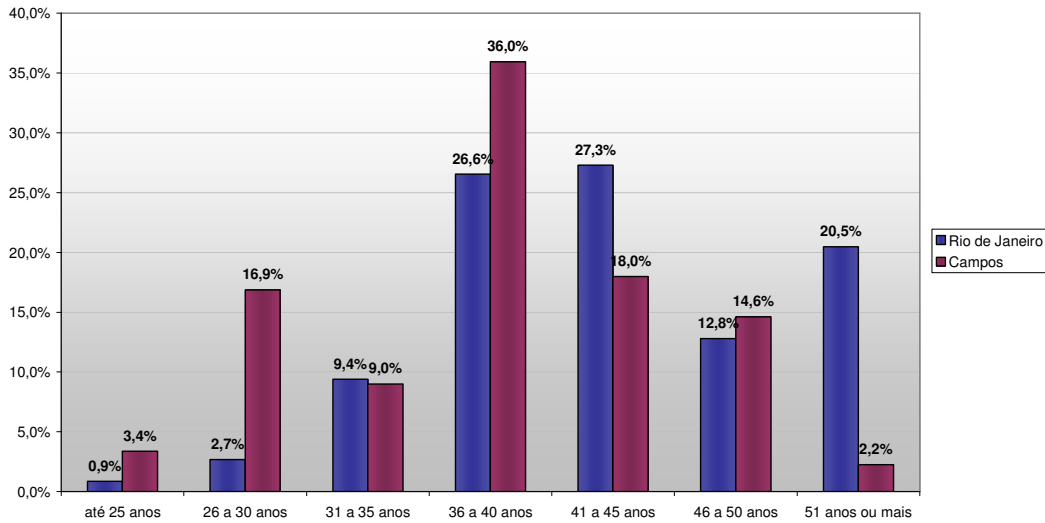
Em relação ao sexo, no Município de Campos dos Goytacazes há 83,4% de servidores públicos do sexo masculino e 16,6% de servidores públicos do sexo feminino. No Município de Niterói, há 84,3% de servidores públicos do sexo masculino e 15,7% de servidores públicos do sexo feminino.

Gráfico 21: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo o sexo - RJ,2002 e Campos, 2004
 RJ- N=531 Campos- N=89



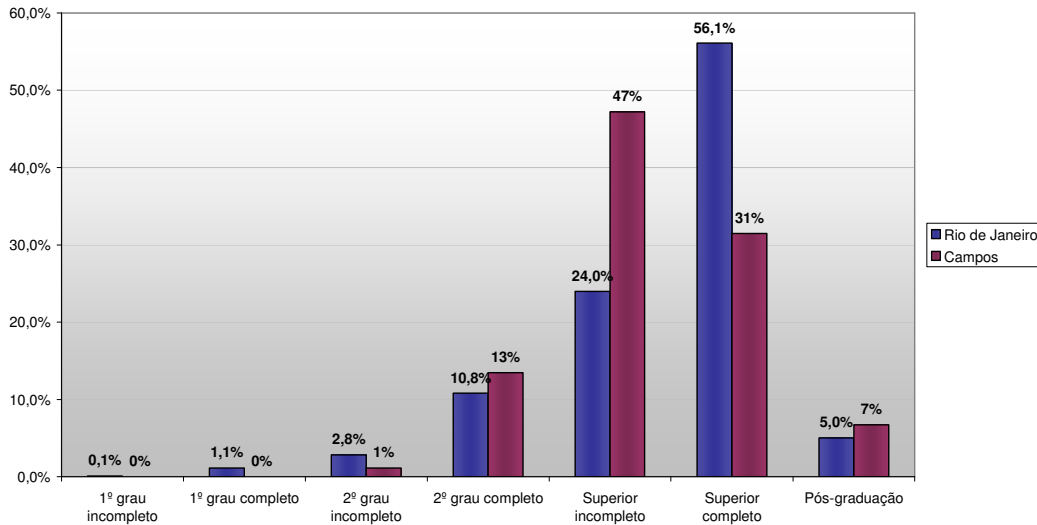
... e o idade... de en s n f c... no... d o d s d e s c d d e s p...),
 confo e podes e obs e d no f co 22. Os po c s de C p os dos Goy c z e s s o
 s o en... o 5,3 de po c s n e s c d de co... 46 no... de ne o
 pens 39,9 de s p o s s o n s e s... n e s f x e... C... en o nd o f o de
 pens 2,2 do po c s de C p os e e s de 5 no s co p do o... d o d o s
 po c s c o c s... e s o... 20,3 n e s f x e... O s... do de M n y o & o z
 2003) ... do en o p o f o de... concen... o de po c s... s
 e... e pon o... b... e e e o n e z do... b... o, o... e s... o o d o e
 de e c s o s o en... 2, do o... s... o n f x e... 35 no s), p e s d e e
 n e e s d e en s p e n d s c... s s o q o d de... e o... b... o
 ope con ex e s o.

Gráfico 22: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo faixa etária, RJ,2002 e Campos, 2004
 RJ-N= 532 Campos- N=89



No que se refere à escolaridade, não há diferenças significativas entre os policiais das duas cidades. O nível de escolaridade dos policiais de Campos é 80,7%, no que se refere ao Brasil, 3,6% e Campos concentra 3,6% e 5,0% no ensino médio e no ensino superior, respectivamente. Os dados mostram que a escolaridade dos policiais de Campos é superior à dos policiais de Rio de Janeiro. A experiência dos policiais de Campos é 4,6 anos (no que se refere ao Brasil) e 3,6 anos (no que se refere a Campos), com o tempo de serviço médio dos policiais de Campos sendo 2,8 anos (no que se refere ao Brasil).

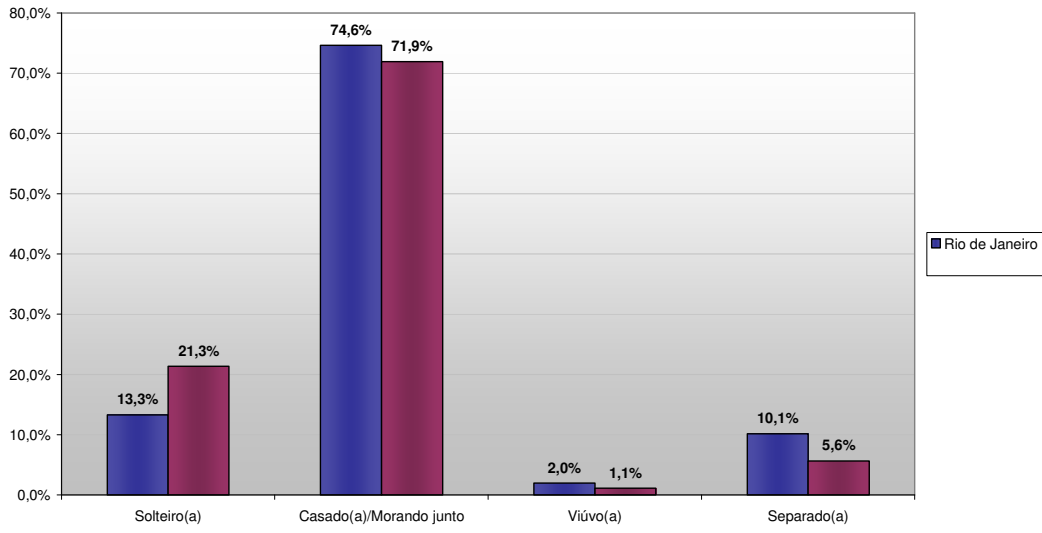
Gráfico 23: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo a escolaridade. RJ, 2002 e Campos, 2004
 RJ-N= 528 Campos- N=89



Os policiais não do Rio de Janeiro não de Campos se diz bem não 5,2 e 3,7 respectivamente. Não o que é diferente significativamente e o código é em os policiais de Rio de Janeiro e Campos. A comparação encontra-se 5,2 dos policiais de Campos e 3,8 no Rio de Janeiro, com diferença pontual de 29,2 e Campos e 3,8 no Rio de Janeiro e o que é encontrado pens no Rio de Janeiro 6,8 do Rio de Janeiro.

Considerando a **situação conjugal** não se encontra diferente significativamente em os policiais de Rio de Janeiro e Campos. Após análise de diferença, de policiais de Campos 2,3 com Campos 3,3 no Rio de Janeiro, com diferença de 24,1. Isso pode ser explicado pelo fato de que Campos, os policiais se casam mais cedo. No Rio de Janeiro 6,8 dos policiais se casam e Campos pens 5,2. Os policiais de Rio de Janeiro e Campos são 2,6 no Rio de Janeiro, e Campos).

Gráfico 24: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo a situação conjugal. RJ, 2002 e Campos, 2004.
RJ- N=531 Campos- N=89



CAPÍTULO 5

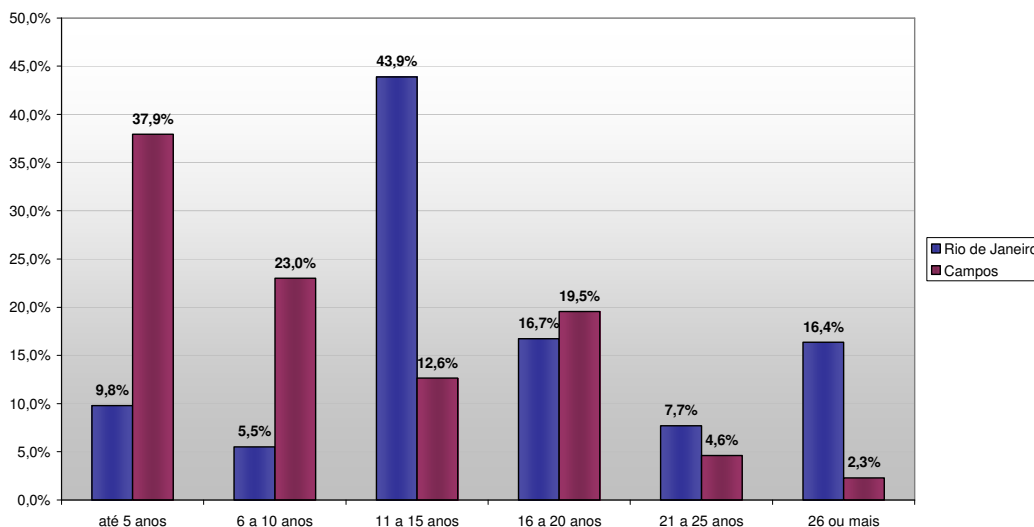
Condições de Trabalho

em relação ao tempo de serviço, encontram-se diferenças significativas entre os policiais das duas cidades (p.0,000). Campos possui 43,9% dos policiais com menos de 5 anos de serviço, com 2,3% dos policiais do município de Campos com 26 ou mais anos de serviço.

Esses resultados corroboram os pressupostos de que o tempo de serviço dos policiais contribui para a experiência e o conhecimento técnico, sendo que os policiais com mais tempo de serviço tendem a ser mais experientes e com maior conhecimento técnico (48).

A maioria dos policiais do município de Campos possui menos de 5 anos de experiência (43,9%), enquanto em Campos possui 2,3% dos policiais com 26 ou mais anos de experiência. Campos possui 2,3% dos policiais com 26 ou mais anos de experiência, enquanto Campos possui 16,4% dos policiais com 26 ou mais anos de experiência. Campos possui 2,3% dos policiais com 26 ou mais anos de experiência, enquanto Campos possui 16,4% dos policiais com 26 ou mais anos de experiência.

Gráfico 25: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo o tempo de trabalho na polícia. RJ, 2002 e Campos, 2004
RJ-N=531 Campos- N=87



é o cargo que exercem, os de C p o s co p o s e s u o , de
ns pe o s e de e s (43,2 e 3 5). O s n e de 3,4 de de e d o s , 8
p p o c o p s , 8 e c e 2,3 o p e do s de e c o u n c d o s . N o
d f e e n s n f c no e n e c o s e n e s d s c d d o s .

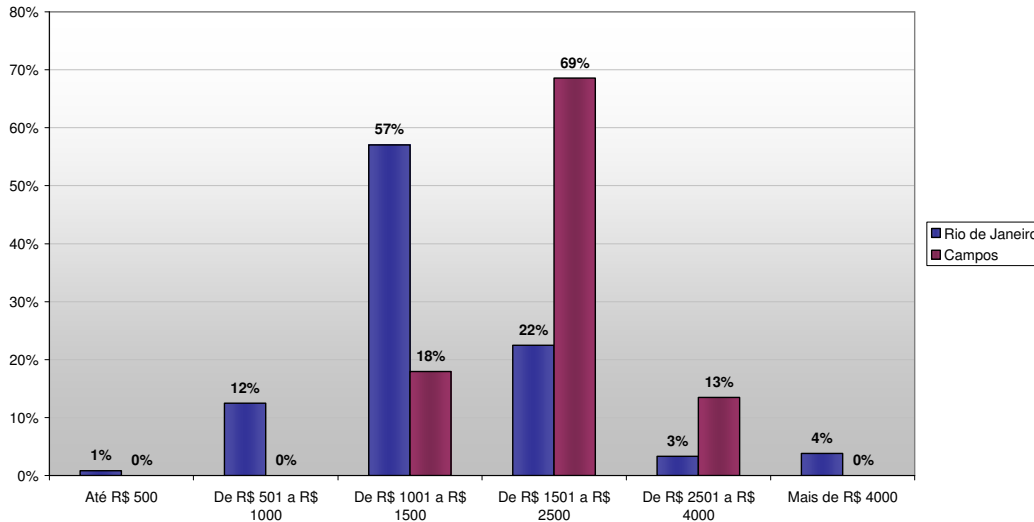
O p o c s e b e e d e e c s , n o n o n o e C p o s , n o s e
c o n s d e e d o d e f n o .

A e **estratificação salarial**, p o e o d e e u n e o b s c e d s f c d o s e
b c o p o e f o d e p e n o s . A o d o s p o c s do 58,) e c e b e
e n e \$ 200 e \$ 500, e n n o o d e C p o s (8,5) e c e b e e n e \$ 50,00
\$ 250,00. s d f e e n n o f o s c e n e s n f c .

e u n e s o b e o p o s s e s **descontos** no p e n o d o s p o c s . C o n c e s e e o s
p o s s o n s c o c s e s d e s c o n o e s e u n e o 58,) do e o s
c p s (44,3). o d e s n e e o s d e s c o n o e c o n d o p e n o e n c
e n o s e e d e d e s c o n o d o s p o c s do p o s s o s o e o s e p o s s e
s f o s e s o e o o p o p o d o s n c o n d o d e s e p d o s .

A c o p m n d o o c o n u o d e e o s o s o b e s o e c o n o c , n d e s o b e **renda
familiar**. , e e , s e e d e o s o e c e b d o n c o p o e e n d d
f d o s p o c s c p s s e e d e d o s p o c s c o c s , c o o p o d e o s
o b e n o f c o 2 s e d d o p e n o d f e e n s n f c (p . 0,00). D o s
p o c s d e C p o s 9,6 e n d f e n e \$ 50,00 e \$ 250,00 e n n o
p e n s 22 d o s p o c s do p e n o s e n e d e e n d . N f x d e e n d
f e n e \$ 250,00 \$ 400,00, o 3 d o s p o c s d e C p o s e 3 d o s
p o c s do A c d o s f x o p e c e n d e p o c s d s d s c d d o s s e u .
C e n o e e d p o p o d o s p o c s do 6) c o e n d f
\$ 500,00 2 d e \$ 50,00 \$ 600,00 e 5 d e \$ 60,00 \$ 500,00). o d e s e
n e e n d s e e d d o s p o c s d e C p o s e e e c o n d o f o d e
e e n e e o n e o d e s o e o s e d e s o s d e e n d c o s e s p s .

Gráfico 26: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo a renda líquida na polícia.
RJ, 2002 e Campos, 2004.
RJ-N= 511 Campos- N=89



Qualidade de Vida

As bases de dados sobre a qualidade de vida dos policiais civis são compostas por indicadores de qualidade de vida físicos, biológicos, ambientais, econômicos, de direito, condições sociais e psicológicas; e subjetivos, específicos do profissional.

Condições de moradia

Os policiais de Campos possuem condições de moradia, e o índice de satisfação dos policiais de Campos com a situação de moradia é de 4,4 dos policiais de Campos e 3,7 dos policiais de Campos. Os policiais de Campos estão morando em casas com 2,5 quartos de média e baixa renda, dos policiais de Campos estão morando em casas com 3,5 quartos de Campos e 2,5 quartos nos municípios de Campos e Campos. A renda média dos policiais de Campos é de R\$ 1.400,00, dos policiais de Campos e Campos, sendo que o índice de satisfação dos policiais de Campos com a situação de moradia é de 4,4 dos policiais de Campos e 3,7 dos policiais de Campos.

Quando se considera o desempenho dos processos com a população base, em 2006, observamos que a produtividade e a eficiência são pontos fortes. Em 1999, no Brasil, a produtividade era de 4,4 unidades por hora; em 2006, aumentou para 8,2 unidades por hora. A produtividade por hora foi de 2,5 unidades por hora em 1999, 2,9 unidades por hora em 2000, 9,6 unidades por hora em 2001 e 10,5 unidades por hora em 2002. A produtividade por hora foi de 2,5 unidades por hora em 1999, 2,9 unidades por hora em 2000, 9,6 unidades por hora em 2001 e 10,5 unidades por hora em 2002.

Tempo gasto para ir e voltar do trabalho

O tempo gasto para ir e voltar do trabalho é um dos fatores que afetam a produtividade. Segundo o IBGE (2006), o tempo médio gasto para ir e voltar do trabalho é de 44 minutos por dia. Isso representa uma perda de tempo de 10% da jornada de trabalho. O tempo médio gasto para ir e voltar do trabalho é de 44 minutos por dia. Isso representa uma perda de tempo de 10% da jornada de trabalho.

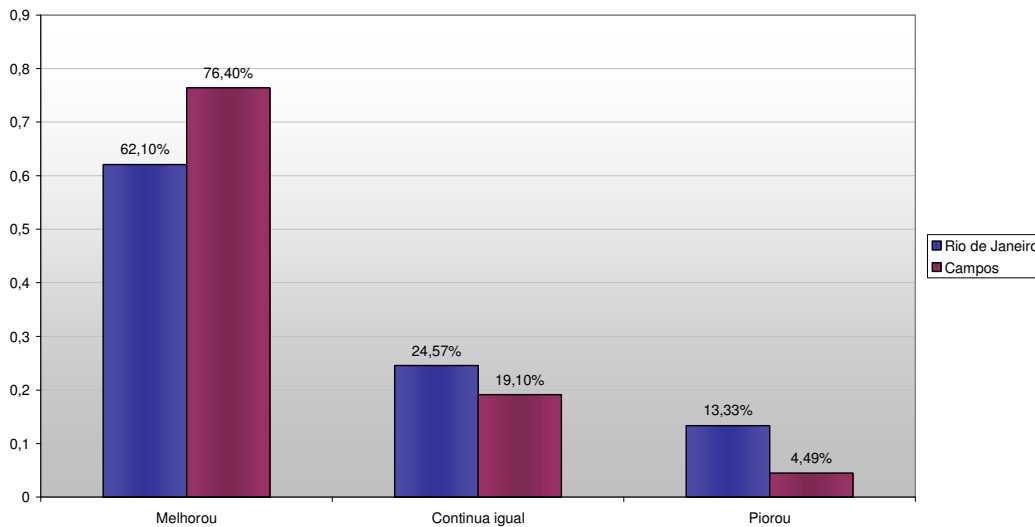
Atividades desenvolvidas nas folgas do trabalho

As atividades desenvolvidas nas folgas do trabalho são importantes para a recuperação física e mental dos trabalhadores. Segundo o IBGE (2006), os trabalhadores brasileiros passam em média 10 horas por semana em atividades de lazer. Isso representa uma perda de tempo de 25% da jornada de trabalho. O tempo médio gasto para ir e voltar do trabalho é de 44 minutos por dia. Isso representa uma perda de tempo de 10% da jornada de trabalho.

8,8 dos policiais do Rio de Janeiro e com um número de 7,5 em Campos e com uma diferença de 1,3 pontos percentuais. O mesmo ocorre com a condição de vida dos policiais de Campos dos Goytacazes, onde a melhoria foi de 7,4 pontos percentuais.

Depois de entrar na polícia os policiais de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, não melhoraram sua condição de vida, permanecendo a mesma. Com isso, o índice de melhoria da condição de vida dos policiais de Campos dos Goytacazes foi de 24,5 e 9, e Campos dos Goytacazes em população dos policiais de Campos dos Goytacazes depois de entrar na polícia foi de 3,3 no Rio de Janeiro e 4,5 em Campos dos Goytacazes. Isso demonstra que a melhoria da condição de vida dos policiais de Campos dos Goytacazes é menor do que a melhoria da condição de vida dos policiais de Campos dos Goytacazes.

Gráfico 27: Distribuição dos policiais civis segundo condição de vida após ingressar na Polícia Civil. RJ, 2002 e Campos, 2004. RJ-N= 525 Campos- N=89



A diferença significativa nos pontos sobre a condição de vida dos policiais de Campos dos Goytacazes, onde a melhoria foi de 7,4 pontos percentuais. No Rio de Janeiro, a melhoria foi de 8,8 pontos percentuais. O mesmo ocorre com a condição de vida dos policiais de Campos dos Goytacazes, onde a melhoria foi de 7,4 pontos percentuais. Isso demonstra que a melhoria da condição de vida dos policiais de Campos dos Goytacazes é menor do que a melhoria da condição de vida dos policiais de Campos dos Goytacazes. As diferenças percentuais de melhoria da condição de vida dos policiais de Campos dos Goytacazes são de 22,7 no Rio de Janeiro e 23,4 em Campos dos Goytacazes. As diferenças percentuais de melhoria da condição de vida dos policiais de Campos dos Goytacazes são de 22,7 no Rio de Janeiro e 23,4 em Campos dos Goytacazes. Isso demonstra que a melhoria da condição de vida dos policiais de Campos dos Goytacazes é menor do que a melhoria da condição de vida dos policiais de Campos dos Goytacazes. De acordo com o Decreto-Lei...

Após dois pontos de C p o s e s s e f e c o u d n e p e d e e c , e x s e u o e e o o n z o d o b r o , d n d e s s e d n s . "Nã o h á d ú v i d a q u e t r a b a l h a r n o a r c o n d i c i o n a d o , c o m c o m p u t a d o r e t o d a i n f r a - e s t r u t u r a é m u i t o m e l h o r , m a s n ã o h á m a i s t e m p o p a r a s e r p o l i c i a l , a g e n t e f a z m a i s t r a b a l h o b u r o c r á t i c o . " (G 1 , D L)

Após de pe cebe e a d n p o s n s c o n d i t e s d e b r o o p o c s c p s p o n e s e p e d e s e c o e d e n o o s d p o s s o n e c o r e e c e d e s d e e f e s e p o s b d s e r o e s c o n d i t e s d e b r o 52,8 e C p o s e 45,6 n o e n o o p e c e n t e d e p o c s , e p o s d s c e s , b e c e e . n d o s e s o e s e p o n d e e x e n e e c e " e e s e d s e e c e c o e r o s n s c o n d i t e s d e b r o " , 3,6 d o s p o c s d e C p o s e 8,8 d o s p o c s d o e f e s e c o r e p o s s o n . D e n e e e c o r e e d d e s , s f o d p o c r o e d f e e n s n f c n s e p o s . 4, e C p o s e 4 n o M s p o c s c o c s d s e e c o r e o e c e c o p e e n e d f e e e 23,8) s e c o p d o s d e C p o s (2,4) .

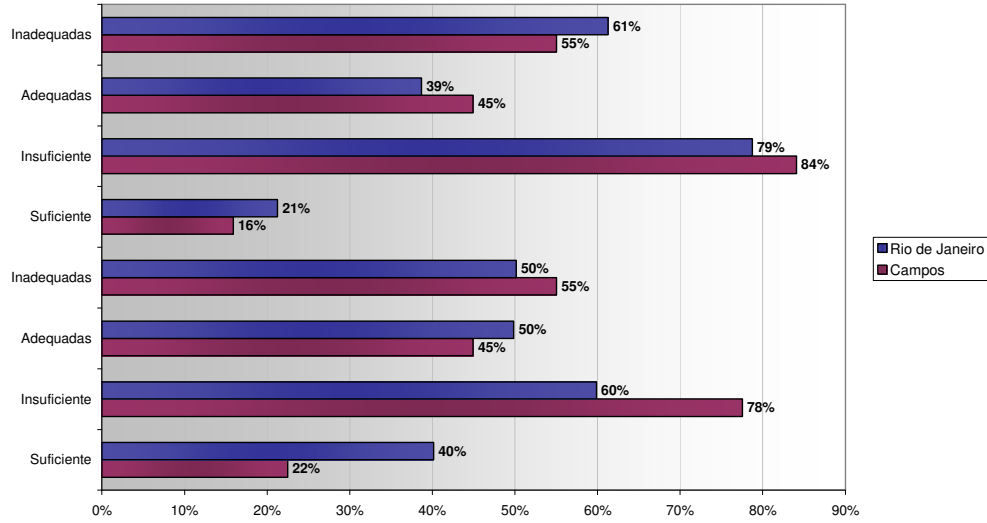
e o s s f o c o s t o s s s b r o n d o , n d o s e s o s o p d e s a o s s f e o " e s s f e o r o s e n e d o . C p o s , 8 e 55,4 . A o c o n t o , s o d o s n s s f e o " e a o n s s f e o " o e u t d o 3,4 e C p o s e 2,8 n o . A o s s f o d o s p o c s d e C p o s n e e e , p o d e e d e e o f o d e s e p o s s o n s c e p e s e o n d p e c t e s e p e o c p e c o b r o d c o n s , n e c d d e e e s e n e e e s o z d o s .

Formação e capacitação

e o s d d e e c s d f o o n e , n o o e p o d e d e o , n o o p o c s d o n o d e C p o s s c o n s d e n e f e n e s . o C p s f o s c c o s 8 e n o e s o s d e s c o n e n e s 55,6 e 56,6 n o) ; c o o p o d e o c o n s n o f c o 3 . A s d d e p c s d f o o n e e c e b e a o s . n e f e n e s 84,6 e C p o s e 9,6 n o e o c p e o c o n n d n o o s p o c s d e C p o s c o o o d o p o n p o f o d e p o c s e z e s " e s e q e e c d 5 e C p o s e 2,9 n o . O e s e p e s o q e e c d s " n o e n n o , f o p o p o c o n e n e s e e d o e n e o s

po c s c ps s 3,5 e 8,). ss o pode se exp c do pe o f o de s d s
de e c s d C d de e e pss d o, po co e po, pe p n o do o
De e c Le , onde c p c o pe nen e f z p e d f o e d p c
p q'ss on .

Gráfico 28: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo a suficiência e adequação da capacitação teórica e prática. RJ, 2002 e Campos, 2004.

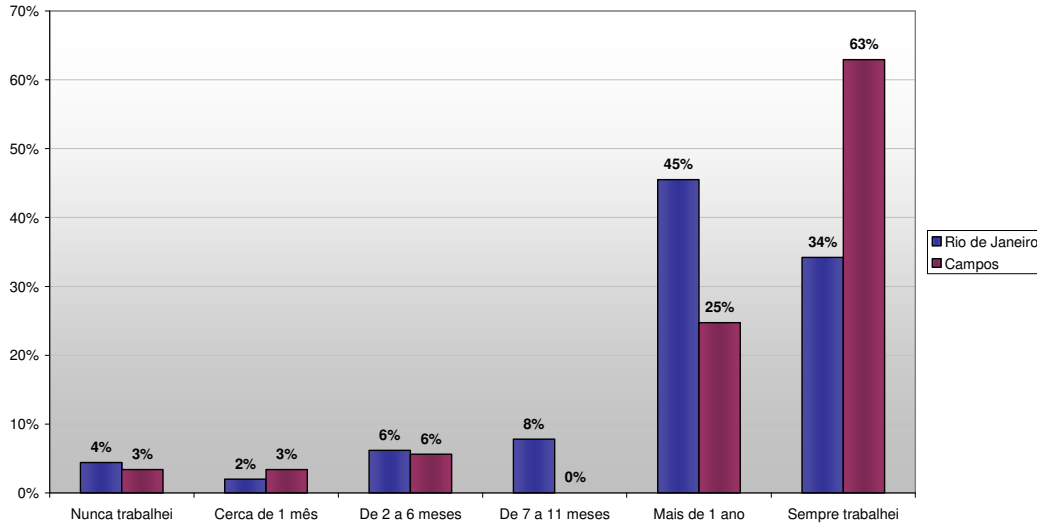


A p q'ss o de po c c f o d e c t po u o s u o s co o u t e r q' e
 p e n t u e e do de u o n o 3 A u o n o e t e e o
 e p o n s b z o p o p e do p q'ss o n e e p o d e s n f c n d d e z o d s
 f i s e u s o c c d e p o n s b d d e n s c o n . s s d e r o d
 u n d o s e e n c o n t s d e 4 6 d o s p o c s d e b s s c d d e s p o n d o u e
 p e c s e s e z e s o d f c s o d e n s e e c e b e p c o n s e e z - s . N e s e
 e n o t o e d f e e n s s n f c s e n e o p o c s d s d e s c d d e s . o b e
 f e e n c e e u e o p o d e b o e x e o n c s , e n c o n o s e u p e c e n t
 d e e p o s b s n e e e d o e b s s c d d e s 9 n o e 4,4 e C p o s) .
 O p o c s d e C p o s e n c u s t o b s n e p e c u . b s s d e e c s
 s q' e u d n s p e e d s p e o o D e e c L e e u p e d o n n c
 d e p o c s o e n s , n c u n d o s d e e d o s s o e s e n d o o d e c c s p o p e d o s
 s e x p e e n s u e s e n e u a u d o s " o p e c s e c e b e o d e n s d e e s u e
 n o s b e n e o u e o f z e n d o " . u e x s e d e e o s u e n o s b e c o o
 n s u o n u o p o c e n e o e n t o p o c s p s s o s . " S a o f i l h i n h o s
 d e p a p a i q u e f i z e r a m o c o n c u r s o e q u e e s t a o n o c o m a n d o , m a s n a f a c u l d a d e n a o s e
 a p r e n d e o q u e e s e r p o l i c i a . " (G t , D L) . s s d e r o d p o B n e 5 6) . N o s e
 p e n d e s e p o c . e o n o p . 5) . "

O b t o n o n o p n o 2 4 o s) e d d e p u o p o c s , t n o n o
 u n o e C p o s , c o n t o e p o d e o c o n s t i n o f c o 2 9 . M s 6 , 6 d o s p o c s
 c p s s p o n t p o f o d e s e p e e e b t o n o s e p e o d o c o n t 3 4 , 6
 d o c o c s . s s d f e e n p o d e s e e x p c d p e o f o d e s t o s b t e e
 e e d e p n o . e t e n o u e o b t o e t n o s e t e c o n d o o
 e t e s e . A f d u d s o s e f e n d e n s u e x s d o s b t o s d e
 o n s i o s , e e p e n e p n c p e n e n s f s d o s b t o s n o s .

O b t o n o n o e s s o c d o n c d e n c d e c d e n s d e d o o d e e u b o
 o n c o e p e n d e e n s o s , c o n t o e d s b o s d e e o o s . T o d o s e s f o s
 d e n c d e u p o c s o d e f d u e p o d e s e o n e n e p e d c ,
 s d e e u d d e d o b t 5) . A e t p o n t n d u e t n f e n c d o
 b t o e t n o s s o b e d d o b t o , c n d o t e d f c u d d e s n o p n o d e
 d f e s o c , d f c u d d e s s u e s e c e n t o o n o d d 5 2) .

Gráfico 29: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo o tempo de trabalho na polícia em horário noturno. RJ, 2002 e Campos, 2004. RJ-N=520 Campos- N=89



As pesquisas foram realizadas com o objetivo de avaliar a situação dos policiais civis em relação ao tempo de trabalho na polícia em horário noturno. Os dados foram coletados em duas cidades: Rio de Janeiro e Campos. Os resultados mostram que a maioria dos policiais civis em Rio de Janeiro trabalha há mais de um ano (45%), enquanto em Campos, a maioria trabalha há sempre (63%).

Os dados também indicam que há uma tendência de maior permanência no serviço em Campos em comparação com Rio de Janeiro. Isso pode estar relacionado a fatores como a estrutura organizacional, a carga de trabalho e as condições de trabalho em ambas as cidades.

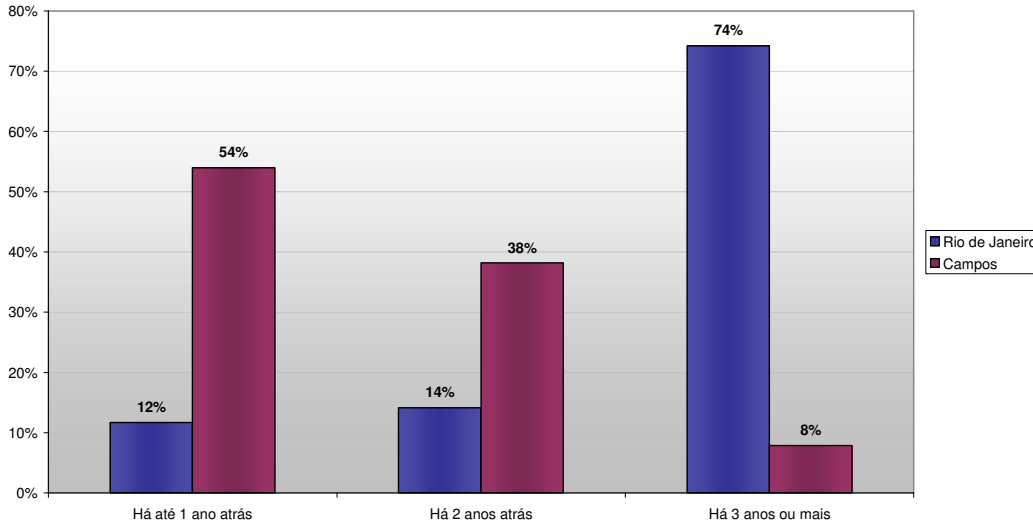
Esses dados são importantes para a gestão dos recursos humanos na polícia, pois permitem identificar necessidades de treinamento e desenvolvimento profissional. Além disso, a análise do tempo de trabalho pode ajudar a avaliar o impacto do trabalho noturno na saúde e no bem-estar dos policiais.

e os 1,1 e os de e c con 2 po c s o 1 e d d de
 po c p c d 92 do os. ss en e o os pe o d de po c s po
 pop o no de ne o. Co o fo p en do no c p o d c os ob e
 po c c , no ne o d de po c p 290 b n s, n c p s
 e o de p 2 en B s d p 482. Dos fo , s de e c s de C p s
 s os ob ec e ds, ex po ndo, nc s e, d do ne o.

Ce en e os e d os o os e e os po c s c ps s d ze e co
 f e enc e se b o ex e s fo o de s do. ponde f e en e en e”
 4, dos c ps s e 28,5 dos c oc s; s ez s”, 52,8 dos po c s de C p s e
 4,4 do en e”, 4,5 e 2, s pec en e. N nc o s e n nc ”
 s e e s p en ns s p s dos po c s do 4,5 e e pens , dos
 po c s de C p s.

e o f s, d e o b s n do po Le d f e en s n f c en e
 s c d ds con fo e pod e s ob e do no f co 3, 54, dos po c s de C p s
 pon p of o de e e do f s no s, con 2 dos po c s do
 en o o nd ce de po c s no e s s de 3 nos e
 s f u ds e ben e co 4,), e C p s e s e d de pens 8,
 dos en s. en o nd of o de e 2 dos po c s de C p s s e
 s e f s 2 nos. ode os pens n p s b d de d op o po no f s p
 pode n f c o do o De e c Le . O pe o do de f s b
 enc on do po e e co co o o en o de e s be ec en o ds ene s e
 nd c do p s de do b do.

Gráfico 30: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo o tempo que tirou férias na polícia. RJ, 2002 e Campos, 2004.
RJ-N= 402 Campos- N=76



A ausência de férias de 12% em Rio de Janeiro e de 54% em Campos, em relação ao tempo de férias tiradas, indica que a maioria dos policiais civis em Campos não tirou férias há mais de um ano. Isso pode ser devido à falta de planejamento das férias, o que pode resultar em períodos de ausência prolongados, afetando a produtividade e o bem-estar dos policiais. Em Rio de Janeiro, a maioria dos policiais civis tirou férias há três anos ou mais (74%), o que sugere uma maior regularidade no planejamento das férias.

No entanto, a ausência de férias em Campos pode ser justificada pelo fato de que a maioria dos policiais civis em Campos não tirou férias há mais de um ano, o que pode ser devido à falta de planejamento das férias, o que pode resultar em períodos de ausência prolongados, afetando a produtividade e o bem-estar dos policiais.

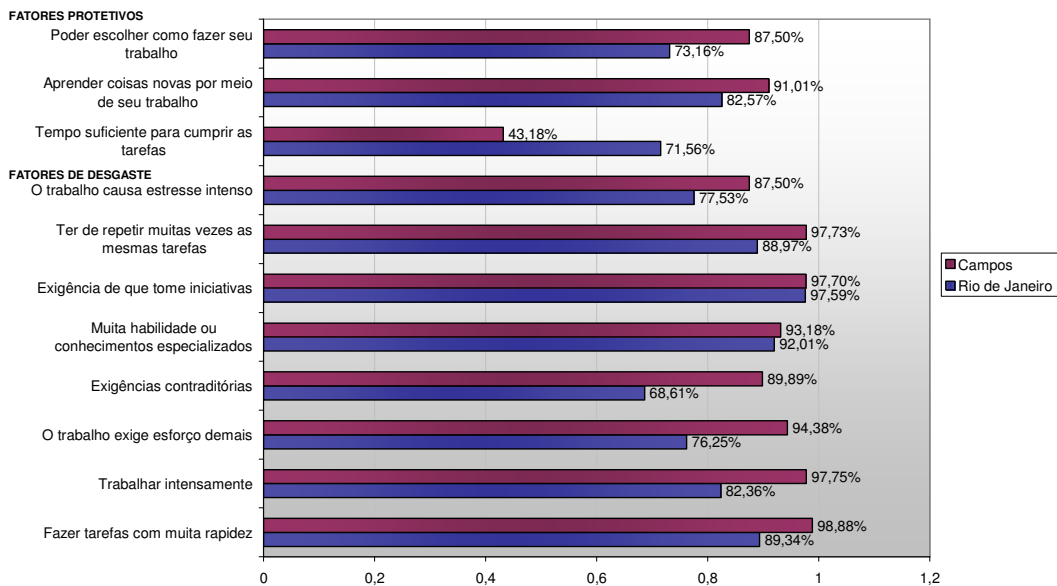
Em Rio de Janeiro, a maioria dos policiais civis tirou férias há três anos ou mais (74%), o que sugere uma maior regularidade no planejamento das férias. Isso pode ser devido ao fato de que a maioria dos policiais civis em Rio de Janeiro tirou férias há mais de um ano, o que pode ser devido à falta de planejamento das férias, o que pode resultar em períodos de ausência prolongados, afetando a produtividade e o bem-estar dos policiais.

fo, bñndo e d d s de n e z s e e n e p o c . A f de d s de d s c n s o b a f o p e o c p n e n e d d e d o .

Os p o c s c s de n e e n o s e z e s t n c s de p o o o . 94 no e 5,2 e C p s s p o n d e e s t o p o n d s o n s . Os p o c s c p s s s o p o c o s o s s o n d o e c o n d e b o e e s s e s t n c s , 34,8 e n o , 20, . A p o c p e s p e c t d e p o o e c e c e n o p o s s o n d o e s c c e s c s d o p o c s o d e b ñ o p o d e e n d o e d e B o n o e e c o n d o e s e o c p c o n . d o s p o c s d e C p s n o o e n o d o p o f o c e b z o . *Você entra detetive e sai (se aposenta) detetive. Com apenas uma diferença: velho e exausto. Por isso que todo mundo tenta fazer um curso superior para fazer prova para delegado, é a única chance de ser promovido* (G, DL2).

T b e e o f e e n c de e x e n c s c o n d s o d s c o d n s n s o d e s d e b ñ o , o p o c s d e C p s s p e o p o c s d o c o n o e p o d e o o b e n o f c o o n d o s e p o s s e e n e e n e e s e z n s c d d e 89,9 d e e p o s s o p o c s d o p e n e p e c e n t d e 57 .

Gráfico 31: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo fatores protetivos e de desgaste. RJ, 2002 e Campos, 2004.



O p e n d z d o d e c o s s n o s s d o b ñ o b f o n s d o . s e s e o b s n e p o n e n o e n e s d e d o b ñ o . D e n e e o

po c s cons de $\frac{1}{2}$ e o b^o poss b no α pend z d α . o $\frac{1}{2}$ u
dfe en s nfc₁ en e α po c s α d d α . no $\frac{1}{2}$ o n e o de α
pon₁ e α s poss b d de f e $\frac{1}{2}$ en e 4₃ con₁ 38,2 e C p α). C p α
o e s ez α ”fo o s f e $\frac{1}{2}$ en e 52,8 e no $\frac{1}{2}$ 5,8).

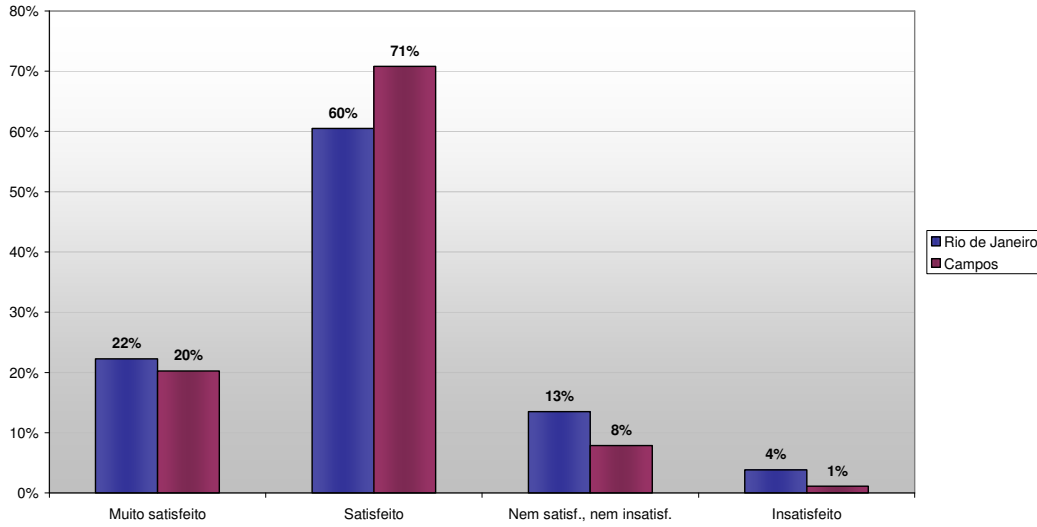
e o f e $\frac{1}{2}$ enc d ex enc d α b d de o₁ com ec en o α pec z do p o
exe c c o d s s₁ s₁ d d α , α po c s c o c s s₁ pe α c ps₁. $\frac{1}{2}$ ponde
f e $\frac{1}{2}$ en e en e”, 5₇₇ d α c o c s e 43,2 d α c ps₁. O e s ez α ”fo
 α pond do po 5₆ d α po c s de C p α e 34, d α po c s do $\frac{1}{2}$.

A poss b d de de α c α de co o f ze o s e₁ b^o fo n α d .
p e end e en e C p α p α en₁ n e o o de po c s $\frac{1}{2}$ e cons de s e
f e $\frac{1}{2}$ en e” α s poss b d de 33,6) con₁ 24,4 d α en α do $\frac{1}{2}$. A α p α s
ez α ”fo pon₁ d po 54,5 d α po c s de C p α e 56,3 no $\frac{1}{2}$.

Ap α de n o s e encon₁ e dfe en s s nfc₁ s en e α po c s d s d₁ s c d d α
no $\frac{1}{2}$ e n e f e $\frac{1}{2}$ enc e $\frac{1}{2}$ e o b^o fo s s n do co o c₁ s do de α α s e
n e n o, s o ndos e s α p α s f e $\frac{1}{2}$ en e en e” e s ez α ”fo $\frac{1}{2}$ e e d
p o p o o de 8₇ n s d₁ s c d d α . A p e cep o de α α s e p e o s e s s o c α
s c α e s e n α p c α d p q α s s o.

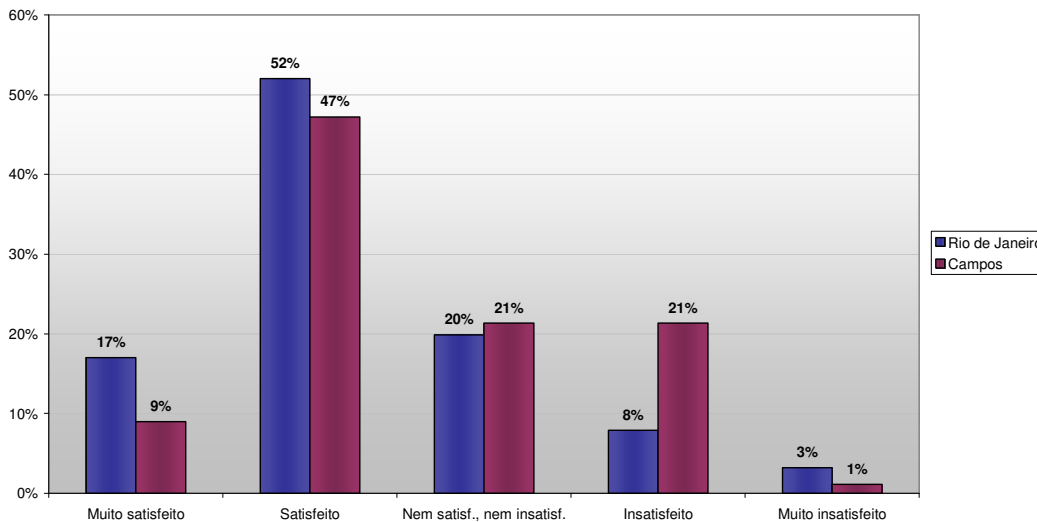
O e con en o no b^o b fo n α do. A e o co α co e s de
p q α s s o p o d e s e s₁ z d no f co 32. A nde o d α po c s, n s d₁ s
c d d α , α s s f e₁ co o e con en o co α co e s.

Gráfico 32: Distribuição proporcional do policiais civis segundo o grau de satisfação no relacionamento com pessoas de igual nível hierárquico. RJ,2002 e Campos, 2004.
 RJ-N=526 Campos-N=89



Campos, 2,8 dos policiais estão satisfeitos com o relacionamento com pessoas de igual nível hierárquico e com o relacionamento superior, contra 8 dos policiais do Rio de Janeiro. Os dados podem ser associados ao fato de que os policiais de Campos, sobretudo os policiais de base, têm um bom relacionamento com os superiores. No entanto, como se pode constatar, o bom relacionamento com os superiores não garante o bom relacionamento com os colegas de trabalho e o relacionamento com as pessoas de igual nível hierárquico.

Gráfico 33: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo o grau de satisfação no relacionamento com pessoas de nível hierárquico superior. RJ, 2002 e Campos, 2004.
 RJ-N=526 Campos- N=89



No o eno do brio de c po e C pos, o po c s de ds de e c s
 s bs ne ns s fe o co o des e de e do. e conf o s e
 e fo exp c do no po foc , o en s z de o pe o p se
 e e o de e do. M c h o", nco pe en e", o o". T ez s e
 o en o de conf o do po o de e c em s do s pon e pe o o de
 ns s f o dos po c s de C pos e e o o s o.

Outros dois itens que não apresentam diferença é hipertensão arterial e indigestão, ambos com percentual maior no Rio.

Tabela 13: Problemas de saúde de policiais mais apresentados ou tratados no último ano

Problemas de saúde	Campos	Rio
Dores no pescoço, costas ou coluna***	27,0%	44,7%
Defeito na visão	43,8%	48,8%
Dores de cabeça freqüentes, enxaquecas***	53,9%	30,8%
Outro problema do aparelho reprodutivo	11,8%	10,8%
Torção ou luxação de articulação***	11,2%	21,2%
Rinite alérgica*	29,2%	22,2%
Sinusite	20,2%	19,0%
Outro problema de músculos ou tendões***	7,9%	16,0%
Hipertensão arterial***	14,9%	32,9%
Alergia de pele, dermatite alérgica, urticária	13,5%	15,2%
Outro problema de ossos ou cartilagens*	4,5%	10,4%
Gastrite crônica***	5,6%	15,4%
Indigestão freqüente*	7,9%	12,5%
Dengue***	-	19,7%
Constipação freqüente**	6,7%	11,5%
Outro problema de pele***	5,6%	10,2%
Artrite ou qualquer outro tipo de reumatismo	12,4%	13,9%
Bursite*	14,6%	9,7%

*p<.05

**p<0,005

***p.000

O sistema digestivo é acometido com gastrite crônica e indigestão sendo mais sinalizada pelos policiais do Rio do que de Campos. Ambas as questões estão relacionadas à dieta e aos estressores ambientais e profissionais. Problemas de ossos, tendões e músculos também estão mais presentes nos policiais do Rio o que pode estar relacionada com a natureza do trabalho operacional dos policiais cariocas. Já bursite, que está relacionada a lesões por esforços repetitivos, apresenta maior prevalência entre os campistas, onde o trabalho administrativo é mais realizado.

Buscar atendimento em hospital da polícia foi medida relatada por 22,7% dos policiais do Rio, opondo-se a apenas 1,1% dos policiais de Campos, como pode ser observado na tabela 14. Esse fato pode ser explicado pela Cidade de Campos não contar com nenhum hospital da Polícia Civil e apenas uma unidade ser conveniada com a Polícia e atender um número ínfimo de policiais.

Tabela 14: Distribuição proporcional dos policiais segundo o atendimento em serviços de ROTINA no último ano

Tipo de Hospital	Campos	Rio
Polícia ou clínica conveniada*	1,1%	22,7%
Rede pública	34,1%	25,5%
Rede privada	44,3%	46,6%

*p.000

A insatisfação com os serviços de saúde da Polícia está presente entre os policiais das duas cidades. Somando-se aqueles que se dizem “insatisfeitos” e “muito insatisfeitos” encontram-se 56,7% no Rio e 87,5% em Campos. A falta de unidades de saúde específicas da Polícia no interior é a principal queixa relatada nos grupos focais.

6.1. Estresse e Saúde Mental

Há uma probabilidade maior do policial se tornar uma vítima psiquiátrica desses confrontos, do que morrer sob o fogo do adversário⁽⁴⁶⁾ (p.93)

Vários estudos analisam o impacto sobre a saúde do policial, quando existe o conteúdo violento que leva ao contato rotineiro com a morte e com a constante pressão das responsabilidades, gerando danos à saúde⁽⁵⁴⁾.

Logan et al⁽⁵⁵⁾ concluíram que toda profissão tem o potencial de produzir satisfação ou insatisfação pessoal e isso depende muito dos valores de vida individuais. Muitas vezes a competência em aspectos técnicos de uma profissão não implica que o sujeito esteja preparado para o desgaste que ela proporciona, sendo muito provável que exista uma relação inversa entre estresse e satisfação profissional⁽⁵⁶⁾.

O estresse ocupacional decorre da sobrecarga de exigências a tal ponto que se ultrapassam as habilidades do trabalhador para enfrentá-las, acarretam desgaste excessivo do organismo e deterioração da produtividade. Entretanto, não se pode descartar o componente individual do estresse, que está ligado à personalidade e ao modo como o indivíduo reage, interpreta e sente os acontecimentos cotidianos de forma particular^(57,58).

A literatura cita como alguns dos agentes estressores: longas jornadas de trabalho (diurno ou noturno); recursos materiais insuficientes; insatisfação com a atividade; remuneração injusta; inexistência de crescimento profissional na instituição, entre outros^(59,60,61,62).

O *coping* é definido como o mecanismo que o indivíduo desenvolve para enfrentar problemas ou situações classificadas como “estressantes”^(63,64,65). Bachion et al.⁽⁶⁴⁾ consideram três grandes classes de mecanismos de coping: a) fuga: adiar o confronto, tentar esquecer, bloquear emoções; b) confronto direto: buscar informações, falar sobre o assunto, negociar alternativas; e c) confronto indireto: evasão por meio de atividades filantrópicas e esportivas, tentativas de justificar os seus erros, culpar outras pessoas. Outros autores falam de métodos de controle do estresse, tais como: exercício físico regular, manter controle da sua vida, ter bons hábitos, fazer exercícios de relaxamento, entre outras atividades^(66,67,68).

A satisfação profissional tem sido descrita como o estado emocional positivo resultante do prazer que se tem com as experiências do trabalho. A prática de uma profissão não deveria ser considerada somente como o resultado de aptidões e habilidades do profissional, mas como o resultado da conjugação de fatores psicológicos e sociais que influenciam o comportamento da pessoa no exercício de sua profissão e condicionam a compatibilização do profissional com seu trabalho⁽⁶⁹⁾.

O grau de satisfação profissional pode variar significativamente entre profissões e inclusive entre especialidades dentro de uma mesma profissão. Da mesma forma, o grau de estresse desencadeado pelo trabalho é influenciado pelo tipo de atividade que o indivíduo desempenha.

O tempo de profissão influi consideravelmente não somente no grau de satisfação, mas também sobre os aspectos que o indivíduo considera estressantes e como vantagens ou desvantagens dentro da sua atividade⁽⁴⁸⁾.

Lipp⁽⁷⁰⁾ comenta que a fonte de perigo pode ser real ou imaginária, desencadeando a mesma resposta de alerta em ambas as situações. Mas, quando o perigo real é retirado o

organismo volta ao estado de normalidade, diferente do imaginário no qual o indivíduo permanece constantemente pensando. Nesse sentido, o risco imaginário é tão ou mais prejudicial, para a saúde mental quanto o risco sofrido. Daí se conclui que todos os policiais, independente de sua exposição ao risco, são suscetíveis ao estresse.

Neto & Lima ⁽⁷¹⁾ em um estudo sobre nível de estresse na Polícia Militar de Mogi das Cruzes, elencou como eventos mais estressantes os relacionados ao sofrimento alheio, às situações perigosas; aos problemas familiares, ao exercício da rotina policial, e à desvalorização da profissão. O resultado da pesquisa surpreendeu os autores pois constataram que 72% dos policiais ostensivos e 52% dos policiais que realizavam serviços internos não apresentaram estresse. Observaram que a maior incidência de estresse ocorreu no grupo de policiais que realizavam serviços internos. Constataram ainda que havia predominância de sintomas psicológicos no grupo de policiais ostensivos e predominância de sintomas físicos no grupo de policiais de serviços internos.

A síndrome de *Bournout* que diz respeito a características associadas aos fatores de exaustão e esgotamento e representa uma resposta aos estressores laborais crônicos, foi investigada em Polícias Cíveis do Rio Grande do Sul por Silveira et. al. ⁽⁷²⁾. Tal síndrome manifesta-se a partir de sintomas específicos e pode ser concebida como um construto que abrange três fatores: a exaustão emocional, a despersonalização e sentimentos de reduzida realização profissional ⁽⁷³⁾. O estudo com os policiais de Porto Alegre, comparou os que trabalhavam em serviço interno e externo na polícia civil, constatando não haver diferença significativa entre os dois grupos. Os autores sugerem que o *bournout* pode estar mais relacionado com fatores organizacionais do que com o tipo de atividade desenvolvida. As estratégias utilizadas pelos policiais para enfrentar situações de estresse, segundo eles, podem ter um papel mais significativo do que o tipo de situação enfrentada.

Certos aspectos do trabalho como alta demanda, baixo controle, freqüente contato com o público em geral, são fatores altamente estressantes, e trabalhos com essas características são classificados como tal ⁽⁷⁴⁾. Esse autor fez um estudo de policiais com mais de 50 anos, tendo como hipótese que os mais velhos estariam mais predispostos ao estresse. Seu trabalho evidenciou os episódios mais estressantes para esse grupo: 77% relataram que é participar do funeral de amigos e para 60% são as experiências de injustiça. Ainda, 64% responderam que se sentem negativos, fúteis ou deprimidos no trabalho; 78% não se sentem tão eficientes como deveriam, 66% se sentem física, espiritual e emocionalmente

esgotados. A maioria dos policiais (55%) relatou que gostaria de procurar um novo emprego no ano seguinte.

Segundo o autor, ser policial tem sido considerada uma das mais estressantes ocupações. A exposição a incidentes críticos durante o dever, e aspectos burocráticos da organização são, segundo ele, extremamente penosas para os profissionais. A escassa comunicação entre as divisões, a rigidez nos procedimentos, as poucas oportunidades de desenvolvimento, uma pobre supervisão, entre vários outros fatores de trabalho contribuem para aumentar o estresse. A pior experiência, para muitos desses profissionais, é a morte ou o ferimento de outro agente, na linha do dever.

O estudo de Gershon⁽⁷⁴⁾ chama atenção para a alta incidência de adversidades psicológicas entre policiais, como por exemplo, o significativo número de agentes que suicidam. Este estudo constatou que entre 130 profissões, a classe dos oficiais de polícia possui a terceira taxa mais alta de suicídios. Analisou também que as estratégias utilizadas por esse grupo para lidar com o estresse no trabalho são: 81% oram, 32% depositam sua fé em Deus. Alguns dizem que evitam criar estratégias; ficar no bar com amigos (30%); gritar com os outros / membros da família (55%); e fumar mais do que o habitual (30%).

Em relação à saúde, esse grupo de policiais com mais de 50 anos, relatou baixa energia 87%; depressão, 79%; pressão na cabeça, 58%; falta de interesse, 55%; dores no peito, 53%; perda do interesse sexual, 48%; dores no estomago, 43%. Cerca de 7% dos policiais relataram pensar em por fim a vida; 26% se sentem distanciados das pessoas e atividades; 31% se sentem “ligados no piloto automático”; 12% tratam as pessoas como objetos, e 13% relatam estar no final de suas forças (fim da linha). Verbalizam ainda que sentem dor nas costas 45%, Pressão alta 42%, problemas nos pés 32%. Doenças do coração 16%, enxaqueca 14% , insônia crônica 13%, fumo de cigarro demasiado 68%, culpa pelo consumo de álcool 38% “bebo mais do que o planejado”. 13% não recordam do que fazem após a bebida exagerada; 6% relataram sérios acidentes, dentro e fora do trabalho, nos últimos seis meses relacionados ao seu estado de estresse.

Uma hipótese interessante elaborada por Gilmartin⁽⁷⁵⁾ é de que a ativação de adrenalina nos policiais pode ser resultado de um comportamento aprendido tornado como hábito. O autor sugere que o trabalho dos policiais cria um jogo perceptual instruído que os altera, de maneira que interajam com o ambiente. Sugere ainda que o treinamento e o condicionamento elevam automaticamente os sistemas fisiológicos, diferente das demais profissões, de forma que o policial interage com seu organismo, treinando-o para

permanecer em constante hipervigilância e fazendo varredura do meio ambiente à procura de ameaças. Ao transformar esse jogo de percepção em ocorrência, o policial altera seu sistema fisiológico diário sem ser exposto a qualquer evento ameaçador. Assim, esse profissional pode estar continuamente com um estado fisiológico hipervigilante sem ser necessária sua estimulação.

Estudando policiais americanos, Stanley⁽⁷⁶⁾ discute que o estresse não está relacionado apenas ao risco real mas sim ao risco simbólico. O estresse, segundo ele, é o carro-chefe dos problemas emocionais dos policiais, principalmente por terem sua vida posta em cheque durante todo tempo. Este autor chama atenção para o fato do trabalho policial exigir de forma mais intensa, que o sujeito enfrente perigos físicos, colocando a todo tempo, sua vida em risco de à “ *violência, crueldade e agressão, e é exigido dele que tome freqüentemente decisões em situações de alta-pressão*” (p.343). Sendo assim o nível de estresse é sempre bastante acentuado e quase sempre percebido através de sintomas físicos e abuso de substâncias. Segundo seus dados 25% dos policiais são abusadores de álcool e aproximadamente 10% utilizam abusivamente drogas ilícitas nos Estados Unidos.

A dificuldade de visualização e de conseqüente aceitação por parte de superiores do sofrimento psíquico se dá muitas vezes porque “ *somente o sofrimento físico pode ser reconhecido pela organização do trabalho, enquanto o sofrimento mental e, em particular, a ansiedade, não têm o direito de existir no local de trabalho*” ⁽⁷⁷⁾(p.124). Dejours chama atenção para a *síndrome subjetiva pós-traumática*, quando o sujeito percebe após um evento que o tenha vitimado ou a um colega, que a segurança do trabalho falhou. A partir de então ele deverá “ *enfrentar individualmente o perigo e o medo*” ⁽⁷⁷⁾(p.124).

O sofrimento individual advindo da atividade policial não tem recebido a devida atenção. Brant, L. & Minayo-Gomez ⁽⁷⁸⁾ chamam atenção para o fato de que “ *trabalhadores e gestores eram capazes de admitir uma doença, mas não o sofrimento*” (p.942). Esses autores apontam ainda que em sua pesquisa: “ *auscultavam-se os sons do corpo - batimento cardíaco, ritmo respiratório e pulsação-, mas não se escutava o trabalhador.*” (p.944)

Num limiar entre a saúde e a doença, o sofrimento psíquico caracteriza-se fundamentalmente por um mal-estar inespecífico, com repercussões fisiológicas e psicológicas que podem acarretar limitações severas ao dia-a-dia, podendo transformar-se em doença pela sua intensidade e cronicidade ⁽¹⁴⁾.

Os transtornos psico-emocionais puderam ser avaliados pela aplicação do SRQ-20- Self-Report Questionnaire- um instrumento constituído de 20 perguntas que permite fazer o rastreamento de distúrbios psiquiátricos menores (depressão, ansiedade, distúrbios somatoformes e neurastenia), mais do que estabelecer categorias diagnósticas como na Classificação Internacional de Doenças-10 (CID-10) e Diagnostic and Statistical Manual-IV (DSM-IV). Em centros de atenção primária, o SRQ é útil como o primeiro estágio no processo diagnóstico, tendo em vista sua alta sensibilidade (83%) e especificidade (80%). O SRQ-20 é o instrumento recomendado pela Organização Mundial de Saúde para esta finalidade, tendo se mostrado eficaz. Os pontos de corte estabelecidos para caracterizar a presença de distúrbios psiquiátricos menores foram distintos para os sexos - 6 para os homens e 7 para as mulheres. Utilizei o ponto de corte 7 para ambos os sexos.

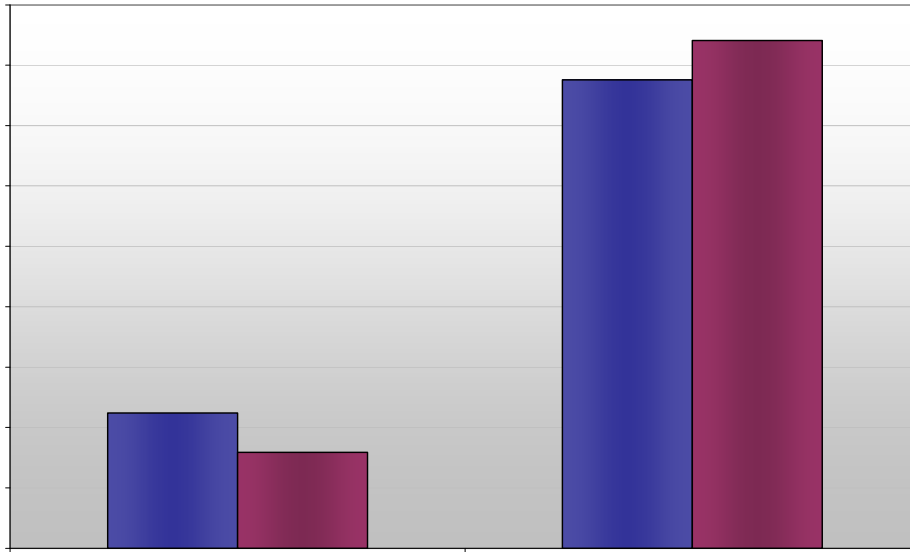
Os sintomas de sofrimento psíquico estão mais presentes nos policiais do Rio do que nos policiais de Campos, como podem ser vistos na tabela 15. Os sintomas que apresentaram diferenças nas duas cidades foram: ficar nervoso, tenso ou agitado (50,5% no Rio e 35,2% em Campos); sentir-se triste (31,5 no Rio e 20,5% em Campos); sentir-se cansado o tempo todo (26,9% no Rio e 9,1% em Campos); sentir sensação desagradável no estômago (21,6% no Rio e 8,0 em Campos); tem perdido o interesse pelas coisas (18,6% no Rio e 10,2% em Campos) e sentir-se uma pessoa inútil sem préstimo (4,8% no Rio e nenhum em Campos). Já os policiais de Campos verbalizaram ter mais dores de cabeça freqüente (55,7% em Campos e 26,2% no Rio) e falta de apetite (19,3% em Campos e 9,1% no Rio).

Tabela 15: Distribuição proporcional dos policiais segundo os sintomas de sofrimento psíquico que ocorrem atualmente

Sintomas de sofrimento psíquico	Campos	Rio
Dorme mal	39,8%	38,9%
Fica nervoso(a), tenso(a) ou agitado(a)*	35,2%	50,5%
Sente-se triste*	20,5%	31,5%
Sente-se cansado o tempo todo***	9,1%	26,9%
Sente dores de cabeça freqüentemente***	55,7%	26,2%
Tem dificuldade para realizar com satisfação suas atividades diárias	19,3%	26,9%
Cansa-se com facilidade	20,5%	27,3%
Tem falta de apetite**	19,3%	9,1%
Sente má digestão	20,5%	24,2%
Assusta-se com facilidade	17,0%	18,0%
Tem sensações desagradáveis no estômago*	8,0%	21,6%
Tem perdido o interesse pelas coisas*	10,2%	18,6%
Tem dificuldade de pensar com clareza	10,2%	15,2%
Tem dificuldade no serviço (o trabalho é penoso e causa sofrimento)	8,0%	10,5%
Tem dificuldade para tomar decisões	9,1%	14,5%
Sente tremores na mão	10,2%	9,6%
Chora mais que o costume	5,7%	11,3%
Sente-se uma pessoa inútil, sem préstimo*	-	4,8%
Tem tido idéia de acabar com a vida	1,1%	3,6%

*p<0,05; **p<0,005; ***p.000

Dentro da proposta de corte de 7 respostas positivas, conclui-se que a grande maioria dos policiais de ambas as cidades não apresenta sofrimento psíquico (84,1% em Campos e 77,6% no Rio), como podemos constatar no gráfico 34. Mas vale apontar que esse sofrimento está presente em 110 policiais do Rio de Janeiro e em 14 policiais de Campos dos Goytacazes. Me causou surpresa a pequena incidência de sofrimento psíquico nos dois grupos o que pode ser explicado pela rede de proteção e apoio social. Em pesquisa similar realizado com policiais Civis de Espírito Santo, Bourguignon et. al.⁽⁴³⁾ encontrou a freqüência de 36, 92% de distúrbios psico-emocionais a partir da utilização do SRQ-20. Valor superior ao encontrado entre os policiais do Rio de Janeiro (22,4%) e maior ainda do que entre os policiais Campos (15,9%).

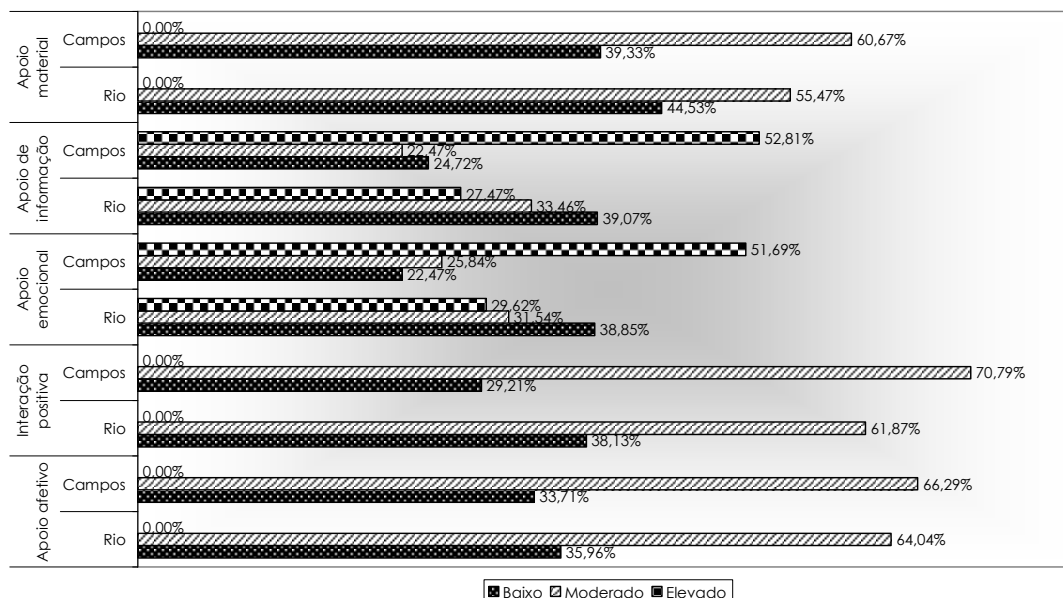


estes tenderão a exercer efeitos negativos, mais ainda nas pessoas cujo nível de apoio social é baixo.

A escala de apoio social foi aplicada aos policiais civis de ambas as cidades, a fim de medir a disponibilidade de suporte com que contam nas áreas afetivas, emocional, material, informacional e de interação social, conforme os dados apresentados a seguir.

Gráfico 35

Distribuição proporcional dos policiais civis segundo apoio social



Esse gráfico evidencia algumas questões:

- Houve diferença significativa nos itens apoio de informação, apoio emocional e interação positiva entre os policiais estudados, com o maior apoio encontrado nos profissionais de Campos;
- No item apoio de informação encontramos 52,81% dos policiais de Campos com apoio elevado contra 27,47% dos policiais do Rio nesta condição;
- 51,69% dos policiais de Campos apresentam apoio emocional elevado contra apenas 29,62% dos policiais do Rio
- No tópico interação positiva nenhum dos dois grupos apresentou apoio elevado. No entanto, os policiais de Campos também apresentam uma maior incidência de apoio moderado, 70,79 contra 61,87%.

- e) O apoio material e apoio afetivo não apresentaram diferenças significativas entre os policiais das duas cidades. Mas mesmo assim há um pequeno incremento nos dados relativos aos policiais de Campos no item “moderado” e um maior número de policiais do Rio no item “baixo”.

Consumo de substâncias

As respostas às perguntas sobre consumo de substâncias tóxicas sempre sofrem restrições dos policiais, por representarem um comportamento interdito às corporações, sugerindo que os dados referidos por eles estão subnotificados.

Fumar cigarros atualmente ou no passado foi mais relatado por policiais do Rio. Entre os campistas, 62,5% informam nunca ter consumido tabaco, como podemos observar na tabela 16.

Tabela 16: Distribuição proporcional dos policiais segundo consumo de tabaco

Frequência de consumo	Campos	Rio
Nunca fumei	62,5%	50,6%
Parei de fumar	15,9%	25,3%
Fumo regularmente/eventualmente	21,6%	24,1%

p.0,10

Policiais do Rio informam não utilizar bebida alcoólica em maior proporção que os de Campos (14,1% versus 6,8%). Entre os que pararam de beber há 14,8% dos campistas e 8,2% no Rio. Policiais do Rio relatam maior consumo ocasional ou fortuito. Vale, todavia, ressaltar o elevado percentual de policiais (51,1% para Campos e 43,9% para o Rio) que consomem álcool semanalmente. Talvez as proporções mais elevadas de ingestão de álcool seja maior entre os campistas por estes serem mais jovens e haver muitos solteiros.

Tabela 17: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo consumo de álcool

Freqüência de consumo	Campos	Rio
Diariamente/1 vez por semana	51,1%	43,9%
Ocasionalmente/Raramente	27,3%	33,8%
Parei de beber	14,8%	8,2%
Nunca tomei bebida	6,8%	14,1%

p.066

Cerca de 12,4% dos policiais do Rio e 14,85 de Campos associaram o uso de álcool com as condições estressantes de trabalho.

O uso de álcool é freqüente entre os policiais, embora possa existir um consumo ainda maior que o informado. Apenas os agentes do Rio informaram que tiveram problemas no trabalho (1,2%) por causa da bebida. Os principais problemas assinalados por eles foi ter deixado de usar preservativos (mais comum entre os cariocas), conflitos problemas familiares (mais comum entre os campistas), e distúrbios de saúde.

A utilização de outras substâncias no último ano pode ser observada na tabela 18. Tranqüilizantes são a principal droga ingerida por policiais de ambas as cidades (13,6% em Campos e 13,8% no Rio). Os policiais do Rio se destacam por consumirem significativamente mais todas as outras substâncias excetuando o uso de anabolizantes e remédio para emagrecer apontado mais pelos policiais de Campos.

Tabela 18: Distribuição proporcional dos policiais segundo consumo de outras substâncias

Tipos de substância	Campos	Rio
Tranqüilizante, ansiolítico, calmante ou antidistônico (Diazepan, Dienpax, Lorium, Lorax, Rohypnol, Psicosedin, Somalium ou Lexotan, etc.)	13,6%	13,8%
Remédio para emagrecer ou ficar acordado * (Hipofagin, Moderec, Glucoenergan, Inibex, Desobesi, Reactivan, Pervitin, Dasten, Isomerid, Moderate, Dualid ou Preludin, etc.)	8,0%	3,6%
Anabolizante para aumentar a musculatura (bomba) ou dar força**	2,3%	-
Sedativo ou barbitúrico (Optalidon, Florinal, Gardenal, Tonopan, Nembutal, Comital ou Pentonal, etc.)	-	1,0%
Maconha	-	-
Cocaína, crack ou pasta de coca	-	0,6%

*p<0.05; **p<0.005

Tabela 19: Distribuição proporcional dos policiais segundo problemas decorrentes do uso de substâncias

Problemas	Campos	Rio
Deixou de usar preservativo nas relações sexuais*	12,5%	21,4%
Problemas com a família*	18,2%	11,7%
Problemas de agressividade*	6,8%	7,1%
Teve problema emocional / crise nervosa*	2,3%	8,2%
Problemas de saúde*	10,2	11,3%
Dificuldade na relação sexual*	4,5%	10,1%
Envolveu em acidentes no trânsito* (atropelamentos, colisão, etc.)	3,4%	2,9%
Problema no trabalho	-	1,2%
Faltou ao trabalho	1,1%	1,4%

*p.000

Procurar interromper o uso de álcool ou outra substância foi tentado por muitos profissionais, pontuando novamente a existência do problema. A maior parte dos policiais o faz por conta própria, sinalizando a falta de suporte institucional ou o temor de solicitá-lo, conforme pode ser observado na tabela 20. Religiões e seitas também são acionadas quando o policial quer modificar os seus hábitos.

Tabela 20: Distribuição proporcional dos policiais segundo mecanismos utilizados para interromper o consumo

Mecanismos	Campos	Rio
Por conta própria*	11,9%	20,4%
Em grupos de auto-ajuda como Alcoólicos Anônimos ou Narcóticos Anônimos	-	-
Religiões ou seitas	1,2%	4,6%
Médico, psicólogo, assistente social	1,2%	2,7%
Hospital de emergência / desintoxicação	-	1,3%

*p.000

Profissionais de saúde e serviços de saúde são pouco acionados para apoiar a interrupção dos vários tipos de drogadicção.

CAPÍTULO 6

Condições de Saúde

Avaliando-se o índice de massa corporal (IMC)¹ dos policiais, que foi calculado a partir do peso e altura referido nas duas cidades há 63,1% dos policiais estão acima do peso ideal (somando sobrepeso e obesidade). Os policiais cariocas apresentando quadro de maior gravidade, com 20,4% estando obesos (tabela 11). Esse percentual é superior ao da Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição, realizada em 1989, que encontrou 32% da população adulta brasileira com excesso de massa corporal⁽⁵³⁾.

Tabela 11: Distribuição proporcional dos policiais segundo o índice de massa corporal

Índice de massa corporal	Campos	Rio
Abaixo do peso	4,7%	2,2%
Normal	33,7%	34,5%
Sobrepeso	54,7%	42,9%
Obeso	7,0%	20,4%

*p.01

A obesidade observada em 7,0% dos policiais de Campos e em 20,4% dos policiais do Rio prejudica a saúde e se constitui em um importante fator de risco associado à morte por hipertensão, ao aumento do colesterol e do açúcar sanguíneo.

O excesso de peso freqüentemente tem origem na baixa atividade física e ingestão de dieta hipercalórica e hiperlídica, configurando um estilo de vida sedentário. **A prática regular de atividades físicas**, visando melhorar a saúde, o condicionamento físico ou para fins estéticos durante vinte minutos de cada vez, foi mais destacada pelos policiais de Campos, talvez pelo fato de serem mais jovens. No entanto é bom notar que 54,7% deles já se encontra com sobrepeso.

¹ IMC – peso dividido pela estatura elevada ao quadrado, estabelecendo quatro categorias: baixo peso (<20 kg/m²); normal (20-24 kg/m²); sobrepeso: (15-29 kg/m²) e obesidade (>=30 kg/m²).

Tabela 12: Distribuição proporcional dos policiais segundo frequência de atividades físicas

Frequência de atividades físicas	Campos	Rio
Quatro ou mais vezes por semana	16,8%	13,4%
Uma a três vezes por semana	33,7%	31,9%
Três vezes por mês a poucas vezes no ano	16,9%	21,4%
Não pratica atividade física	32,6%	33,4%

p.000

Embora não se tenha feito nenhuma avaliação clínica dos policiais e nem realizado exames, algumas respostas dos policiais permitem captar indícios de problemas de saúde. Ter sido informado por médico ou outro profissional da área da saúde sobre possuir níveis elevados de colesterol foi relatado por 67,2% no Rio e 22,5 % em Campos (p.000), possivelmente resultante da elevada massa corporal, cultura de sedentarismo, precária alimentação e estresses vivenciados no trabalho. Um ponto importante a ser ressaltado em relação à saúde é o fato do grupo de policiais de Campos ser mais jovem do que os policiais do Rio, o que pode explicar a saúde mais preservada em todos os níveis. Esse fato foi reforçado pelo delegado de uma das unidades quando indagado sobre os principais problemas de saúde de seus policiais:

Problema de saúde? Eu não vejo que eles tenham. Por ser a maioria jovem estão com uma boa saúde, muitos acabaram de ser concursados e passaram por testes de saúde. Um ou outro mais velho é que apresenta uma dor de cabeça...mas nada grave. (Del, DL 2)

A frequência de vários problemas de saúde apresentados pelos policiais pode ser constatada na tabela 13, onde apenas as condições com frequência superior a 10% foram incluídas. Chama atenção a diferença significativa em quase todos os itens. Os policiais cariocas apresentam a saúde mais comprometida: sinalizaram mais dores no pescoço, costas ou coluna (44,7% contra 27,0%); torção ou luxação de articulação (21,2% contra 11,2 dos campistas); outros problemas de músculo ou tendão (16,0% contra 7,9%) e ossos e cartilagem (10,4% contra 4,5 %; hipertensão arterial (32,9% contra 14,9%); gastrite crônica (15,4% contra 5,6%); indigestão (12,5% contra 7,9%), constipação (11,5% contra 6,7%) e outro problema de pele (10,2% contra 5,6%). Em contrapartida, mais policiais de Campos apresentam dores de cabeça frequentes (53,9% contra 30,8% do Rio); rinite alérgica (29,2% contra 22,2%) e bursite (14,6% contra 9,7%).

Outros dois itens que não apresentam diferença é hipertensão arterial e indigestão, ambos com percentual maior no Rio.

Tabela 13: Problemas de saúde de policiais mais apresentados ou tratados no último ano

Problemas de saúde	Campos	Rio
Dores no pescoço, costas ou coluna***	27,0%	44,7%
Defeito na visão	43,8%	48,8%
Dores de cabeça freqüentes, enxaquecas***	53,9%	30,8%
Outro problema do aparelho reprodutivo	11,8%	10,8%
Torção ou luxação de articulação***	11,2%	21,2%
Rinite alérgica*	29,2%	22,2%
Sinusite	20,2%	19,0%
Outro problema de músculos ou tendões***	7,9%	16,0%
Hipertensão arterial***	14,9%	32,9%
Alergia de pele, dermatite alérgica, urticária	13,5%	15,2%
Outro problema de ossos ou cartilagens*	4,5%	10,4%
Gastrite crônica***	5,6%	15,4%
Indigestão freqüente*	7,9%	12,5%
Dengue***	-	19,7%
Constipação freqüente**	6,7%	11,5%
Outro problema de pele***	5,6%	10,2%
Artrite ou qualquer outro tipo de reumatismo	12,4%	13,9%
Bursite*	14,6%	9,7%

*p<.05

**p<0,005

***p.000

O sistema digestivo é acometido com gastrite crônica e indigestão sendo mais sinalizada pelos policiais do Rio do que de Campos. Ambas as questões estão relacionadas à dieta e aos estressores ambientais e profissionais. Problemas de ossos, tendões e músculos também estão mais presentes nos policiais do Rio o que pode estar relacionada com a natureza do trabalho operacional dos policiais cariocas. Já bursite, que está relacionada a lesões por esforços repetitivos, apresenta maior prevalência entre os campistas, onde o trabalho administrativo é mais realizado.

Buscar atendimento em hospital da polícia foi medida relatada por 22,7% dos policiais do Rio, opondo-se a apenas 1,1% dos policiais de Campos, como pode ser observado na tabela 14. Esse fato pode ser explicado pela Cidade de Campos não contar com nenhum hospital da Polícia Civil e apenas uma unidade ser conveniada com a Polícia e atender um número ínfimo de policiais.

Tabela 14: Distribuição proporcional dos policiais segundo o atendimento em serviços de ROTINA no último ano

Tipo de Hospital	Campos	Rio
Polícia ou clínica conveniada*	1,1%	22,7%
Rede pública	34,1%	25,5%
Rede privada	44,3%	46,6%

*p.000

A insatisfação com os serviços de saúde da Polícia está presente entre os policiais das duas cidades. Somando-se aqueles que se dizem “insatisfeitos” e “muito insatisfeitos” encontram-se 56,7% no Rio e 87,5% em Campos. A falta de unidades de saúde específicas da Polícia no interior é a principal queixa relatada nos grupos focais.

6.1. Estresse e Saúde Mental

Há uma probabilidade maior do policial se tornar uma vítima psiquiátrica desses confrontos, do que morrer sob o fogo do adversário⁽⁴⁶⁾ (p.93)

Vários estudos analisam o impacto sobre a saúde do policial, quando existe o conteúdo violento que leva ao contato rotineiro com a morte e com a constante pressão das responsabilidades, gerando danos à saúde⁽⁵⁴⁾.

Logan et al⁽⁵⁵⁾ concluíram que toda profissão tem o potencial de produzir satisfação ou insatisfação pessoal e isso depende muito dos valores de vida individuais. Muitas vezes a competência em aspectos técnicos de uma profissão não implica que o sujeito esteja preparado para o desgaste que ela proporciona, sendo muito provável que exista uma relação inversa entre estresse e satisfação profissional⁽⁵⁶⁾.

O estresse ocupacional decorre da sobrecarga de exigências a tal ponto que se ultrapassam as habilidades do trabalhador para enfrentá-las, acarretam desgaste excessivo do organismo e deterioração da produtividade. Entretanto, não se pode descartar o componente individual do estresse, que está ligado à personalidade e ao modo como o indivíduo reage, interpreta e sente os acontecimentos cotidianos de forma particular^(57,58).

A literatura cita como alguns dos agentes estressores: longas jornadas de trabalho (diurno ou noturno); recursos materiais insuficientes; insatisfação com a atividade; remuneração injusta; inexistência de crescimento profissional na instituição, entre outros^(59,60,61,62).

O *coping* é definido como o mecanismo que o indivíduo desenvolve para enfrentar problemas ou situações classificadas como “estressantes”^(63,64,65). Bachion et al.⁽⁶⁴⁾ consideram três grandes classes de mecanismos de coping: a) fuga: adiar o confronto, tentar esquecer, bloquear emoções; b) confronto direto: buscar informações, falar sobre o assunto, negociar alternativas; e c) confronto indireto: evasão por meio de atividades filantrópicas e esportivas, tentativas de justificar os seus erros, culpar outras pessoas. Outros autores falam de métodos de controle do estresse, tais como: exercício físico regular, manter controle da sua vida, ter bons hábitos, fazer exercícios de relaxamento, entre outras atividades^(66,67,68).

A satisfação profissional tem sido descrita como o estado emocional positivo resultante do prazer que se tem com as experiências do trabalho. A prática de uma profissão não deveria ser considerada somente como o resultado de aptidões e habilidades do profissional, mas como o resultado da conjugação de fatores psicológicos e sociais que influenciam o comportamento da pessoa no exercício de sua profissão e condicionam a compatibilização do profissional com seu trabalho⁽⁶⁹⁾.

O grau de satisfação profissional pode variar significativamente entre profissões e inclusive entre especialidades dentro de uma mesma profissão. Da mesma forma, o grau de estresse desencadeado pelo trabalho é influenciado pelo tipo de atividade que o indivíduo desempenha.

O tempo de profissão influi consideravelmente não somente no grau de satisfação, mas também sobre os aspectos que o indivíduo considera estressantes e como vantagens ou desvantagens dentro da sua atividade⁽⁴⁸⁾.

Lipp⁽⁷⁰⁾ comenta que a fonte de perigo pode ser real ou imaginária, desencadeando a mesma resposta de alerta em ambas as situações. Mas, quando o perigo real é retirado o

organismo volta ao estado de normalidade, diferente do imaginário no qual o indivíduo permanece constantemente pensando. Nesse sentido, o risco imaginário é tão ou mais prejudicial, para a saúde mental quanto o risco sofrido. Daí se conclui que todos os policiais, independente de sua exposição ao risco, são suscetíveis ao estresse.

Neto & Lima ⁽⁷¹⁾ em um estudo sobre nível de estresse na Polícia Militar de Mogi das Cruzes, elencou como eventos mais estressantes os relacionados ao sofrimento alheio, às situações perigosas; aos problemas familiares, ao exercício da rotina policial, e à desvalorização da profissão. O resultado da pesquisa surpreendeu os autores pois constataram que 72% dos policiais ostensivos e 52% dos policiais que realizavam serviços internos não apresentaram estresse. Observaram que a maior incidência de estresse ocorreu no grupo de policiais que realizavam serviços internos. Constataram ainda que havia predominância de sintomas psicológicos no grupo de policiais ostensivos e predominância de sintomas físicos no grupo de policiais de serviços internos.

A síndrome de *Bournout* que diz respeito a características associadas aos fatores de exaustão e esgotamento e representa uma resposta aos estressores laborais crônicos, foi investigada em Polícias Cíveis do Rio Grande do Sul por Silveira et. al. ⁽⁷²⁾. Tal síndrome manifesta-se a partir de sintomas específicos e pode ser concebida como um construto que abrange três fatores: a exaustão emocional, a despersonalização e sentimentos de reduzida realização profissional ⁽⁷³⁾. O estudo com os policiais de Porto Alegre, comparou os que trabalhavam em serviço interno e externo na polícia civil, constatando não haver diferença significativa entre os dois grupos. Os autores sugerem que o *bournout* pode estar mais relacionado com fatores organizacionais do que com o tipo de atividade desenvolvida. As estratégias utilizadas pelos policiais para enfrentar situações de estresse, segundo eles, podem ter um papel mais significativo do que o tipo de situação enfrentada.

Certos aspectos do trabalho como alta demanda, baixo controle, freqüente contato com o público em geral, são fatores altamente estressantes, e trabalhos com essas características são classificados como tal ⁽⁷⁴⁾. Esse autor fez um estudo de policiais com mais de 50 anos, tendo como hipótese que os mais velhos estariam mais predispostos ao estresse. Seu trabalho evidenciou os episódios mais estressantes para esse grupo: 77% relataram que é participar do funeral de amigos e para 60% são as experiências de injustiça. Ainda, 64% responderam que se sentem negativos, fúteis ou deprimidos no trabalho; 78% não se sentem tão eficientes como deveriam, 66% se sentem física, espiritual e emocionalmente

esgotados. A maioria dos policiais (55%) relatou que gostaria de procurar um novo emprego no ano seguinte.

Segundo o autor, ser policial tem sido considerada uma das mais estressantes ocupações. A exposição a incidentes críticos durante o dever, e aspectos burocráticos da organização são, segundo ele, extremamente penosas para os profissionais. A escassa comunicação entre as divisões, a rigidez nos procedimentos, as poucas oportunidades de desenvolvimento, uma pobre supervisão, entre vários outros fatores de trabalho contribuem para aumentar o estresse. A pior experiência, para muitos desses profissionais, é a morte ou o ferimento de outro agente, na linha do dever.

O estudo de Gershon⁽⁷⁴⁾ chama atenção para a alta incidência de adversidades psicológicas entre policiais, como por exemplo, o significativo número de agentes que suicidam. Este estudo constatou que entre 130 profissões, a classe dos oficiais de polícia possui a terceira taxa mais alta de suicídios. Analisou também que as estratégias utilizadas por esse grupo para lidar com o estresse no trabalho são: 81% oram, 32% depositam sua fé em Deus. Alguns dizem que evitam criar estratégias; ficar no bar com amigos (30%); gritar com os outros / membros da família (55%); e fumar mais do que o habitual (30%).

Em relação à saúde, esse grupo de policiais com mais de 50 anos, relatou baixa energia 87%; depressão, 79%; pressão na cabeça, 58%; falta de interesse, 55%; dores no peito, 53%; perda do interesse sexual, 48%; dores no estomago, 43%. Cerca de 7% dos policiais relataram pensar em por fim a vida; 26% se sentem distanciados das pessoas e atividades; 31% se sentem “ligados no piloto automático”; 12% tratam as pessoas como objetos, e 13% relatam estar no final de suas forças (fim da linha). Verbalizam ainda que sentem dor nas costas 45%, Pressão alta 42%, problemas nos pés 32%. Doenças do coração 16%, enxaqueca 14% , insônia crônica 13%, fumo de cigarro demasiado 68%, culpa pelo consumo de álcool 38% “bebo mais do que o planejado”. 13% não recordam do que fazem após a bebida exagerada; 6% relataram sérios acidentes, dentro e fora do trabalho, nos últimos seis meses relacionados ao seu estado de estresse.

Uma hipótese interessante elaborada por Gilmartin⁽⁷⁵⁾ é de que a ativação de adrenalina nos policiais pode ser resultado de um comportamento aprendido tornado como hábito. O autor sugere que o trabalho dos policiais cria um jogo perceptual instruído que os altera, de maneira que interajam com o ambiente. Sugere ainda que o treinamento e o condicionamento elevam automaticamente os sistemas fisiológicos, diferente das demais profissões, de forma que o policial interage com seu organismo, treinando-o para

permanecer em constante hipervigilância e fazendo varredura do meio ambiente à procura de ameaças. Ao transformar esse jogo de percepção em ocorrência, o policial altera seu sistema fisiológico diário sem ser exposto a qualquer evento ameaçador. Assim, esse profissional pode estar continuamente com um estado fisiológico hipervigilante sem ser necessária sua estimulação.

Estudando policiais americanos, Stanley⁽⁷⁶⁾ discute que o estresse não está relacionado apenas ao risco real mas sim ao risco simbólico. O estresse, segundo ele, é o carro-chefe dos problemas emocionais dos policiais, principalmente por terem sua vida posta em cheque durante todo tempo. Este autor chama atenção para o fato do trabalho policial exigir de forma mais intensa, que o sujeito enfrente perigos físicos, colocando a todo tempo, sua vida em risco de à “ *violência, crueldade e agressão, e é exigido dele que tome freqüentemente decisões em situações de alta-pressão*” (p.343). Sendo assim o nível de estresse é sempre bastante acentuado e quase sempre percebido através de sintomas físicos e abuso de substâncias. Segundo seus dados 25% dos policiais são abusadores de álcool e aproximadamente 10% utilizam abusivamente drogas ilícitas nos Estados Unidos.

A dificuldade de visualização e de conseqüente aceitação por parte de superiores do sofrimento psíquico se dá muitas vezes porque “ *somente o sofrimento físico pode ser reconhecido pela organização do trabalho, enquanto o sofrimento mental e, em particular, a ansiedade, não têm o direito de existir no local de trabalho*” ⁽⁷⁷⁾(p.124). Dejours chama atenção para a *síndrome subjetiva pós-traumática*, quando o sujeito percebe após um evento que o tenha vitimado ou a um colega, que a segurança do trabalho falhou. A partir de então ele deverá “ *enfrentar individualmente o perigo e o medo*” ⁽⁷⁷⁾(p.124).

O sofrimento individual advindo da atividade policial não tem recebido a devida atenção. Brant, L. & Minayo-Gomez ⁽⁷⁸⁾ chamam atenção para o fato de que “ *trabalhadores e gestores eram capazes de admitir uma doença, mas não o sofrimento*” (p.942). Esses autores apontam ainda que em sua pesquisa: “ *auscultavam-se os sons do corpo - batimento cardíaco, ritmo respiratório e pulsação-, mas não se escutava o trabalhador.*” (p.944)

Num limiar entre a saúde e a doença, o sofrimento psíquico caracteriza-se fundamentalmente por um mal-estar inespecífico, com repercussões fisiológicas e psicológicas que podem acarretar limitações severas ao dia-a-dia, podendo transformar-se em doença pela sua intensidade e cronicidade ⁽¹⁴⁾.

Os transtornos psico-emocionais puderam ser avaliados pela aplicação do SRQ-20- Self-Report Questionnaire- um instrumento constituído de 20 perguntas que permite fazer o rastreamento de distúrbios psiquiátricos menores (depressão, ansiedade, distúrbios somatoformes e neurastenia), mais do que estabelecer categorias diagnósticas como na Classificação Internacional de Doenças-10 (CID-10) e Diagnostic and Statistical Manual-IV (DSM-IV). Em centros de atenção primária, o SRQ é útil como o primeiro estágio no processo diagnóstico, tendo em vista sua alta sensibilidade (83%) e especificidade (80%). O SRQ-20 é o instrumento recomendado pela Organização Mundial de Saúde para esta finalidade, tendo se mostrado eficaz. Os pontos de corte estabelecidos para caracterizar a presença de distúrbios psiquiátricos menores foram distintos para os sexos - 6 para os homens e 7 para as mulheres. Utilizei o ponto de corte 7 para ambos os sexos.

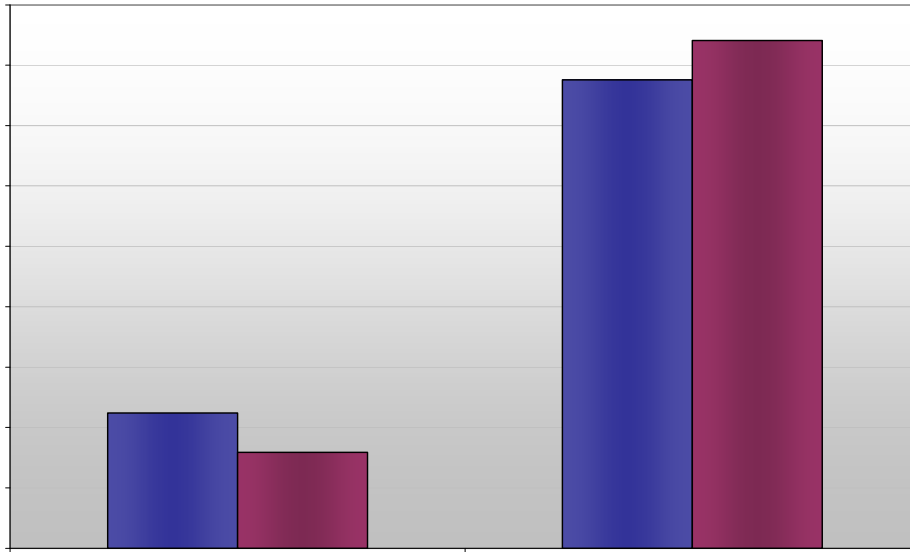
Os sintomas de sofrimento psíquico estão mais presentes nos policiais do Rio do que nos policiais de Campos, como podem ser vistos na tabela 15. Os sintomas que apresentaram diferenças nas duas cidades foram: ficar nervoso, tenso ou agitado (50,5% no Rio e 35,2% em Campos); sentir-se triste (31,5 no Rio e 20,5% em Campos); sentir-se cansado o tempo todo (26,9% no Rio e 9,1% em Campos); sentir sensação desagradável no estômago (21,6% no Rio e 8,0 em Campos); tem perdido o interesse pelas coisas (18,6% no Rio e 10,2% em Campos) e sentir-se uma pessoa inútil sem préstimo (4,8% no Rio e nenhum em Campos). Já os policiais de Campos verbalizaram ter mais dores de cabeça freqüente (55,7% em Campos e 26,2% no Rio) e falta de apetite (19,3% em Campos e 9,1% no Rio).

Tabela 15: Distribuição proporcional dos policiais segundo os sintomas de sofrimento psíquico que ocorrem atualmente

Sintomas de sofrimento psíquico	Campos	Rio
Dorme mal	39,8%	38,9%
Fica nervoso(a), tenso(a) ou agitado(a)*	35,2%	50,5%
Sente-se triste*	20,5%	31,5%
Sente-se cansado o tempo todo***	9,1%	26,9%
Sente dores de cabeça freqüentemente***	55,7%	26,2%
Tem dificuldade para realizar com satisfação suas atividades diárias	19,3%	26,9%
Cansa-se com facilidade	20,5%	27,3%
Tem falta de apetite**	19,3%	9,1%
Sente má digestão	20,5%	24,2%
Assusta-se com facilidade	17,0%	18,0%
Tem sensações desagradáveis no estômago*	8,0%	21,6%
Tem perdido o interesse pelas coisas*	10,2%	18,6%
Tem dificuldade de pensar com clareza	10,2%	15,2%
Tem dificuldade no serviço (o trabalho é penoso e causa sofrimento)	8,0%	10,5%
Tem dificuldade para tomar decisões	9,1%	14,5%
Sente tremores na mão	10,2%	9,6%
Chora mais que o costume	5,7%	11,3%
Sente-se uma pessoa inútil, sem préstimo*	-	4,8%
Tem tido idéia de acabar com a vida	1,1%	3,6%

*p<0,05; **p<0,005; ***p.000

Dentro da proposta de corte de 7 respostas positivas, conclui-se que a grande maioria dos policiais de ambas as cidades não apresenta sofrimento psíquico (84,1% em Campos e 77,6% no Rio), como podemos constatar no gráfico 34. Mas vale apontar que esse sofrimento está presente em 110 policiais do Rio de Janeiro e em 14 policiais de Campos dos Goytacazes. Me causou surpresa a pequena incidência de sofrimento psíquico nos dois grupos o que pode ser explicado pela rede de proteção e apoio social. Em pesquisa similar realizado com policiais Civis de Espírito Santo, Bourguignon et. al.⁽⁴³⁾ encontrou a freqüência de 36, 92% de distúrbios psico-emocionais a partir da utilização do SRQ-20. Valor superior ao encontrado entre os policiais do Rio de Janeiro (22,4%) e maior ainda do que entre os policiais Campos (15,9%).

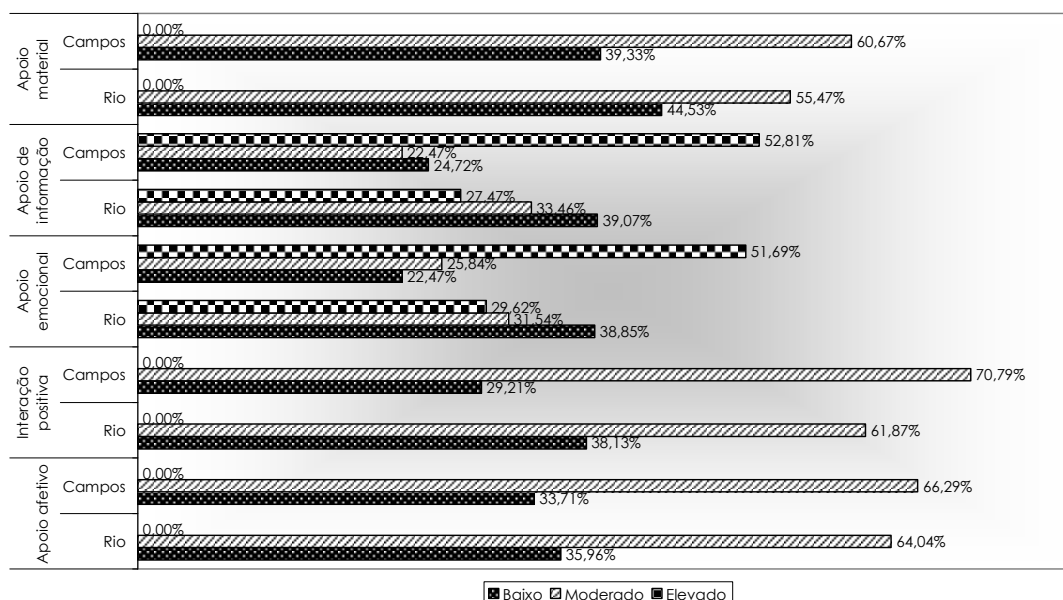


estes tenderão a exercer efeitos negativos, mais ainda nas pessoas cujo nível de apoio social é baixo.

A escala de apoio social foi aplicada aos policiais civis de ambas as cidades, a fim de medir a disponibilidade de suporte com que contam nas áreas afetivas, emocional, material, informacional e de interação social, conforme os dados apresentados a seguir.

Gráfico 35

Distribuição proporcional dos policiais civis segundo apoio social



Esse gráfico evidencia algumas questões:

- Houve diferença significativa nos itens apoio de informação, apoio emocional e interação positiva entre os policiais estudados, com o maior apoio encontrado nos profissionais de Campos;
- No item apoio de informação encontramos 52,81% dos policiais de Campos com apoio elevado contra 27,47% dos policiais do Rio nesta condição;
- 51,69% dos policiais de Campos apresentam apoio emocional elevado contra apenas 29,62% dos policiais do Rio
- No tópico interação positiva nenhum dos dois grupos apresentou apoio elevado. No entanto, os policiais de Campos também apresentam uma maior incidência de apoio moderado, 70,79 contra 61,87%.

- e) O apoio material e apoio afetivo não apresentaram diferenças significativas entre os policiais das duas cidades. Mas mesmo assim há um pequeno incremento nos dados relativos aos policiais de Campos no item “moderado” e um maior número de policiais do Rio no item “baixo”.

Consumo de substâncias

As respostas às perguntas sobre consumo de substâncias tóxicas sempre sofrem restrições dos policiais, por representarem um comportamento interdito às corporações, sugerindo que os dados referidos por eles estão subnotificados.

Fumar cigarros atualmente ou no passado foi mais relatado por policiais do Rio. Entre os campistas, 62,5% informam nunca ter consumido tabaco, como podemos observar na tabela 16.

Tabela 16: Distribuição proporcional dos policiais segundo consumo de tabaco

Freqüência de consumo	Campos	Rio
Nunca fumei	62,5%	50,6%
Parei de fumar	15,9%	25,3%
Fumo regularmente/eventualmente	21,6%	24,1%

p.0,10

Policiais do Rio informam não utilizar bebida alcoólica em maior proporção que os de Campos (14,1% versus 6,8%). Entre os que pararam de beber há 14,8% dos campistas e 8,2% no Rio. Policiais do Rio relatam maior consumo ocasional ou fortuito. Vale, todavia, ressaltar o elevado percentual de policiais (51,1% para Campos e 43,9% para o Rio) que consomem álcool semanalmente. Talvez as proporções mais elevadas de ingestão de álcool seja maior entre os campistas por estes serem mais jovens e haver muitos solteiros.

Tabela 17: Distribuição proporcional dos policiais civis segundo consumo de álcool

Freqüência de consumo	Campos	Rio
Diariamente/1 vez por semana	51,1%	43,9%
Ocasionalmente/Raramente	27,3%	33,8%
Parei de beber	14,8%	8,2%
Nunca tomei bebida	6,8%	14,1%

p.066

Cerca de 12,4% dos policiais do Rio e 14,85 de Campos associaram o uso de álcool com as condições estressantes de trabalho.

O uso de álcool é freqüente entre os policiais, embora possa existir um consumo ainda maior que o informado. Apenas os agentes do Rio informaram que tiveram problemas no trabalho (1,2%) por causa da bebida. Os principais problemas assinalados por eles foi ter deixado de usar preservativos (mais comum entre os cariocas), conflitos problemas familiares (mais comum entre os campistas), e distúrbios de saúde.

A utilização de outras substâncias no último ano pode ser observada na tabela 18. Tranqüilizantes são a principal droga ingerida por policiais de ambas as cidades (13,6% em Campos e 13,8% no Rio). Os policiais do Rio se destacam por consumirem significativamente mais todas as outras substâncias excetuando o uso de anabolizantes e remédio para emagrecer apontado mais pelos policiais de Campos.

Tabela 18: Distribuição proporcional dos policiais segundo consumo de outras substâncias

Tipos de substância	Campos	Rio
Tranqüilizante, ansiolítico, calmante ou antídromo (Diazepan, Dienpax, Lorium, Lorax, Rohypnol, Psicosedin, Somalium ou Lexotan, etc.)	13,6%	13,8%
Remédio para emagrecer ou ficar acordado * (Hipofagin, Moderec, Glucoenergan, Inibex, Desobesi, Reactivan, Pervitin, Dasten, Isomerid, Moderec, Dualid ou Preludin, etc.)	8,0%	3,6%
Anabolizante para aumentar a musculatura (bomba) ou dar força**	2,3%	-
Sedativo ou barbitúrico (Optalidon, Florinal, Gardenal, Tonopan, Nembutal, Comital ou Pentonal, etc.)	-	1,0%
Maconha	-	-
Cocaína, crack ou pasta de coca	-	0,6%

*p<0.05; **p<0.005

Tabela 19: Distribuição proporcional dos policiais segundo problemas decorrentes do uso de substâncias

Problemas	Campos	Rio
Deixou de usar preservativo nas relações sexuais*	12,5%	21,4%
Problemas com a família*	18,2%	11,7%
Problemas de agressividade*	6,8%	7,1%
Teve problema emocional / crise nervosa*	2,3%	8,2%
Problemas de saúde*	10,2	11,3%
Dificuldade na relação sexual*	4,5%	10,1%
Envolveu em acidentes no trânsito* (atropelamentos, colisão, etc.)	3,4%	2,9%
Problema no trabalho	-	1,2%
Faltou ao trabalho	1,1%	1,4%

*p.000

Procurar interromper o uso de álcool ou outra substância foi tentado por muitos profissionais, pontuando novamente a existência do problema. A maior parte dos policiais o faz por conta própria, sinalizando a falta de suporte institucional ou o temor de solicitá-lo, conforme pode ser observado na tabela 20. Religiões e seitas também são acionadas quando o policial quer modificar os seus hábitos.

Tabela 20: Distribuição proporcional dos policiais segundo mecanismos utilizados para interromper o consumo

Mecanismos	Campos	Rio
Por conta própria*	11,9%	20,4%
Em grupos de auto-ajuda como Alcoólicos Anônimos ou Narcóticos Anônimos	-	-
Religiões ou seitas	1,2%	4,6%
Médico, psicólogo, assistente social	1,2%	2,7%
Hospital de emergência / desintoxicação	-	1,3%

*p.000

Profissionais de saúde e serviços de saúde são pouco acionados para apoiar a interrupção dos vários tipos de drogadicção.

CAPÍTULO 8

Riscos Vividos e Percebidos pelos Policiais Civis

Acompanhar o dia a dia desses trabalhadores que vivem no viés da marginalidade da sociedade, que têm ordens internas rígidas que na prática são impossíveis de serem cumpridas, que exercem suas atividades em condições de risco e, ao mesmo tempo, respeitar suas formas de adaptação carregadas de sofrimento, medo e insegurança, nos faz desenvolver uma nova consciência crítica em relação a Polícia Civil⁽⁴³⁾ (p.112).

A competição e a luta pela sobrevivência na sociedade atual ao mesmo tempo tende a atrair e a atemorizar as pessoas. Desse modo, o risco passa a ser encarado como um companheiro do cotidiano, que precisa ser conhecido, calculado e controlado.

O ser humano, pela racionalidade, pode até tentar controlar os fatos desafiadores, porém a incerteza, segundo Berstein⁽¹¹⁵⁾, continuará sendo uma característica inevitável do futuro, impedindo-o de banir totalmente o destino de suas esperanças e temores. Qualquer decisão relativa ao risco envolve, para o autor, dois elementos distintos e inseparáveis: os fatos objetivos e a visão subjetiva do desejo do que se ganhará ou perderá a partir de uma decisão tomada.

Le Breton⁽¹⁰²⁾ mostra que as paixões modernas do risco nascem da desarmonia moral, que emerge nas sociedades ocidentais, de um presente muito comprometedor e de um futuro pouco dedutível. Na ansiedade de viver, o indivíduo impõe a si uma necessidade de valorizar sua presença no mundo e, assim, muitas vezes ignora o perigo, superestima sua capacidade e busca a superação. Le Breton discute ainda, o que chama de “pedagogia do risco”; afirmando que a experiência adquirida pela repetição da exposição e a integração de técnicas, faz com que a percepção do risco seja minimizada. Essa talvez seja uma explicação plausível para a percepção de risco bastante mais acentuada dos Policiais de Campos se comparada aos eventos de risco experimentados.

Le Breton⁽¹⁰²⁾ alerta também que o risco não é uma disposição permanente do indivíduo. Isso significa que, embora uma pessoa já tenha vivido alguma situação de risco, não quer dizer que esteja sempre pronta a enfrentar outras. A repetição de eventos perigosos nem sempre banaliza a vivência de riscos típica da natureza da profissão policial. O fato desses trabalhadores, principalmente os que atuam no confronto direto, conviverem

rotineiramente com o risco, não assegura a eles um “equilíbrio psicológico” adquirido pela experiência, muito pelo contrário. Há os que ficam mais temerosos e os que passam a minimizar os perigos. O autor fala sobre a atitude “contrafóbica”, que leva uma pessoa em situações de risco a encará-las ao invés de fugir ou evitar. Desta maneira, o indivíduo luta contra a angústia, atirando-se em sua direção, pondo-se corpo a corpo com o desafio. Uma vez enfrentando o medo, ele se dissipa e, por alguns instantes, há a sensação de tê-lo dominado. O que acontece nos casos em que não há situações possíveis de enfrentamento? A percepção do risco é superestimada pelo imaginário relativo ao risco desconhecido, como o que ocorre com os Policiais de Campos dos Goytacazes.

De acordo com Le Breton, o risco é horizonte inseparável da condição humana, e se constrói a partir das características sociais e culturais de cada grupo, incorporando fragilidades que variam em função do tempo e do lugar. Uma definição objetiva do risco e dos perigos está sempre misturada às subjetividades das representações dos sujeitos e de seu imaginário social. Castiel reforça essa idéia quando diz:

A noção de risco é proteiforme - pode envolver aspectos econômicos-desemprego, miséria-; ambientais- diversos tipos de poluição-; relativos a condutas pessoais - maneiras indevidas de comer, beber, exercícios físicos-dimensões interpessoais-formas de estabelecer/manter relações amorosas/sexuais-criminais- eventos vinculados a violência urbana. Todos esses riscos fermentam, misturam-se e extravasam para a âmbito sócio-cultural, tornando-se signos/símbolos. Em síntese a “experiência” do risco participa da configuração de matizes identitárias e da formação de subjetividades, suscetíveis a interpretações⁽¹¹⁶⁾ (p.84).

Lupton citada por Castiel⁽¹¹⁶⁾ sistematiza uma classificação de riscos:

- Realista- o risco é um perigo, ameaça objetiva que existe e que pode ser mensurada independentemente de processos sociais e culturais, mas pode ser distorcido ou enviesado por arcabouços interpretativos sociais e culturais. Essa postura é visivelmente assumida pela epidemiologia e pela maioria das ciências cognitivas que abordam percepções do risco.
- Construcionista “fraca” - o risco é um perigo, uma ameaça inevitavelmente mediada por processos sociais e culturais e não pode ser conhecida separada deste processo. Aqui se incluem perspectivas da “sociedade de risco” pelo estruturalismo crítico, de Ulrich Beck^(85,86,87) e também das abordagens “culturais e simbólicas de Mary Douglas^(93,94,95).

- Construcionista “forte” - nada é um risco em si. O que se entende como sendo um “risco”, ou perigo, ameaça, é produto de modos de olhar historicamente, socialmente, politicamente contingentes.

A vivência do risco policial estaria inserida em que categorias? Não se pode negar o risco real constatado pela maior vitimização de policiais se comparada com a população de uma maneira geral. Porém tanto no Rio e ainda mais em Campos, há uma percepção do risco maior do que as situações vividas de fato, principalmente nessa cidade do interior. O que leva a pensar que o risco faz parte da descrição do trabalho policial, independente da função exercida ou do local de atuação. Nesse sentido a hipótese desse trabalho seria posta em cheque. Todos os teóricos que discutem a cultura policial são unânimes em apontar o risco e o perigo como ingredientes dessa profissão.

Snolnick citado por Monjardet⁽³⁷⁾ ressalta a especificidade do trabalho policial e alerta para a questão do perigo:

Como os militares, os policiais enfrentam o perigo; como os professores, devem construir uma relação de autoridade com o seu público; como todo trabalhador, têm a preocupação com a eficácia da sua ação; mas só eles combinam esses três elementos em sua situação de trabalho. Disso decorre uma série de propriedades que são a consequência obrigatória dessa situação. Assim se constroem “óculos cognitivo” e uma “personalidade de trabalho”, marcados pelos traços partilhados por todos, sejam quais forem o grau e a função. Esses traços comuns são a onipresença da suspeita na relação com o outro, o sentimento- sobre um fundo de profundo mal entendido na relação entre a polícia e o público- de um isolamento social que uma solidariedade interna muito forte vai tentar compensar, a valorização de um pragmatismo de princípio que decorrem o conservadorismo intelectual, político e social, o machismo e a generalidade de preceitos éticos⁽³⁷⁾ (p.163).

Monjardet aponta que,

Nenhuma tarefa policial obtém unanimidade dos julgamentos sobre o verdadeiro trabalho policial. Mas há uma que é imperativa para todos e prioritária diante de todas: prestar assistência ao colega em perigo. Encontra-se sem dúvida esse reflexo em todos os ofícios perigosos: marinheiros ou mineiros fazem o mesmo. Mas a solidariedade policial é muito mais ampla porque ela não resulta apenas, e nem mesmo principalmente, dos riscos do ofício, mas antes, mais amplamente, da partilha da condição policial. Nesse aspecto ela é a marca de uma polícia no duplo sentido da identidade: o idêntico e o singular⁽³⁷⁾ (p. 199).

A discussão sobre a existência de uma cultura policial não é unânime. Bretas & Poncioni⁽¹¹⁷⁾ defendem que:

No universo organizacional, a visão construída pelos policiais sobre o “mundo policial” e o “mundo social”- isto é, o sistema de representações sociais que é compartilhado entre os policiais - expressa não só o sistema legal, mas também as crenças, os preconceitos e os estereótipos produzidos no interior da própria organização policial sobre as experiências concretas e diárias do seu trabalho. Na dimensão cotidiana das atividades policiais, a percepção que o policial tem de si mesmo e do conjunto de situações que vivencia, bem como suas atitudes e sentimentos em relação a elas são codificados em um acervo de conhecimento que vai além do pessoal, tornando-se um saber compartilhado, organizacional, próprio do policial. (p.151)

Já Monjardet⁽³⁷⁾ chama atenção para o fato de que a situação do trabalho policial não é marcada pela onipresença do perigo. As funções dos policiais apresentam um leque muito amplo de exposição: alguns o vivem cotidianamente, outros praticamente nunca o enfrentam. Mas, segundo a autora, a questão não é esta: a percepção do perigo, e seus eventuais efeitos sobre a definição pelo policial de sua situação de trabalho, são uma construção social em função de suas expectativas em relação ao ofício que escolheu exercer. O perigo pode estar muito presente para aqueles que entraram para a polícia movidos pelo projeto de ocupar um emprego estável, numa administração pública; nesse caso, ele é o custo por vezes imprevisto ou inicialmente subavaliado da segurança no trabalho. Em compensação, segundo a autora, para muitos policiais a evocação do perigo suscita um dar-de-ombros ou sarcasmo.

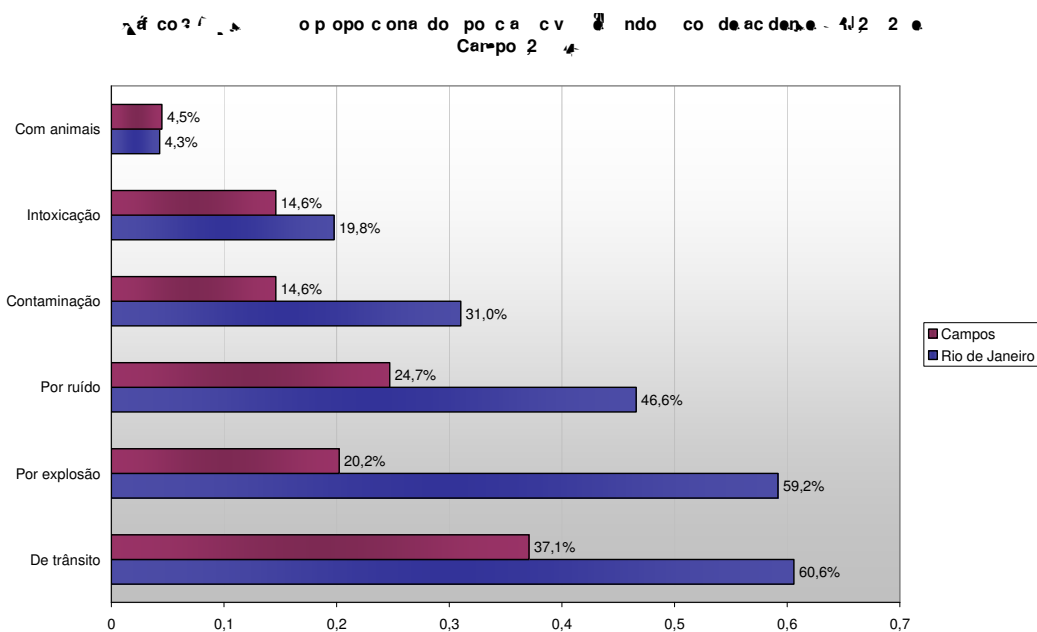
Amador⁽⁴²⁾ fala da impossibilidade de expressão do medo no exercício do trabalho policial que por um lado parece relacionar-se à prescrição para a coragem no âmbito da organização prescrita do trabalho policial e, por outro lado, à possível existência de um código de regras, criado pelo grupo de trabalho, pressupondo o banimento do medo, código ao qual todos devem subordinar-se. A imagem de que o policial não pode e nem deve sentir medo pode ser constatada por exemplo, em matérias como a divulgada no Globo Online: “*Quando até a Polícia tem Medo*”. Como se fosse impensável esse sentimento para essa categoria. Assim, a percepção do risco faz parte de uma “cultura policial”, assim como a impossibilidade de manifestação do sofrimento advindo desta vivência.

O risco e o seu enfrentamento parece ser um dos “pré-requisitos” para a condição policial. Aqueles que o enfrentam cotidianamente sofrem com a exposição, mas parecem sair mais fortalecidos e vivenciam o prazer de ter dominado o perigo. Aqueles que ainda não experimentaram, mas que foram treinados para enfrentá-lo, ao mesmo tempo em que o temem, esperam ansiosos para ver em prática aquilo que só conhecem na teoria. É como se algo faltasse para a sua “identidade policial”.

Na pesquisa foi perguntado aos policiais sobre os riscos que corriam no exercício de sua profissão. A percepção sobre os riscos de agressão pode ser constatado no gráfico 36 e as que se referem à percepção do risco de acidentes estão no gráfico 37. Houve diferença significativa entre as duas cidades apenas no risco de ser seqüestrado. No entanto podemos perceber uma maior percepção dos policiais do Rio de Janeiro em relação à agressão por tiro, a mais presente para ambas as cidades (94,7% no Rio e 87,5% em Campos), agressão física (89,3% no Rio e 84,3% em Campos) e seqüestro (46% no Rio e 27% em Campos). Os policiais de Campos apresentam uma maior percepção em relação a agressão por arma branca (84,3% em Campos e 79,8,3% no Rio) e agressão psicológica (74,2% em Campos e 64,3% no Rio).

Em relação ao risco de sofrer acidentes houve diferença significativa entre as cidades nos seguintes itens: risco de ser atropelado, risco de explosão, risco de sofrer danos de audição e contaminação por bactérias.

Ser atropelado ou sofrer acidente de trânsito foi mencionado por 60,6% dos cariocas e 37,1% dos campistas. O risco de sofrerem explosão também foi significativamente mais assinalado pelos policiais do Rio (60,4%) em comparação com os de Campos (20,2%). O risco de danos de audição decorrentes do trabalho também foi mais ressaltado pelos policiais do Rio (46,8%) em comparação com os de Campos (24,7%).

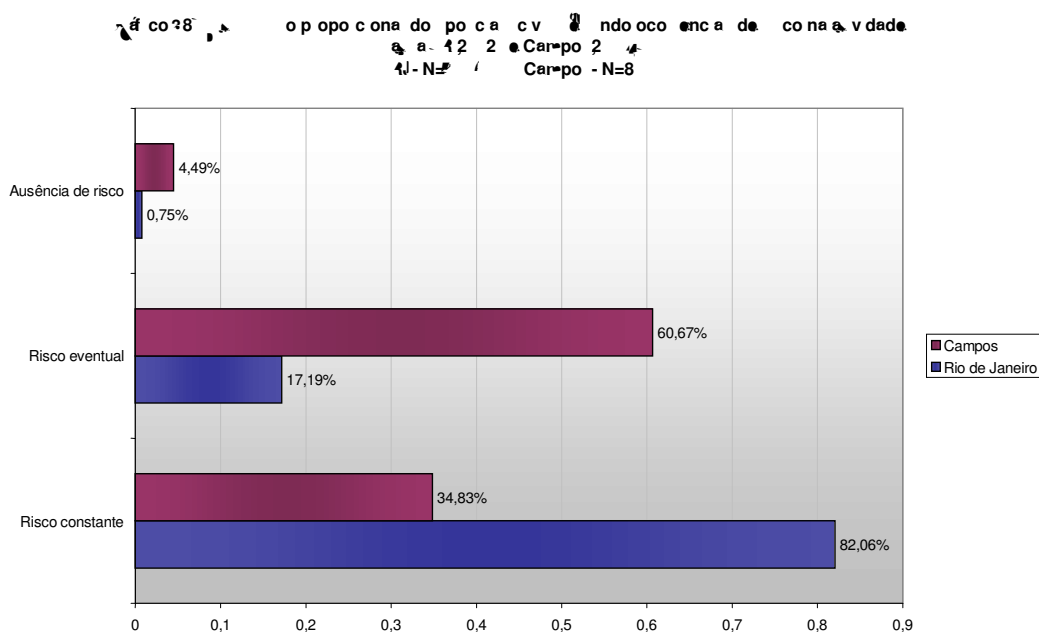


Portanto, a percepção em relação ao risco de sofrer agressões é similar nas duas cidades, com diferença apenas no que se refere ao risco de ser seqüestrado (maior no Rio). Já em relação aos acidentes há maiores diferenças entre os policiais das cidades estudadas.

O fato de residir na mesma comunidade em que atua foi apontado por alguns teóricos como um fator de risco para o policial^(42,43). Em relação a Campos 59,6% deles residem na mesma comunidade em que trabalham. No Rio esse percentual é apenas de 16,8%. Isso pode ser explicado pelo fato da cidade de Campos ser dividida em dois grandes blocos -

separados pelo Rio Paraíba. Em cada lado fica situada uma delegacia e a maioria vive mais próxima a seu lugar de trabalho.

Foi pedido aos policiais que avaliassem o risco que correm na sua atividade atual na Polícia, como pode ser constatado no gráfico 38. Houve diferença significativa entre as cidades. O risco é “constante” para 82,0% dos policiais do Rio de Janeiro e 34,8% para os policiais campistas. Já a resposta “risco eventual” foi apresentada por 60,7% dos policiais de Campos e por 17,2% dos cariocas. A visão de que não há risco no exercício de suas tarefas foi apontado por 4,49% dos campistas e apenas 0,75% dos cariocas.



Maiores proporções de policiais do Rio consideram que a sua família esteja em risco constante (40,5% e 22,5%) do que os de Campos.

Nesse sentido podemos dizer que a percepção em relação os riscos que sofrem nas duas cidades são similares em relação ao tipo de risco que correm (excetuando seqüestro e riscos de acidentes) e diferenciadas em relação à frequência da exposição ao risco: os policiais do Rio, mais do que os de Campos, consideram que estão, assim como as suas famílias, constantemente expostos ao risco.

Saindo da percepção do risco para a sua vivência, quando indagados se nos últimos 12 meses haviam sofrido perfuração por arma de fogo apenas 4,0% dos policiais cariocas responderam afirmativamente e nenhum policial campista tinha sofrido agressão por tiros. O que leva a concluir que a percepção de risco é significativamente maior que a realidade vivenciada pelos profissionais. No entanto, parafraseando Soares: “sentir medo desnecessário não dói menos do que temer por motivos objetivos ou racionais”⁽¹¹⁸⁾ (p.10).

A ocorrência de agressões que afetaram à saúde durante o trabalho no último ano foram duas vezes maior entre os policiais do Rio (29,6%) em relação aos de Campos (14,8%, p.000). Nessa categoria se incluem os ferimentos causados por projétil de arma de fogo e branca, agressão física, violência sexual, tentativas de suicídio e homicídio.

Todos os tipos de riscos investigados predominam entre os cariocas, com exceção de assédio ou agressão sexual, relatado igualmente por pouco menos de 3% dos policiais das duas cidades com um leve incremento em Campos. A presença de agressão física, também, é discretamente maior em Campos mas sem configurar diferença significativa.

A agressão verbal é a principal queixa relatada pelos policiais nas suas relações com os cidadãos. Chama atenção a diferença existente nos percentuais de tentativas de homicídio entre as duas cidades.

Tabela 21: Distribuição proporcional dos policiais segundo os riscos sofridos durante o trabalho policial

Riscos sofridos	Campos	Rio
Agressão verbal	31,8%	37,0%
Queda*	4,5%	12,9%
Tentativa de homicídio***	2,3%	12,3%
Agressão física	10,2%	9,7%
Perfuração por arma de fogo*	-	4,0%
Lesões por atropelamento ou acidente com veículo motorizado	-	1,6%
Acidentes com animais usados no trabalho policial	-	0,2%
Explosão com lesões (combustíveis, bujão de gás, explosivos, fogos, bomba, granada, etc.)	-	0,6%
Contaminação por bactérias ou outros microorganismos	1,1%	2,4%
Perfuração por arma branca	-	1,0%
Assédio ou agressão sexual	2,3%	2,6%
Envenenamento, intoxicação por gases ou fumaça	1,1%	-

*p<.05; **p<.005; ***p.000

Queimaduras, envenenamentos e desmoroamento estão entre os riscos menos vividos, conjuntamente com tentativas de suicídio, perfuração por arma branca e assédio ou agressão sexual.

Reforçando a idéia de que a percepção é maior do que o enfrentamento do risco, um delegado de Campos pontua:

Existe o risco, mas eu não tenho nenhum relato de policial que tenham passado por situações de risco. Eu por exemplo, no meu dia a dia, nestes 3 anos, não me lembro de ter passado por nenhuma situação de fato arriscada e nem de ter que atuar fora do meu plantão. (Del, DL1)

Vale lembrar que os dados de vitimização de policiais, apresentado em capítulo anterior já demonstraram a diferença significativa entre as duas realidades: dois Policiais Militares foram mortos entre 2002 e 2005 em Campos. Não há registro de óbito de nenhum policial civil no período. Já na capital Souza & Minayo⁽²³⁾ apontam que morreram, por todas as causas, 147 policiais civis no período de 1998 a 2004, dos quais 120 encontravam-se de folga. Vivências de situações de risco nas folgas também foram mais acentuadas por policias cariocas. Responderam que passam por “muito risco” 47,6% dos policiais do Rio e 29,2% dos campistas; “regular”, 52,8% dos de Campos e 41,9% dos cariocas; “pouco risco”, 12,4% de Campos e 8,9% dos cariocas e “nenhum risco” foi apontado por 5,6% dos policiais de Campos e 1,6% dos cariocas. Essa diferença significativa entre as duas cidades ecoa nas estatísticas dos policiais cariocas vitimizados nas folgas.

O risco relacionado ao exercício de outras atividades também é maior na percepção dos policiais do Rio de Janeiro: 59,3% dos cariocas consideram ser muito o risco corrido contra 29,2% dos policiais de Campos. Esse dado está diretamente relacionado à existência e à natureza das atividades extra-policiais que esses profissionais exercem. Os policiais do Rio fazem mais “bico” do que os de Campos e a natureza deste trabalho geralmente é segurança privada.

Um fator importante ressaltado por alguns autores entre eles Amador⁽⁴²⁾ e Lima⁽⁴⁶⁾ é que existe um código implícito da categoria que considera mais policial aquele que se expõe a ocorrências perigosas e arriscadas. Essa visão foi ressaltada na pesquisa qualitativa quando os de Campos queixaram-se da discriminação que sofrem em relação aos policiais do Rio: “*Eles (policiais da capital) acham que a gente só atende ladrão de galinha e briga de marido e mulher, e não é verdade!*”. (GF,DL1) “*Acham que são os bons só*

porque correm mais risco de morte do que a gente, mas a gente não está livre não” (GF, DL2).

Essa lógica parece coadunar com a cultura da instituição policial. Analisando-se as capacitações oferecidas aos policiais das duas cidades, pode-se inferir que a própria Polícia identifica demandas diferenciadas para as duas realidades. Enquanto no Rio há mais capacitações técnicas, em Campos as capacitações quase se restringem às teóricas. Está implícito um diagnóstico diferenciado para as cidades: no Rio, capacitação para o combate e em Campos para as questões relacionadas ao atendimento ao público. Mas queixa-se um policial campista, *“ninguém fez concurso para ser polícia para ficar no ar condicionado resolvendo intriga de marido e mulher”*.(GF, DL2) O discurso dos policiais de Campos é bastante ambivalente em relação à demanda que chega a eles: ora queixam-se de que são considerados meros policiais de “ladrão de galinha” e em muitos outros momentos assumem que suas atividades se restringem, quase que exclusivamente, ao atendimento a pequenas causas e questões burocráticas. Um delegado de Campos comenta: *“não resta a menor dúvida que os problemas da capital são maiores que os problemas do interior, ou melhor dizendo, são mais graves.”* (Del, DL2). E nos grupos focais os policiais apontaram: *“ Tanto aqui, e muito mais ainda no Rio, a questão deixou de ser o que é ser policial para ser como ser policial e continuar vivo. No Rio então nem se fala”*. (GF, DL1)

Na pesquisa realizada com os policiais civis do Rio, estes apontaram que atuar na capital, principalmente pelo acirramento de conflito com o tráfico de drogas, os deixa em uma situação privilegiada em relação ao risco.

Os policiais campistas parecem não ter dúvidas de que estão em vantagem quanto a segurança, em relação aos colegas que trabalham no Rio de Janeiro. No entanto apesar do menor risco cotidiano sentem-se mais vulneráveis por atuarem em uma cidade menor, onde “todo mundo conhece todo mundo” e não se tem como esconder que é policial: *“ o anonimato nesta cidade não existe.”* Neste sentido se percebem mais em risco do que seus colegas: *“a diferença não é quantitativa (no Rio tem mais situações de risco) e sim qualitativa ”*, diz um policial no grupo focal.

No entanto, os policiais de Campos têm uma percepção equivocada de que existe um incremento da violência a cada dia e comentam que estão precisando mudar seus hábitos para lidar com o novo quadro: *“Aqui em Campos até pouco tempo eu não saía de casa armado, agora não tem como.”* (GF, DL2)

Soares⁽¹¹⁸⁾ ressalta a “centralidade da arma de fogo na economia psicológica geradora da auto-imagem masculina e da auto-estima” (p.162). Afirma que no imaginário social há um vínculo positivo, “encantatório” e sexualizado entre arma e virilidade. O enfrentamento do risco, relacionado a características da juventude e da masculinidade, já foi apontada também por vários autores^(44,46,50). Bittner⁽⁵⁰⁾ ressalta:

O que se requeria dos recrutas eram as virtudes másculas da honestidade, lealdade, agressividade, e a coragem visceral... como compensação os policiais recebiam a nobreza do serviço, a oportunidade de contribuir para o melhoramento da vida, e por fim, mas não menos importante, a promessa de aventura. (p.16)

Promessa essa que na vivência dos policiais de Campos não se concretiza. O risco como algo que “motiva”, “vicia” aparece no discurso e no imaginário. Essa realidade que ao mesmo tempo lhes dá mais segurança leva a que se vejam como meros executores de atividades burocráticas, o que para muitos torna o trabalho enfadonho e distante do que sonharam.

A visão de que necessitam de episódios de exposição de força foi trazida num grupo focal dos policiais de Campos:

Aqui a gente não faz polícia. A Delegacia Legal é uma delegacia de papel. Você não sai mais para investigar, para dar “dura”, você fica aqui engravatado fazendo atendimento burocrático, isso não é ser policial. Eu às vezes nem me vejo como policial. Você entra para a polícia sabendo que o risco existe e você fica esperando, desejando comprovar que existe de fato”.(GF, DL2)

A rotina de Campos parece ser permeada pela ansiedade de que algo de natureza “realmente policial” possa acontecer, eventos em que os agentes possam de fato “fazer polícia”. Esse fato foi presenciado quando uma blitz foi montada pela polícia militar e pela polícia civil. Alguns policiais civis prontamente se ofereceram para fazer parte e se “vestiram” de policiais. Chamou a atenção a quantidade de armamento e a incorporação de um típico tira, lembrando o personagem Rambo. Indagado por um outro companheiro mais antigo um deles respondeu: não é sempre que a gente tem a chance de ir para a rua”. Dessa forma se pode inferir que não é apenas a convivência com o risco que causa sofrimento, mas sim a sua percepção, e por mais impressionante que possa parecer, a sua falta. Como afirma Muniz⁽⁴⁴⁾: “o problema muitas vezes está no não acontecimento do evento arriscado”(p.53).

Um dos policiais civis de Campos, faz um jogo de palavras apontando que apenas uma letra separa as palavras risco e riso: “*se você retirar a letra c da palavra risco ela se transforma em riso. E assim que o policial faz, acha graça de tudo, brinca com as situações arriscadas*” (GF,DL1). Essa frase dá ênfase ao sentido de risco enquanto ousadia, aventura e prazer, como descrito por vários autores dentre eles Le Breton⁽¹⁰²⁾ e Spink^(97,98,99). O risco, dentro dessa concepção e na visão destes homens, “instiga” e “excita”. Chama atenção o uso de uma terminologia que aproxima a vivência do risco ao prazer sexual: “é um puro gozo”.

Amador⁽⁴²⁾ fala dos superpoderes que a instituição policial acaba incutindo em seus agentes. A isso, a autora, associa a categoria “Ironia do Medo”, segundo a qual o grupo exclui o colega que o demonstra. O policial que sente receios precisa se calar provocando em si um sofrimento psíquico ainda maior pela interdição da palavra. O sentimento de heroísmo também foi narrado por Lima⁽¹²¹⁾ em uma obra sobre a sua experiência com policiais. O autor chama de “complexo de Super Homem” à sensação de potência que enaltecem:

O conflito entre o heroísmo e o medo da morte, é o papel desempenhado pelo homem policial. Ser herói é corriqueiro para o policial, encenado de forma tão natural e presente na atividade, que de extremo estímulo para o ego e representativo de status, em verdade para o homem policial perde o seu verdadeiro simbolismo. Este tende a internalizar a conduta de heroísmo como fato permanente, transformando-se no eterno “mocinho cinematográfico”, superior aos demais mortais, sobre e pelo qual submete-se ao sacrifício diário para a solução dos problemas, doa-se ou empenha sua vida em um impulso heróico e, tal como “fênix”, a cada início de turno ou jornada renasce das cinzas de sua vida de cidadão, para o significativo papel de policial, defensor da sociedade, pela qual deve dar sua vida em sacrifício (p. 37).

Assim os policiais tendem a negar seus sentimentos e medos e, portanto, a dimensão humana que os iguala a todos os homens e mulheres. Eufemizam o risco e as imposições prescritas do seu trabalho, que também os ameaçam, reafirmando a onipotência e o domínio subjetivo da impotência vivida no trabalho, ao mascararem e conterem a ansiedade das situações de risco. Na reafirmação da potência, também se inclui o impedimento à manifestação do sofrimento. O policial que manifesta medo, evidencia que qualquer policial pode senti-lo e, uma vez que o medo parece significar impedimento à execução da tarefa, expressá-lo resulta na ameaça à segurança do grupo que necessita do apoio de todos os colegas para delegar-lhes a segurança de suas vidas. Nos dados

comparativos entre os policiais do Rio e de Campos encontra-se maior grau de confiança entre colegas de trabalho nos policiais da capital. A exposição maior nesta cidade faz que, por estratégia defensiva, os colegas se protejam mutuamente.

Bourguignon⁽⁴³⁾ apresenta, no caso dos policiais civis do ES, que uma das suas principais estratégias para lidar com o risco é a negação: recusar-se a fazer uso do colete protetor; recusar-se a aceitar as regras do plantão e usar bebidas alcoólicas. Chamou atenção a fala de uma policial de Campos quando indagada sobre as estratégias utilizadas: “Eu acho que essa pergunta não nos cabe, pois nós não vivenciamos isso no nosso cotidiano. Acho que não estamos preparados para responder”.

De fato, a argumentação de todos os grupos da cidade foi no sentido de se precaver do risco de reconhecimento fora do ambiente policial. Nenhum deles mencionou estratégias para se defenderem do risco no exercício da profissão. E na vida cotidiana buscam uma melhor qualidade de vida, no lazer, no descanso e na atividade física, válvulas de escape para a rotina de trabalho, que não é tão arriscada como a de seus colegas cariocas, mas é muito exaustiva e intensa.

A diferença das atividades do trabalho policial em Campos quando comparadas aos colegas do Rio, aparece na forma como a Corporação se relaciona com as delegacias do interior. Mas também se evidencia numa imagem mais positiva da comunidade local: “*Eles pensam: aqui em Campos isso não acontece* (se referindo a policiais dos grandes centros envolvidos com atos ilícitos)” (GF, DL1). Já a visão dos policiais de Campos sobre a forma como a Polícia Civil vê os policiais do interior é bastante negativa: “*Parece que eles só valorizam os policiais da capital que são mais passíveis de sofrerem uma emboscada, de perderem a vida. Parece que só eles precisam de treinamento e de cuidados*” (GF, DL2).

Pelo Conjunto de informações e reflexões aqui descritos posso inferir que *risco* é um dos componentes centrais do universo policial. Algumas outras pontuações também são possíveis considerando a ambigüidade que o conceito encerra:

- a) O risco é mais imaginado do que real, em ambas as cidades, principalmente em Campos dos Goytacazes;
- b) Ele é temido, mas também desejado;
- c) Causa sofrimento, mas também prazer;

- d) É um dificultador para o trabalho cotidiano, mas também é um motivador para a prática.

No estudo da realidade da prática profissional nas duas cidades o risco é colocado como marco diferenciador entre os dois universos. Se por um lado os policiais campistas se vêem em vantagem em relação aos cariocas por estarem menos expostos, estes “se queixam” e (sentem-se) menos valorizados por não estarem no confronto direto com a criminalidade, dificultando a introjeção da identidade policial. Os dois pólos - excesso e ausência de risco - configura-se como um entrave à realização profissional, por identificarem como função exclusiva da polícia apenas o confronto direto com a criminalidade. Lima⁽¹¹⁹⁾ argumenta:

Essa idéia de que a polícia deve ser heróica e que o confronto mano a mano é que é o modelo ideal do trabalho policial deixa de levar em consideração exatamente aquilo que é a superioridade do Estado: a sua política de proteção à população de maneira geral, o que inclui, certamente, policiais e transgressores, mas também transeuntes, inclusive crianças e seus acompanhantes (p.75).

As inúmeras queixas de que hoje fazem “uma polícia de papel”, referindo-se à nova realidade da Delegacia Legal, leva-os a um saudosismo e a uma idealização da profissão por parte dos que são bastante jovens. O conservadorismo e o saudosismo já haviam sido apontado por Bretas⁽³²⁾ como um dos componentes da cultura policial. A falta que sentem de uma atuação que consideram “tipicamente policial” evidencia uma falta de clareza do real trabalho da polícia, já mencionado por diversos autores ^(122,37,50).

A própria percepção acentuada do risco, maior que as vivências, pode ser uma tentativa de manter “pulsante” uma característica estruturante da identidade profissional, pois baseado na observação e na fala dos policiais, esse sentimento é um dos poucos que lhes resta da universalização da condição profissional.

Apesar da percepção de risco ser mais intensa que as situações concretamente vividas não se pode negar a vulnerabilidade da categoria. Mesmo para os policiais de Campos onde o numero de incidentes os envolvendo é baixo, o *ser policial*, transcende a linha territorial :
“A gente não fica só em Campos, quando a gente precisa ir ao Espírito Santo mesmo a lazer, ou no Rio a lazer ou a trabalho, a gente continua sendo policial e nesses locais o risco é maior”

Tento a seguir, apresentar uma síntese quantitativa dos resultados sobre risco. Para isso apresento informações metodológicas e resultados de uma análise fatorial. Foi realizada uma análise múltipla com *todas* as variáveis, discriminadas em quatro passos:

⇒ **Modelo 1** - Modelo logístico para as três variáveis do nível de abordagem *Perfil* que resultou em apenas uma variável significativa (teste de Wald tipo III a 5% de significância): (1) escolaridade, sendo eleita para compor o modelo subsequente;

⇒ **Modelo 2** - Modelo que inclui a variável selecionada no nível *Perfil* e todas as do nível lazer/ comunidade. Este modelo produziu as seguintes variáveis significativas: (1) escolaridade e (2) lazer domiciliar;

⇒ **Modelo 3** - Nesta etapa, foi analisado um modelo que incluiu as variáveis significativas do modelo anterior e todas as do bloco *Condições de Saúde*, tendo como resultado novamente as variáveis (1) escolaridade e (2) lazer domiciliar;

⇒ **Modelo 4** - Finalmente, foi feito um quarto modelo para as variáveis significativas até o bloco *Condições de Saúde* mais todas as que compunham o nível *Condições de trabalho*, resultando em quatro variáveis: (1) escolaridade, (2) lazer domiciliar, (3) se exerce o trabalho para o qual foi treinado, e (4) se realiza outra tarefa imediatamente após o plantão.

Com o intuito de aprimorar o modelo final, foi realizada uma nova análise múltipla incluindo desta vez, as quatro variáveis obtidas do modelo 4 mais aquelas também significativas da análise individual, mantendo-se a mesma lógica de inserção de variáveis segundo o nível de abordagem (origem). Essa nova configuração trouxe mudanças nas variáveis que compunham o modelo, resultando num modelo parcimonioso. A parcimônia foi concretizada pela análise da estatística de perda de ajuste, pela quantidade de variáveis no modelo e pela análise com os conceitos teóricos envolvidos.

Esta configuração final resultou num modelo com as seguintes variáveis: (1) escolaridade, (2) se exerce o trabalho para o qual foi treinado e (3) se realiza outra tarefa imediatamente após o plantão. A partir deste modelo parcimonioso de efeitos principais, procurou-se identificar as três possíveis interações de ordem 2, separadamente em modelos isolados. Nenhuma interação mostrou-se significativa nesta etapa; sendo assim, o modelo final apresentado é composto apenas de efeitos principais, isto é, sem

interações. A análise dos resultados foi efetuada através de razões de chance brutas (modelos individuais) e ajustadas (modelo final). Tais resultados estão dispostos no quadro 7 a seguir.

Quadro 7: Variáveis associadas à Vivência de Risco.

Variáveis explicativas para a variável risco sofrido (N = 416)		Razões Brutas	Intervalo de Confiança	Razão Ajustada	Intervalo de Confiança
Perfil					
ESCOLARIDADE	Até 2ºGrau Incompleto	1,95	(0,670 5,680)	1,91	(0,680 5,360)
	2ºGrau Comp./ Sup. Incomp	2,35	(1,520 3,650)	1,98	(1,250 3,140)
	Sup. Comp./ Pós Graduação	1,00	-	1,00	-
Condições de Trabalho					
EXERCE O TRABALHO PARA O QUAL FOI TREINADO	Não	2,19	(1,37 3,51)	2,11	(1,280 3,480)
	Sim	1,00	-	1,00	-
REALIZA OUTRA TAREFA IMEDIATAMENTE APÓS O PLANTÃO	Sempre/ Mtas vezes	5,45	(2,72 10,93)	5,17	(2,530 10,530)
	As vezes/ Poucas vezes	2,33	(1,09 4,97)	2,16	(0,990 4,680)
	Nunca	1,00	-	1,00	-

No Quadro acima, podemos verificar uma ligeira redução nas chances de um policial civil do setor operacional sofrer situações de risco no exercício de sua profissão (razões brutas e razões ajustadas). Além disso, notou-se que apenas variáveis de *Perfil* e de *Condições de Trabalho* evidenciaram significância estatística na configuração final do modelo.

Os riscos entre policiais que possuem 2º grau completo ou nível superior incompleto diminuíram pouco quando comparados àqueles que possuem diploma de nível superior. A chance de sofrer situações de risco passa de 2,35 para 1,98. Tal resultado corrobora a idéia de que policiais com menor escolaridade estão mais propensos a sofrerem situações de risco.

O fato de exercer o trabalho/tarefa para o qual foi treinado também se apresentou como estatisticamente significativo ($p < 0,05$) no que se refere a sofrer situações de risco. Aqueles que afirmaram não exercer o trabalho/tarefa para o qual foram treinados apresentam uma chance 1,11 vezes maior de sofrer situações de risco em relação aos que exercem devidamente o trabalho/tarefa para o qual foram treinados (razão ajustada = 2,11).

Realizar outra tarefa imediatamente após o plantão mostrou-se como um forte agravante sobre a variável de desfecho, quando comparada com policiais que nunca fizeram isto. Os policiais que afirmaram ter esta atitude sempre ou muitas vezes apresentaram chances 4,17 maiores de passarem por situações de risco, em relação aos que não nunca realizaram tarefas imediatamente após o plantão.

As demais categorias de variáveis apresentadas no Quadro 7 não evidenciaram significância estatística ($p < 0,05$), o que nos impede de fazer qualquer tipo de comentário.

CONCLUSÃO

Minha intenção nesta tese foi comparar os riscos sofridos e percebidos por policiais civis operacionais na capital do estado do Rio de Janeiro e numa cidade do interior. Busquei entender como se forjam as identidades de ambos frente a realidades sociais e criminais tão diferentes e que novidades a comparação de dois grupos ao mesmo tempo homogêneos e tão diferentes poderia trazer de novo para o conhecimento e para as estratégias de implementação da Política de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro.

As minhas hipóteses iniciais foram em parte demonstradas. Ao final posso dizer que a **vivência** do risco está relacionada à área de atuação, mas a **representação** do risco advindas da atividade policial não está exclusivamente relacionada à cidade em que estes profissionais atuam. Pude constatar que a percepção do risco faz parte da cultura do trabalho policial, nesse sentido, tanto os policiais de Campos quanto os policiais do Rio se consideram em risco. Encontrei diferenças importantes no que se refere à percepção da frequência de exposição ao risco, tendo os policiais da capital uma visão de que estão constantemente em risco, enquanto os de Campos de Goytacazes acreditam ser este eventual e até mesmo não haver risco na atividade atual.

Em relação à *saúde, a qualidade de vida e às demandas do trabalho* comparando-se os policiais da capital e do interior do Estado, encontrei diferenças significativas. O menor confronto com episódios de violência em Campos dos Goytacazes se configura como um importante fator para a melhor saúde física e mental dos profissionais desse Município, além do fato dos policiais do município de Campos dos Goytacazes serem mais jovens.

Neste percurso de pesquisa para a tese tive oportunidade de levantar uma ampla bibliografia que veio estender meus horizontes evidenciando algumas características universais e internacionais dos policiais quanto a sua percepção e vivências de riscos: o risco é inerente à profissão, pois ser policial é aceitar o risco como componente do trabalho, independente do

local de atuação. Igualmente para todos a percepção de risco é maior que a sua vivência, mesmo nas grandes cidades onde há uma maior chance de vitimização.

Os elementos universais, no entanto, não encerram o tema uma vez que a atuação profissional ocorre frente a realidades sociais e criminais específicas.

Assim, o estudo me permitiu complexificar as intuições iniciais e observar que risco é um conceito central para a identidade e recebe conotações polarizadas: provoca medo e desejo, sofrimento e prazer, é um empecilho para a prática profissional ao mesmo tempo que é “necessário” para manter o entusiasmo pela profissão. O confronto com o risco qualifica muito fortemente o campo e a identidade profissional, chegando a ponto dos policiais de Campos se considerarem menos policiais que os do Rio de Janeiro.

Por fim ressalto que para chegar aos resultados deste trabalho percorri um longo caminho: construí o panorama de Campos, onde fiz o estudo; fiz um aporte teórico, histórico e organizacional da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro; levantei um perfil demográfico dos policiais; apresentei um quadro de suas condições de trabalho, de saúde e de vida desses trabalhadores. Considero todo esse material um cenário necessário para análise que realizei cuja ênfase maior reside no aprofundamento da categoria de risco.

Ao final chamo atenção para o que considero o achado mais importante de meu trabalho comparativo. Ele se constitui na identificação, pelos policiais de Campos dos Goytacazes, do trabalho policial ao confronto armado. Nesses servidores são muito escassas e superficiais as idéias de prevenção dos crimes e das delinquências. Por isso, sentem-se “inferiores” e não consideram a enorme demanda que recebem nas delegacias da cidade como “fazer policial”. A ação de repressão, que só se justificaria pela falta do caráter preventivo das atividades policiais é negligenciada, passa a ser vista como a natureza da função policial. Por essa via, excluem e menosprezam a dimensão pedagógica da segurança pública.

O achado mencionado no parágrafo acima chama atenção das autoridades de segurança para que invistam numa formação profissional que leve em conta as diferenciações entre o quadro de criminalidade da Capital e do Interior, fazendo que todos, mas sobretudo os que atuam no Interior assumam a dimensão pedagógica e preventiva da dissuasão ao crime. E que essa ação preventiva da segurança pública seja um fator importante para a valorização do modo de agir dos policiais em sua carreira. Isso aproximaria cada vez mais a atuação dos policiais do Interior daquilo que alguns teóricos chamam de *polícia cidadã*.

Além desse olhar descentralizado do policial, realizado pela via da comparação capital e interior, ressalto a importância do olhar para esse homem ou mulher policial.

Enfim, espero que os achados dessa tese possam contribuir para subsidiar políticas públicas de Segurança para o município estudado e contribuir para uma maior notoriedade das especificidades da realidade da ação policial no interior.

Referências Bibliográficas

- (1) Minayo MCS, Souza ER, organizadoras. Missão investigar: entre o Ideal e a realidade de ser policial. Rio de Janeiro: Garamond; 2003.
- (2) Minayo MCS, Assis SG, Souza ER, Njaine K, Deslandes SF, Silva CMPF, et al. Fala Galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond; 1999.
- (3) Muniz J. O papel dos municípios na política de segurança. Belo Horizonte: [s.n.]; 2000. (mimeo)
- (4) Silva DBN, Mello DNB, Lima JM. Determinantes do desemprego em comunidades de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro. In: Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, 6., [S.l.]: ABET, 1999.
- (5) Siegel S. Nonparametric statistics: for the behavioral sciences. New York: McGraw-Hill; 1956.
- (6) Kleinbaum DG. Logistic regression: a self learning text. New York: Springer; 1994.
- (7) Hosmer DW, Lemeshow S. Applied logistic regression. [S.l.]: John Wiley & Sons; 1989.
- (8) Chor D et. al. Confiabilidade da informação auto-referida de padrões dietéticos de consumo de álcool e de fumo entre adultos brasileiros no estudo Pró-Saúde. Rio de Janeiro: UFRJ/FIOCRUZ; 2003.
- (9) Harding TW, Arango MV, Baltazar J, Climent CE, Ibrahim HHA, Ignacio LL, et al. Mental Disorders in primary health care: a study of their frequency and diagnosis in four development contries. Psychol Med 1980; 10: 231-241.
- (10) Busnelo, 1983
- (11) Dhadphale, 1983
- (12) Sen B, Wilkinson G, Mari JJ. Psychiatric morbidity in primary health care: a two-stage screening procedure in developing countries. Cost-effectiveness and choice of instruments. [S.l.: s.n.]; 1986. (mimeo).
- (13) Sen B, Mari JJ. Psychiatric research instruments in the transcultural setting.: experiences in India and Brazil. Soc Sci Med 1986; 23: [sem paginação].
- (14) Mari JJ, Williams P. A validity study of a psychiatric screening questionnaire (SRQ-20) in primary care in the city of Sao Paulo. Brit J Psych 1986; 148: 23-26.
- (15) Krueger R. Focus groups: a practical guide for applied research. London: Sage Publications; 1994.
- (16) Morgan, DL. The focus group kit. Califórnia: Sage Publications, 1988.
- (17) Krueger R. Focus groups: a practical guide for applied research. London: Sage Publications, 1994.
- (18) Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1979.
- (19) Minayo MCS. O desafio do conhecimento. Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco; 1992.

- (20) Cano I, Santos N. Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil. Rio de Janeiro: 7 letras; 2001.
- (21) Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS- Anuário Estatístico de Empregos Formais, 2001.
- (22) Pessanha R, Silva Neto R, organizadores. Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense. Rio de Janeiro: WTC Editora; 2004.
- (23) Souza ER, Minayo MCS. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. Ci & Saúde Col 2005; 10: 917-928.
- (24) Instituto de Economia/UFRJ. Projeto MARE-CAPES: Reforma do Estado e Proteção Social: Os setores de Saúde e Segurança Públicas no Rio de Janeiro. Relatório Final de Pesquisa, 2000.
- (25) Donnici VL. A política da repressão e a crise do sistema policial: a polícia como função social, como instituição social e como profissão. In: A criminalidade no Brasil: meio milênio de repressão. Rio de Janeiro: Forense; 1984.
- (26) Holloway TH. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; 1997.
- (27) Muniz JO. Polícia brasileira tem história de repressão social. Com Ciência 2001. <http://www.comciencia.br/entrevistas/jacquelinemuniz.htm>. (acessado em 15/jun/2002).
- (28) Mendonça Filho MC et al. Polícia, direitos humanos e educação para a cidadania. In: Política e democracia: desafios à educação em direitos humanos. Recife: Bagaço; 2002. p.85-110.
- (29) Hollanda CB. Polícia e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: REVAN; 2005.
- (30) Lima, R.; Misse, M.; Miranda, A. P. M. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia. BIB, Rio de Janeiro, n. 50, 2º Semestre de 2000, pp. 45-123
- (31) Bayley DH. Padrões de policiamento. São Paulo: Edusp; 2001.
- (32) Bretas ML. Observações sobre a falência dos modelos policiais. Tempo Social : Rev Soc USP 1997a; 9: 79-94.
- (33) Reiss Jr AJ, Bordua DJ. Environment and organization: a perspective on the police. In: Bordua DJ, editor. The police: six sociological essays. New York: Wiley; 1967. 85-102.
- (34) Paixão AL. A organização policial numa área metropolitana. Dados 1982; 25: 63-85.
- (35) Bayley DH. What works in policing. New York: Oxford University Press; 1998.
- (36) Skolnick J, Bayley D. The new blue line: police innovation in six american cities. London/ N.York: The Free Press; 1986.
- (37) Monjardet D. O que faz a polícia? São Paulo: EDUSP; 2003.
- (38) Bayley DH. Patterns of policing. New Jersey: Rutgers University Press; 1990.
- (39) Monet JC. Polícias e sociedades na Europa. São Paulo: EUSP; 2001.
- (40) Mann M. States, war and capitalism. Oxford: Blackwell; 1988.

- (41) Bayley, DH. Police for the Future. Oxford University Press, 1994.
- (42) Amador FS. Violência policial: verso e reverso do sofrimento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2002.
- (43) Bourguignon DR et al. Análise das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da polícia civil no Espírito Santo. Rev Bras Saúde Ocup 1998; 24: 95-113.
- (44) Muniz, J. Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: IUPERJ; 1999.
- (45) Soares LE. Meu casaco de general. São Paulo: Companhia das Letras; 2000.
- (46) Kant de Lima. A polícia na cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- (47) Benjamin C. Hélio Luz: um xerife de esquerda. Rio de Janeiro: Contraponto/Relume-Dumará; 1998.
- (48) Bartlett LH, Ervin SA, Guo IY. A view of the profession from dental students to Practitioner- A 10- year perspective. Text Dent J 1997; 114: 19-22.
- (49) Augusto, LG. Qualidade de Vida: necessidade reflexiva da Sociedade Contemporânea. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.5,n.1,p.27-28,2000.
- (50) Bittner E. Aspectos do trabalho policial. São Paulo: EDUSP; 2003.
- (51) Rutenfranz J, Knauth P, Fischer FM. Trabalho em turnos e noturnos. São Paulo: Hucitec; 1989.
- (52) Regis Filho, GI. Síndrome de maladaptação ao trabalho em turno: uma abordagem ergonômica [Dissertação de Mestrado]. www.eps.ufsc.br/disserta98/gilsee/index.htm (acessado em 02/out/2000).
- (53) Waissmann W. O trabalho na gênese das doenças isquêmicas do coração [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 1993.
- (54) Duque et. al. Estresse e pós-graduação em Medicina Veterinária. RBPG, v. 2, n. 3, p. 134-148, mar. 2005.
- (55) Logan HL, Muller PJ, Berst MR, Yeane DW. Contributors to dentist's job satisfaction and quality of life. J Am Coll Dent 1997; 64: 39-43.
- (56) Gorter RC, Albrecht G, Hoogstraten J, Eijkman M. Measuring work stress among Dutch dentists. Int Dent J 1999; 48: 144-152.
- (57) Siqueira MM, Watanabe FS, Ventola A. Desgaste físico e mental de auxiliares de

- (59) Couto HA. Stress entre executivos: os 10 agentes estressantes mais freqüentes e os 13 fatores de maior potencial agressivo. In: Congresso da Associação Nacional de Medicina do Trabalho, 5.; 1987; Florianópolis: ANAMT; 1987. p. 747-757.
- (60) Fischer FM. Stress entre executivos: os 10 agentes estressantes mais freqüentes e os 13 fatores de maior potencial agressivo. In: : Congresso da Associação Nacional de Medicina do Trabalho, 5.; 1987; Florianópolis: ANAMT; 1987. p. 747-757.
- (61) Patis K. Stress e isolamento social versus stress e atividade de resgate ao público: nota prévia. In: Congresso da Associação Nacional de Medicina do Trabalho, 5., Conferência... Florianópolis: ANAMT, 1987. p. 785-789.
- (62) Rocha DC. Agentes estressores presentes em um hospital psiquiátrico. In: Reunião anual de SBPC, 50., resumos... Natal,RN: UFRN, 1998. p. 117.
- (63) Pelletier KR. Entre a mente e o corpo: estresse, emoções e saúde. In: Goleman D, Gurin J. Equilíbrio mente e corpo: como usar sua mente para uma saúde melhor. Rio de Janeiro: Campus; 1997. p. 15-31.
- (64) Bachion MM, Peres AS, Belisário VL, Carvalho EC. Estresse, ansiedade e coping: uma revisão dos conceitos, medidas e estratégias de intervenção voltadas para a prática de enfermagem. Rev Min Enf 1998; 2: 33-39
- (65) STACCIARINI, JM. Estresse ocupacional, estilos de pensamento e *coping* - na satisfação, mal-estar físico e psicológico dos enfermeiros. Brasília, 1999. 169 p. Tese. (Doutorado). Departamento de Psicologia Social e do Trabalho - Instituto de Psicologia - Universidade de Brasília.
- (66) Jaime F. 1º Seminário sobre saúde mental no contexto do trabalho: Universidade Federal de Goiás/Pró-reitoria de assuntos da comunidade universitária/ Coordenação de Serviço Social. Goiânia: Cegraf; 1996.
- (67) Antoni MH. Administração do estresse: estratégias que funcionam. In: Goleman D, et al. Equilíbrio mente e corpo: como usar sua mente para uma saúde melhor. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus; 1997. p. 327-338.
- (68) Sacks MH. Exercício para controle do estresse. In: Goleman D, Gurin J. Equilíbrio mente e corpo: como usar sua mente para uma saúde melhor. Rio de Janeiro: Campus; 1997. p. 269-279.
- (69) Nicolielo J, Bastos JR. Satisfação profissional do cirurgião dentista conforme tempo de formado. Rev Fac Odontol Bauru 2002; 10: 69-74.
- (70) Lipp MEN. Stress: conceitos básicos. In: Lipp MEN, organizadora. Pesquisas sobre stress no Brasil: saúde, ocupações e grupos de risco. Campinas (SP): Papirus; 1996. p.17-31.
- (71) Neto, R.C. & Lima, L.M. Nível de estresse na Polícia Militar. Fisioterapia Brasil, V.4 (2): 108-116,2003.
- (72) Silveira NM, Vasconcellos SJL, Cruz LP, Kiles RF, Silva TP, Castillos DG, et al. Avaliação de burnout em uma amostra de policiais civis. Rev Psiquiat RS 2005; 27:159-163.

- (73) Maslach C. Burnout: a multidimensional perspective. In: Schaufeli WB, Maslach C, Marek T. Professional burnout: recent developments in theory and research. Washington, DC: Taylor & Francis; 1993. p. 19-32.
- (74) Gershon R, Lin S, Si X. Work stress in aging police officers. *J Occup Environ Méd* 2002; 60-67.
- (75) Gilmartin KM. Hypervigilance: a learned perceptual set and its consequences on police stress. In: Reese JT, Goldstein HA, editors. Psychological services for law enforcement. Washington, DC: U.S. Government Printing Office; 1986. p.443-446.
- (76) Stanley P. Stress police. [S.l.: s.n.]; 2000. (mimeo)
- (77) DEJOURS, C., 1987. A Loucura do Trabalho. São Paulo: Oboré.
- (78) Brant L, Minayo-Gomez C. O sofrimento e seu destino na gestão do trabalho. *Ci & Saúde Col* 2005; 10: 939-952.
- (79) Valla VV. A educação popular a saúde diante das formas alternativas de lidar com a saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP; 1999a. (mimeo).
- (80) Valla VV. Apoio social e saúde: buscando compreender a fala das classes populares. In: Costa MV, organizador. Educação popular hoje. São Paulo: Loyola; 1998. p. 151-180.
- (81) Barrios PC. Eventos estresantes y beneficios secundarios de La enfermedad. In: II Curso Nacional Teorico Practico de Aplicacion Clinica y social de la Psiconeuroinmunologia. Resumos. Caracas: Universidad Central de Venezuela; 1999a. p. 105-113.
- (82) Spink MJ. Suor, arranhões e diamantes: as contradições do risco na modernidade reflexiva. www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco. (acessado em 10/mar/2005).
- (83) Beck U, Giddens A, Lasch S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. UNESP; 1997.
- (84) Rimbart P. Os “especialistas” em segurança. *Le Monde Diplomatique*: Edição Brasileira 2001; p.2
- (85) Beck U. A ciência é causa dos principais problemas da sociedade industrial. Folha de São Paulo 2001 nov 20; [Entrevista concedida a Antoine Reverchon (Jornal Le Monde)]
- (86) Beck U. Risk society: towards a new modernity. New York: Sage; 2002.
- (87) Beck U. Risk society: toward a new modernity. Cambridge: Polity Press; 1993.
- (88) Giddens A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: UNESP; 1991.
- (89) Castiel LD. Dédalo e os Dédalos: identidade cultural, subjetividade e os riscos à saúde. In: Czerina D, Freitas C. Promoção da saúde: conceitos, reflexões e tendências. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.p.79-98.
- (90) Castel R. A gestão dos riscos. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1987.
- (91) Giddens A, Beck U, Lasch S. Modernização reflexiva. São Paulo: EDUSP; 1997.
- (92) Ortega F. Práticas de ascese corporal e constituição de bioidentidades. *Cad Saúde Col* 2003; 11: 59-77.

(93) Douglas M. Risk acceptability according to the Social Sciences. London: Routledge and Kegan Paul; 1986.

(94) Douglas M. Risk and blame: essays in cultural theory. London: Routledge; 1992.

(95) Douglas M, Wilgavsky A. Risk and culture. Berkeley: University of California Press; 1982.

(96) Imperato P, Mitchell J. Acceptable risks. New York : Viking; 1985.

(97) Spink MJP. A construção social do risco no cenário da AIDS. Brasília: CNPq; 2000. Relatório de Pesquisa.

(98) Spink MJ. Trópicos do discurso sobre risco: risco aventura como metáfora na modernidade tardia. Cad Saúde Pub 2001; 17: 1277-1311.

(99) Spink MJ, Medrado B, Mello RP. Perigo, probabilidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia. Psicologia: Reflex e Crít 2002; 15: 151-164.

(100) Caillois R. Les Jeux e les Hommes. Paris: Gallimard; 1958.

(101) Giddens A. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2002.

(102) Le Breton D. Passions du risque. Paris: Métailié; 1991.

(103) Duclos D. La Construction sociale du risp(101alcl(101a)4(l)-2(-50(L)3()-1)-2()-2(-50(L)3()-1)-2(ouvrT.

(98110 Datr(1012(s)-4307c)11(e)D8(I) A 1013(e)4(0147(J4(o)-1307C)e(d)-130(P)-10(c))--26avent-1(t)-2(12)

()-30(S)-30(S)-3(a)4.0trl(1012(s))-30(M)21(on2(.)-503D)2(oué(d)-10(e)4((c)-2(o)-30(R))4(nt)-2(99829(r)3(uç)-30(R))o-503D

- (114) Dejours C. A loucura no trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. ampliada. São Paulo: Cortez/Oboré; 1992.
- (115) Bernstein PL. Desafio aos Deuses. Rio de Janeiro: Campus; 1997.
- (116) Castiel, LD. Dédalo e os Dédalos: identidade cultural, subjetividade e os riscos à saúde. In: Promoção da Saúde- conceitos, reflexões, tendências. Czerina, D. & Freitas, CM (Orgs) Rio de Janeiro: FIOCRUZ,2004.
- (117) Bretas ML, Pooncioni P. A cultura policial e o policial civil carioca. In: Cidadania, justiça e violência. Rio de Janeiro: FGV; 1999.
- (118) Soares LE, organizador. Violência e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER; 1996.
- (119) Lima C. Estresse policial. São Paulo: AVM; 2002.
- (120) Soares LE. Meu casaco de general. São Paulo: Companhia das Letras; 2000.
- (121) Lima, R. Direitos Civis, Estado de Direito e Cultura Policial: A Formação Policial em Questão, 2004. Disponível em www.necvu.ifcs.ufrj.br.
- (122) Greene J. Administração do trabalho policial. São Paulo: EDUSP; 2002.

Anexo 1

Polícia civil do Rio de Janeiro

O plano de pesquisa adotado foi o de uma amostra aleatória simples de conglomerados. Entendemos como conglomerado a unidade física (uma delegacia, academia de polícia, batalhão etc), com o seu respectivo grupo de profissionais. Foram consideradas unidades administrativas e unidades operacionais. A amostra foi calculada a partir de listagens fornecidas pela Secretaria de Segurança Pública, contendo todas as unidades policiais da capital do estado e o efetivo de cada uma delas especificado segundo os cargos.

Um dos critérios para o sorteio das unidades foi a natureza do processo de trabalho. Assim, por exemplo, ao selecionar uma unidade operacional, incluíram-se os policiais que participaram da pesquisa. A seleção dessas pessoas teve como critério as diferenciações dos cargos: (delegado, inspetor, etc).

Foam selecionadas 38 unidades e 2.746 policiais, tendo sido pesquisadas 39 unidades e 1.458 policiais. Considerando-se apenas os operacionais, analisados na presente tese, tem-se 533 policiais locados em 21 unidades. Pelo plano amostral, teriam que ser investigados 811 policiais. A perda encontrada se deve aos seguintes fatores:

- o contingente de pessoal fornecido pelos gestores da corporação continha muitas imprecisões quando comparado aos efetivos reais;
- horários de trabalho das equipes diferentes de uma unidade para outra, dificultando uma rotina de pesquisa;
- atividades externas e imprevistas dos policiais;
- recusa para o preenchimento do questionário

Expansão da amostra

Utilizou-se a expansão dos dados dos policiais operacionais investigados para o universo de operacionais do Rio de Janeiro. Expandir as informações significa utilizar procedimentos

estatísticos que permitem cobrir a totalidade da população da pesquisa, fazendo que dados obtidos a partir de um certo número de policiais passem a representar o coletivo deles no município do Rio de Janeiro e não apenas aqueles que responderam ao questionário (Carline-Cotrim & Barbosa, 1993).

A partir das informações geradas no levantamento de campo, os pesos para cada indivíduo participante da pesquisa foram calculados segundo seu estrato de alocação. A variável peso foi criada no banco. E a partir do comando *weight* do pacote estatístico *SPSS* todas as estimativas foram calculadas e ponderadas por este fator de expansão.

As estimativas correspondentes ao universo de policiais militares foram realizadas de forma indireta, mediante o uso de fatores de expansão calculados como quocientes entre os universos, N_h , de unidades e os correspondentes tamanhos de amostra pesquisada, n_h . (Cochran, 1965). Aqui h representa a unidade de polícia militar pesquisada.

Para os dados analisados, após expansão da amostra. Em termos de estratos, o administrativo constitui 42,9% e o operacional 57,1% dos policiais civis pesquisados.

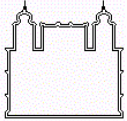
Para maiores detalhes sobre a metodologia utilizada, consultar Minayo & Souza (2003).

Referências

Carline-Cotrim, B.; Carline, E.A.; Silva-Filho, A.R.; Barbosa, M.T.S. (1989) – O uso de drogas psicotrópicas por estudantes de primeiro e segundo grau da rede estadual, em, dez capitais brasileiras, 1987. Em : Consumo de drogas psicotrópicas no Brasil, em 1987. Centro de Documentação do Ministério da Saúde (Série C: Estudos e Projetos 5), p.9-84.

Cochran, W. G. (1965). Técnicas de Amostragem. Lisboa: Editora Fundo de Cultura.

Anexo 2



Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz
Escola Nacional de Saúde Pública

Pesquisa “Condições de Trabalho e Saúde de Policiais do Rio de Janeiro”

ESTE CAMPO SÓ DEVE SER PREENCHIDO PELO APLICADOR

Supervisor: _____ Codificador: _____ Nome da Unidade: _____

Aplicador: _____ Digitador: _____

Polícia Civil

Caro policial,

Este questionário que você irá preencher se refere às **suas condições de trabalho de saúde e de qualidade de vida**.

As informações que você irá fornecer servirão para conhecer e retratar melhor as diferentes realidades dos policiais.

O questionário é **anônimo**. Desta forma, você estará protegido, isto é, ninguém vai saber quem respondeu cada questionário. Os questionários serão enviados diretamente para a Fundação Oswaldo Cruz, e apenas a equipe da pesquisa terá acesso a eles.

Não existem respostas certas ou erradas para as questões, por isso a sua sinceridade é muito importante ao respondê-lo. Leia com atenção cada pergunta e suas opções de resposta. **Não deixe de responder a nenhuma questão. Em cada questão, assinale apenas uma alternativa**, que considerar a mais apropriada. Algumas questões possuem mais de um item, cada um com suas próprias opções de resposta. Nessas questões, **não deixe de responder a nenhum item. Em cada item, assinale apenas uma alternativa**, que considerar a mais apropriada. Mesmo naquelas perguntas que não se aplicam ao seu caso haverá uma opção do tipo “não se aplica”, “não sei”, etc.

Se você marcar errado alguma questão, escreva “nulo” ao lado e assinale a opção correta.

Este questionário se refere **às suas experiências no último ano**, porém, algumas poucas questões, que estão sinalizadas, dizem respeito a toda sua experiência como policial.

Por tratar de vários temas diferentes, este questionário possui várias questões de múltipla-escolha. Tente respondê-las de forma rápida, para que todas possam ser respondidas.

Você não é obrigado a participar da pesquisa. Se você não quiser participar, por favor, deixe seu questionário em branco e devolva-o ao entrevistador. Caso você não queira mais responder o questionário você tem o direito de fazê-lo.

Antes de entregar o questionário, por favor faça uma revisão para ver se não deixou nenhuma resposta em branco.

Agradecemos a colaboração!

BLOCO 1

Este primeiro bloco de perguntas se refere a informações gerais sobre sua ocupação, moradia, rendimentos, gastos e outros dados pessoais.

1. Qual é o seu cargo na Polícia?(antes do decreto)

01. DELEGADO DE POLÍCIA

06. PERITO

11. ESCRIVENTE

02. ENGENHEIRO POLICIAL

07. TÉCNICO DE N38.76 Tm ()Tj /R6.7864u11.5532(D)P76 Tm596652.8 Tm (S-29.99801I)2.84841(O)722.002TJ /R9 8.46 Tf3300 1 298.

21. O que costuma fazer quando está de folga?

	SIM	NÃO
21a. Viajar	1.	2.
21b. Ler	1.	2.
21c. Ir ao cinema	1.	2.
21d. Passear	1.	2.
21e. Ver TV	1.	2.
21f. Ir a bares	1.	2.
21g. Ir a clubes	1.	2.
21h. Ir a festas	1.	2.
21i. Ir à igreja	1.	2.
21j. Praticar esportes	1.	2.
21k. Encontrar os amigos	1.	2.
21l. Ficar em casa com a família	1.	2.
21m. Ficar sozinho	1.	2.
21n. Namorar	1.	2.
21o. Dormir	1.	2.
21p. Descansar	1.	2.
21q. Exercer atividade paralela	1.	2.

22. Indique seu grau de satisfação para cada um dos itens abaixo:

	MUITO SATISFEITO	SATISFEITO	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	INSATISFEITO	MUITO INSATISFEITO
22a. O bairro em que vive	1.	2.	3.	4.	5.
22b. Sua vida social	1.	2.	3.	4.	5.
22c. O tempo disponível para o lazer	1.	2.	3.	4.	5.
22d. A educação que recebeu	1.	2.	3.	4.	5.
22e. Seu círculo familiar	1.	2.	3.	4.	5.
22f. Sua vida afetiva	1.	2.	3.	4.	5.
22g. Sua vida sexual	1.	2.	3.	4.	5.
22h. Sua vida espiritual	1.	2.	3.	4.	5.
22i. Seu padrão de vida (o que você pode comprar ou fazer)	1.	2.	3.	4.	5.
22j. Sua realização profissional	1.	2.	3.	4.	5.
22k. Sua saúde	1.	2.	3.	4.	5.
22l. Suas capacidades/habilidades	1.	2.	3.	4.	5.
22m. Sua capacidade de reagir a situações difíceis	1.	2.	3.	4.	5.
22n. Sua felicidade	1.	2.	3.	4.	5.
22o. A felicidade de seus familiares	1.	2.	3.	4.	5.

22p. Sua vida como um todo 1. 2. 3. 4. 5.

23. Se você precisar, com que frequência conta com alguém:

	SEMPRE	QUASE SEMPRE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA
23a. Que o ajude, se ficar de cama?	1.	2.	3.	4.	5.
23b. Para lhe ouvir, quando você precisa falar?	1.	2.	3.	4.	5.
23c. Para lhe dar bons conselhos em uma situação de crise?	1.	2.	3.	4.	5.
23d. Para levá-lo ao médico?	1.	2.	3.	4.	5.
23e. Que demonstre amor e afeto por você?	1.	2.	3.	4.	5.
23f. Para se divertir junto?	1.	2.	3.	4.	5.
23g. Para lhe dar informação que o ajude a compreender uma determinada situação?	1.	2.	3.	4.	5.
23h. Em quem confiar ou para falar de você ou sobre seus problemas?	1.	2.	3.	4.	5.
23i. Que lhe dê um abraço?	1.	2.	3.	4.	5.
23j. Com quem relaxar?	1.	2.	3.	4.	5.
23k. Para preparar suas refeições, se você não puder prepará-las?	1.	2.	3.	4.	5.
23l. De quem você realmente quer conselhos?	1.	2.	3.	4.	5.
23m. Com quem distrair a cabeça?	1.	2.	3.	4.	5.
23n. Para ajudá-lo nas tarefas diárias, se você ficar doente?	1.	2.	3.	4.	5.
23o. Para compartilhar suas preocupações e medos mais íntimos?	1.	2.	3.	4.	5.
23p. Para dar sugestões sobre como lidar com um problema pessoal?	1.	2.	3.	4.	5.
23q. Com quem fazer coisas agradáveis?	1.	2.	3.	4.	5.
23r. Que compreenda seus problemas?	1.	2.	3.	4.	5.
23s. Que você ame e faça você se sentir querido?	1.	2.	3.	4.	5.

24. Você acha que no futuro você vai ter um(a):

	MELHOR	IGUAL	PIOR
24a. Vida pessoal	1.	2.	3.
24b. Vida familiar	1.	2.	3.
24c. Vida profissional	1.	2.	3.
24d. Padrão de vida	1.	2.	3.
24e. Condição de saúde	1.	2.	3.
24f. Condição de trabalho	1.	2.	3.

BLOCO 3

A seguir você responderá a perguntas sobre suas condições de trabalho: formação e capacitação, meios e instrumentos necessários, reconhecimento profissional, dificuldades, riscos e sua satisfação pessoal com o trabalho.

25. Você considera que, depois de entrar para a Polícia, sua vida:

1. MELHOROU 2. CONTINUA IGUAL 3. PIOROU

26. Você considera que a condição de trabalho do policial ao longo do tempo:

1. MELHOROU 2. CONTINUA IGUAL 3. PIOROU

27. Se pudesse começar de novo sua vida profissional, você escolheria:

1. EXATAMENTE A MESMA CARREIRA
 2. A MESMA CARREIRA DESDE QUE ELA POSSIBILITASSE MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO
 3. UMA ATIVIDADE PARECIDA, MAS FORA DA POLÍCIA
 4. OUTRA CARREIRA COMPLETAMENTE DIFERENTE

28. Em relação à carreira policial, indique seu grau de satisfação para cada um dos itens abaixo:

	MUITO SATISFEITO	SATISFEITO	NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO	INSATISFEITO	MUITO INSATISFEITO
28a. Relacionamento com pessoas de nível hierárquico superior	1.	2.	3.	4.	5.
28b. Relacionamento com pessoas de mesmo nível hierárquico	1.	2.	3.	4.	5.
28c. Relacionamento com pessoas subordinadas	1.	2.	3.	4.	5.
28d. Quantidade de horas de trabalho	1.	2.	3.	4.	5.
28e. Funções que desempenha	1.	2.	3.	4.	5.

29. Na sua opinião, como foi a formação inicial oferecida para você ao entrar na Polícia? {marque nas opções (a) e (b)}.

	(a) Tempo	(b) Adequação
29a. Atividades teóricas	1. SUFICIENTE 2. INSUFICIENTE	1. ADEQUADAS 2. INADEQUADAS
29b. Atividades práticas (por exemplo: tiro, abordagem)	1. SUFICIENTE 2. INSUFICIENTE	1. ADEQUADAS 2. INADEQUADAS

30. Depois da formação que você recebeu ao entrar na Polícia, outras capacitações foram oferecidas?

1. SEMPRE SÃO OFERECIDAS 3. POUCAS VEZES FORAM OFERECIDAS
 2. MUITAS VEZES FORAM OFERECIDAS 4. NUNCA FORAM OFERECIDAS

31. Se você teve outra capacitação dentro da Polícia, ela foi de que tipo?

	SIM	NÃO
31a. Direitos (Legislação)	1.	2.
31b. Direitos Humanos	1.	2.
31c. Direitos da criança e do adolescente	1.	2.
31d. Violência contra a mulher	1.	2.
31e. Prática de tiro	1.	2.
31f. Técnicas de abordagem	1.	2.

31g. Estratégia de ocupação de território	1.	2.
31h. Informática	1.	2.
31i. Técnica de investigação	1.	2.
31j. Relacionamento com a população	1.	2.

32. Quais os temas que você já estudou durante sua formação inicial ou capacitação posterior dentro da polícia?

	SIM	NÃO
32a. Direitos (legislação)/criminologia	1.	2.
32b. História da polícia	1.	2.
32c. Direitos humanos/ética	1.	2.
32d. Direitos da criança/adolescente (ECA, Legislação)	1.	2.
32e. Violência contra a mulher	1.	2.
32f. Prática de tiro	1.	2.
32g. Técnicas de abordagem	1.	2.
32h. Instrução policial básica/ordem unida	1.	2.
32i. Noções de informática	1.	2.
32j. Comunicações	1.	2.
32k. Técnicas de investigação e perícia	1.	2.
32l. Relacionamento com a população	1.	2.
32m. Práticas de trânsito	1.	2.
32n. Segurança pública	1.	2.
32o. Saúde, higiene e psicologia	1.	2.
32p. Negociação de conflito	1.	2.
32q. Defesa pessoal	1.	2.
32r. Instrução policial a cavalo	1.	2.

33. Você fez ou está fazendo algum curso fora, por conta própria, visando melhorar o seu trabalho na Polícia?

	FIZ OU ESTOU FAZENDO	NUNCA FIZ
33a. Curso universitário	1.	2.
33b. Curso de pós-graduação	1.	2.
33c. Curso de curta duração	1.	2.
33d. Outro. Qual? _____	1.	2.

34. Se você tivesse condições, você faria algum curso para completar sua formação?

	SIM	NÃO
34a. Curso técnico de curta duração	1.	2.
34b. Qualificação / especialização	1.	2.
34c. Curso superior	1.	2.
34d. Curso de mestrado / doutorado	1.	2.

3. FAZER CURSOS, TREINAMENTOS E OUTRAS FORMAS DE CAPACITAÇÃO
 4. SABER APROVEITAR OPORTUNIDADES

7. TEMPO DE SERVIÇO

48. Dê uma nota de 0 a 10 para o estado dos seguintes equipamentos de trabalho utilizados por você atualmente:

	NOTA										NÃO UTILIZO	
48a. Instalações físicas (estruturas, higiene, etc.)	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>
48b. Computadores	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>
48c. Linhas telefônicas	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>
48d. Banco de dados	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>
48e. Tipo ou modelo de arma de fogo	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>
48f. Qualidade da arma de fogo	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>
48g. Outros equipamentos (bastão, algema, etc.)	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>
48h. Quantidade de munição	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>
48i. Qualidade da munição	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>
48j. Coletes	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>
48k. Capacetes	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>
48l. Escudos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>
48m. Máscara de gás	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>
48n. Viaturas	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>
48o. Rádios	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>
48p. Walk-talk	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>
48q. Rastreador de telefonia celular	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>
48r. Identificador de chamadas telefônicas	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>
48s. Farda ou uniforme	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	<input type="checkbox"/>

49. Você julga que as tarefas que executa no dia-a-dia são adequadas a sua atividade/função?

1. SIM 2. NEM SEMPRE 3. NUNCA 4. NÃO SEI RESPONDER

50. Você recebe diretrizes/comandos claros para realizar suas atividades?

1. SIM 2. NEM SEMPRE 3. NUNCA

51. Com que frequência você precisa, no seu dia-a-dia, modificar as ordens que recebe, para conseguir realizá-las?

1. SEMPRE 3. ÀS VEZES 5. NUNCA
 2. QUASE SEMPRE 4. RARAMENTE

52. Você exerce sua atividade policial na mesma comunidade em que mora?

1. SIM 2. NÃO

53. Como você analisa o risco que corre na sua atividade atual na Polícia?

1. RISCO CONSTANTE 2. RISCO EVENTUAL 3. NÃO HÁ RISCO

54. Como você analisa o risco que sua família corre por causa de sua atividade atual na Polícia?

1. RISCO CONSTANTE 2. RISCO EVENTUAL 3. NÃO HÁ RISCO

55. Quais os riscos que você corre no seu exercício profissional?

	SIM	NÃO
55a. Ser atropelado, sofrer acidente de trânsito	1.	2.
55b. Queimadura por fogo ou química	1.	2.
55c. Explosão (bomba, granada, outros explosivos)	1.	2.
55d. Ser atingido por arma de fogo	1.	2.
55e. Ser ferido por arma branca	1.	2.
55f. Sofrer agressão física	1.	2.
55g. Sofrer violência sexual (assédio, estupro)	1.	2.
55h. Sofrer violência psicológica (ameaças, humilhações)	1.	2.
55i. Ser seqüestrado	1.	2.
55j. Envenenamento, intoxicação por gases ou fumaça	1.	2.
55k. Sofrer danos de audição decorrentes de ruídos intensos ou de explosão	1.	2.
55l. Acidente com animais usados no trabalho policial (cavalo, cão)	1.	2.
55m. Outro. Qual? _____	1.	2.

56. Quanto risco o policial corre nos seguintes momentos?

	MUITO	REGULAR	POUCO	NENHUM
56a. No transporte coletivo (no trajeto de ida e volta para o trabalho)	1.	2.	3.	4.
56b. Nas folgas	1.	2.	3.	4.
56c. No exercício de outras atividades profissionais	1.	2.	3.	4.

57. Dê uma nota de 0 a 10 para o seu grau de satisfação no trabalho em relação a:

	NOTA										
57a. Volume de trabalho	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
57b. Salário	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
57c. Localização ou área geográfica de atuação	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
57d. Horário de trabalho	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
57e. Tipo de atividade que executa	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
57f. Nível de responsabilidade assumida na sua atividade/função	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
57g. Perspectivas de promoção	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
57h. Reconhecimento de seu mérito por parte da instituição policial	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
57i. Reconhecimento de seu trabalho por parte da população	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

58. Na sua opinião, quanto os problemas abaixo podem atrapalhar o bom desempenho policial?

	MUITO	REGULAR	POUCO	NÃO ATRAPALHA
58a. Desaparelhamento / falta de equipamentos/recursos	1.	2.	3.	4.
58b. Baixos salários	1.	2.	3.	4.
58c. Falta de apoio da população	1.	2.	3.	4.
58d. Abuso de autoridade por parte dos superiores	1.	2.	3.	4.
58e. Desvio de conduta por parte de certos policiais civis	1.	2.	3.	4.
58f. Falta de apoio do Poder Público	1.	2.	3.	4.
58g. Jornada de trabalho excessiva	1.	2.	3.	4.
58h. Excesso de burocracia / regulamento arcaico	1.	2.	3.	4.
58i. Descontinuidade das políticas de governo	1.	2.	3.	4.
58j. Legislação excessivamente branda	1.	2.	3.	4.
58k. Baixa qualificação profissional policial	1.	2.	3.	4.
58l. Falta de união da corporação	1.	2.	3.	4.
58m. Distorção da imagem da Polícia civil pela mídia	1.	2.	3.	4.
58n. Descontinuidade e insuficiência de investigação	1.	2.	3.	4.
58o. Falta de diretrizes operacionais	1.	2.	3.	4.
58p. Uso excessivo de violência policial	1.	2.	3.	4.

59. Na sua opinião, quanto os problemas abaixo podem influenciar um policial a apresentar desvio de conduta?

	MUITO	REGULAR	POUCO	NÃO INFLUENCIA
59a. Estresse do trabalho	1.	2.	3.	4.
59b. Alcoolismo ou dependência de outras drogas	1.	2.	3.	4.
59c. Revolta	1.	2.	3.	4.
59d. Falha de caráter	1.	2.	3.	4.
59e. Impunidade	1.	2.	3.	4.
59f. Facilidade / oportunidade	1.	2.	3.	4.
59g. Dificuldades financeiras	1.	2.	3.	4.
59h. Falta de capacitação continuada	1.	2.	3.	4.
59i. Medo de ir contra os superiores envolvidos em atos ilícitos	1.	2.	3.	4.

60. Com que frequência cada uma das situações abaixo ocorre com você?

	FREQÜENTEMENTE	ÀS VEZES	RARAMENTE	NUNCA OU QUASE NUNCA
60a. Você tem que fazer suas tarefas de trabalho com muita rapidez	1.	2.	3.	4.
60b. Você tem que trabalhar intensamente (isto é, produzir muito em pouco tempo)	1.	2.	3.	4.
60c. Seu trabalho exige esforço demais de você	1.	2.	3.	4.
60d. Você tem tempo suficiente para cumprir todas as tarefas de seu trabalho	1.	2.	3.	4.
60e. O seu trabalho costuma lhe apresentar exigências contraditórias ou discordantes	1.	2.	3.	4.
60f. Você tem possibilidade de aprender coisas novas através de seu trabalho	1.	2.	3.	4.
60g. Seu trabalho exige muita habilidade ou conhecimentos especializados	1.	2.	3.	4.
60h. Seu tipo de trabalho exige que você tome iniciativas	1.	2.	3.	4.
60i. Você tem que repetir muitas vezes as mesmas tarefas de seu trabalho	1.	2.	3.	4.
60j. Você pode escolher COMO fazer o seu trabalho	1.	2.	3.	4.
60k. Você pode escolher O QUE fazer no seu trabalho	1.	2.	3.	4.
60l. Seu trabalho lhe causa estresse intenso	1.	2.	3.	4.

61. Até que ponto você concorda ou discorda das seguintes afirmações a respeito de seu ambiente de trabalho?

	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MAIS DO QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS DO QUE CONCORDO	DISCORDO TOTALMENTE
61a. Existe um ambiente calmo e agradável onde você trabalha	1.	2.	3.	4.
61b. No trabalho, as pessoas se relacionam bem umas com as outras	1.	2.	3.	4.
61c. Você pode contar com o apoio dos seus colegas de trabalho	1.	2.	3.	4.
61d. Se você não estiver num bom dia, seus colegas compreendem	1.	2.	3.	4.
61e. No trabalho, você se relaciona bem com seus superiores	1.	2.	3.	4.
61f. Você gosta de trabalhar com seus colegas	1.	2.	3.	4.

BLOCO 4

O quarto bloco da pesquisa se refere a suas condições de saúde: hábitos alimentares, atividades físicas, problemas de saúde e utilização de serviços médicos e hospitalares.

62. Quantas vezes por semana, aproximadamente, você consome os alimentos listados abaixo?

	4 OU MAIS VEZES	DE 1 A 3 VEZES	MENOS DE 1 VEZ	NÃO CONSUMO	NÃO SEI INFORMAR
62a. Carnes salgadas (bacalhau, charque, carne-seca, carne de sol, paio, toucinho, costela, etc.)	1.	2.	3.	4.	5.
62b. Produtos industrializados (enlatados, conservas, sucos engarrafados, sucos desidratados, sopas desidratadas, produtos em vidros, etc.)	1.	2.	3.	4.	5.
62c. Lingüiça, salsicha, fiambre, presunto, mortadela, etc.	1.	2.	3.	4.	5.
62d. Frituras	1.	2.	3.	4.	5.
62e. Manteiga	1.	2.	3.	4.	5.
62f. Carne de porco (pernil, carré, costeleta, etc.), de carneiro ou de cabra	1.	2.	3.	4.	5.
62g. Carne de vaca	1.	2.	3.	4.	5.
62h. Refrigerantes não dietéticos	1.	2.	3.	4.	5.
62i. Balas, doces, geléias, bombons ou chocolate	1.	2.	3.	4.	5.
62j. Açúcar, mel ou melaço usados como adoçantes no café, chá, sucos, etc.	1.	2.	3.	4.	5.
62k. Ovos (crus, cozidos, fritos, pochê, etc.)	1.	2.	3.	4.	5.
62l. Verduras, legumes e frutas	1.	2.	3.	4.	5.

63. Você pratica, com regularidade, atividades físicas específicas para melhorar sua saúde, condicionamento físico ou para fins estéticos?

Atenção! Considere atividade física regular aquela praticada pelo menos durante vinte (20) minutos de cada vez.

- | | | |
|------------------------------|---------------------------|-------------------------|
| 1. 4 OU + VEZES POR SEMANA | 3. UMA VEZ POR SEMANA | 5. POUCAS VEZES POR ANO |
| 2. DE 2 A 3 VEZES POR SEMANA | 4. DE 2 A 3 VEZES POR MÊS | 6. NÃO PRATICO |

64. Qual a sua altura (metros)? _____

65. Qual o seu peso (kg)? _____

66. Algum médico ou outro profissional da área da saúde já lhe disse que seus níveis de colesterol (gordura no sangue) estavam elevados?

- | | |
|--------|--------|
| 1. SIM | 2. NÃO |
|--------|--------|

67. **Algum médico ou outro profissional da área da saúde já lhe informou que você era hipertenso ou tinha pressão alta?**

- | | | |
|--|-----------------------------------|----------------------|
| 1. SIM, APENAS UMA VEZ | 3. SIM, APENAS DURANTE A GRAVIDEZ | 5. NÃO SEI RESPONDER |
| 2. SIM, MAIS DE UMA VEZ EM DIAS DIFERENTES | 4. NÃO, NUNCA TIVE PRESSÃO ALTA | |

68. **Em relação ao aparelho respiratório, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?**

	SIM	NÃO
68a. Rinite alérgica	1.	2.
68b. Sinusite	1.	2.
68c. Asma	1.	2.
68d. Bronquite crônica	1.	2.
68e. Pneumonia	1.	2.
68f. Tumor de garganta, laringe ou traquéia	1.	2.
68g. Tumor de brônquio ou pulmão	1.	2.
68h. Câncer de pulmão	1.	2.
68i. Derrame pleural	1.	2.
68j. Tuberculose pulmonar	1.	2.
68k. Qualquer outro problema pulmonar	1.	2.

69. **Em relação a problemas do coração e aparelho circulatório, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?**

	SIM	NÃO
69a. Lesão de alguma válvula cardíaca	1.	2.
69b. Doença congênita do coração	1.	2.
69c. Arteriosclerose (espessamento de artérias)	1.	2.
69d. Hipertensão arterial (pressão alta)	1.	2.
69e. Acidente vascular cerebral (derrame, trombose, embolia, hemorragia cerebral)	1.	2.
69f. Angina de peito	1.	2.
69g. Infarto agudo do miocárdio	1.	2.
69h. Aneurisma	1.	2.
69i. Qualquer outro problema ligado ao coração	1.	2.

70. **Em relação ao sistema digestivo, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?**

	SIM	NÃO
70a. Cálculos (pedras) na vesícula biliar	1.	2.
70b. Cirrose do fígado	1.	2.
70c. Hepatite	1.	2.
70d. Icterícia	1.	2.
70e. Úlcera	1.	2.
70f. Hérnia	1.	2.
70g. Gastrite crônica	1.	2.
70h. Indigestão freqüente	1.	2.

70i. Diverticulite crônica	1.	2.
70j. Colite crônica	1.	2.
70k. Constipação freqüente (prisão de ventre)	1.	2.
70l. Câncer de estômago, intestino, cólon ou reto	1.	2.
70m. Qualquer outra doença do aparelho digestivo	1.	2.

71. Em relação a músculos, ossos e pele, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?

	SIM	NÃO
71a. Artrite ou qualquer outro tipo de reumatismo	1.	2.
71b. Gota (ácido úrico)	1.	2.
71c. Bico de papagaio	1.	2.
71d. Ciática	1.	2.
71e. Hérnia de disco ou pinçamento de nervo	1.	2.
71f. Bursite	1.	2.
71g. Freqüentes dores no pescoço, costas ou coluna	1.	2.
71h. Torção ou luxação de articulação	1.	2.
71i. Fratura óssea	1.	2.
71j. Qualquer outro problema de ossos ou cartilagens	1.	2.
71k. Qualquer outro problema de músculos ou tendões	1.	2.
71l. Câncer de pele	1.	2.
71m. Doença crônica de pele (úlceras, eczemas, psoríase, etc.)	1.	2.
71n. Alergia de pele, dermatite alérgica, urticária	1.	2.
71o. Qualquer outro problema de pele	1.	2.

72. Em relação a problemas glandulares e das células sanguíneas, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?

	SIM	NÃO
72a. Bócio ou algum problema da tireóide	1.	2.
72b. Diabetes	1.	2.
72c. Outro problema glandular	1.	2.
72d. Anemia de qualquer tipo	1.	2.
72e. Leucemia	1.	2.
72f. Doença de Hodgkin	1.	2.
72g. Outra doença do sangue	1.	2.

73. Em relação a problemas do sistema nervoso (cérebro, medula e nervos), quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?

	SIM	NÃO
73a. Dores de cabeça freqüentes / enxaquecas	1.	2.
73b. Nevralgias / neurites	1.	2.
73c. Desmaios repetidos / convulsões	1.	2.
73d. Doença de Parkinson	1.	2.
73e. Outro problema do sistema nervoso	1.	2.

74. Em relação a problemas do aparelho urinário (rins, ureteres, bexiga e uretra), quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?

	SIM	NÃO
74a. Cistite / uretrite	1.	2.
74b. Cálculos renais	1.	2.
74c. Infecções renais	1.	2.
74d. Insuficiência renal	1.	2.
74e. Outro problema do aparelho urinário	1.	2.

75. Só para **HOMENS** responderem (*mulheres deixem em branco*): em relação ao aparelho reprodutivo masculino, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?

	SIM	NÃO
75a. Câncer de próstata	1.	2.
75b. Qualquer outro problema de próstata	1.	2.
75c. Qualquer outro problema do aparelho reprodutivo	1.	2.

76. Só para **MULHERES** responderem (*homens deixem em branco*): em relação ao aparelho reprodutivo feminino, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?

	SIM	NÃO
76a. Câncer no seio	1.	2.
76b. Tumor, cisto ou outro problema de útero ou ovário	1.	2.
76c. Retirada do útero (Histerectomia)	1.	2.
76d. Retirada de um dos ovários	1.	2.
76e. Qualquer outro problema do aparelho reprodutivo	1.	2.

77. Em relação a doenças transmissíveis, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?

	SIM	NÃO
77a. Malária	1.	2.
77b. Esquistossomose	1.	2.
77c. Doença de Chagas	1.	2.
77d. Hanseníase	1.	2.
77e. Calazar / Leishmaniose cutânea	1.	2.
77f. Cólera	1.	2.
77g. Dengue	1.	2.
77h. Qualquer tipo de tuberculose	1.	2.
77i. Doença sexualmente transmissível (sífilis, gonorréia, cancro, etc.)	1.	2.
77j. Aids	1.	2.

77k.Outra doença infecciosa

1.

2.

78. Em relação a visão, audição e fala, quais das condições abaixo você apresentou ou tratou nos últimos 12 meses?

	SIM	NÃO
78a. Deficiência auditiva em um ou ambos os ouvidos	1.	2.
78b. Outro problema de audição em um ou ambos os ouvidos	1.	2.
78c. Cegueira em um ou ambos os olhos	1.	2.
78d. Catarata	1.	2.
78e. Glaucoma	1.	2.
78f. Defeito da visão (miopia, astigmatismo, vista cansada, etc.)	1.	2.
78g. Descolamento de retina ou outro problema na retina	1.	2.
78h. Qualquer outro problema com os olhos	1.	2.
78i. Algum problema de fala	1.	2.

79. Nos últimos 12 meses, quais das situações abaixo você sofreu durante seu trabalho na Polícia?

	SIM	NÃO
79a. Lesões por atropelamento ou acidente com veículo motorizado	1.	2.
79b. Queimaduras por fogo ou químicas	1.	2.
79c. Explosão com lesões (combustíveis, bujão de gás, explosivos, fogos, bomba, granada, etc.)	1.	2.
79d. Envenenamento, intoxicação por gases ou fumaça	1.	2.
79e. Perfuração por arma de fogo	1.	2.
79f. Perfuração por arma branca	1.	2.
79g. Sofreu agressão física	1.	2.
79h. Sofreu agressão verbal	1.	2.
79i. Sofreu assédio ou agressão sexual	1.	2.
79j. Acidentes com animais usados no trabalho policial (cão, cavalo)	1.	2.
79k. Queda	1.	2.
79l. Acidente por desmoronamento	1.	2.
79m. Tentativa de suicídio	1.	2.
79n. Sofreu tentativa de homicídio	1.	2.
79o. Contaminação por bactérias ou outros microorganismos (risco biológico)	1.	2.

80. Em relação a lesões permanentes, quais das condições abaixo você apresenta?

	SIM	NÃO
80a. Algum dedo ou membro amputado	1.	2.
80b. Algum seio, rim ou pulmão retirado	1.	2.
80c. Alguma paralisia permanente de qualquer tipo	1.	2.
80d. Alguma deformidade permanente ou rigidez constante de	1.	2.

pé, perna ou coluna		
80e. Alguma deformidade permanente ou rigidez constante de dedo, mão ou braço	1.	2.
80f. Incapacidade para reter fezes ou urina	1.	2.
80g. Qualquer outra incapacidade	1.	2.

81. Alguma dessas lesões permanentes foi causada pelo trabalho policial?

1. SIM 2. NÃO 3. NÃO TENHO LESÕES PERMANENTES

82. Nos últimos 12 meses, você sofreu alguma incapacidade temporária decorrente de seu trabalho?

1. SIM. POR _____ DIAS OU _____ MESES 2. NÃO

83. Dos sintomas físicos e mentais abaixo, quais ocorrem com você atualmente?

	SIM	NÃO
83a. Tem dores de cabeça freqüentemente	1.	2.
83b. Tem falta de apetite	1.	2.
83c. Dorme mal	1.	2.
83d. Assusta-se com facilidade	1.	2.
83e. Tem tremores na mão	1.	2.
83f. Sente-se nervoso(a), tenso(a) ou agitado(a)	1.	2.
83g. Tem má digestão	1.	2.
83h. Tem dificuldade de pensar com clareza	1.	2.
83i. Tem se sentido triste ultimamente	1.	2.
83j. Tem chorado mais do que de costume	1.	2.
83k. Encontra dificuldade para realizar com satisfação suas atividades diárias	1.	2.
83l. Tem dificuldade para tomar decisões	1.	2.
83m. Tem dificuldade no serviço (seu trabalho é penoso, lhe causa sofrimento)	1.	2.
83n. É incapaz de desempenhar um papel útil em sua vida	1.	2.
83o. Tem perdido o interesse pelas coisas	1.	2.
83p. Você se sente uma pessoa inútil, sem préstimo	1.	2.
83q. Tem tido a idéia de acabar com a vida	1.	2.
83r. Tem sensações desagradáveis no estômago	1.	2.
83s. Sente-se cansado o tempo todo	1.	2.
83t. Você se cansa com facilidade	1.	2.

84. Para receber atendimento de saúde de rotina, como consultas e exames, o que você utiliza atualmente?

	SIM	NÃO
84a. Hospitais da Polícia civil	1.	2.
84b. Policlínicas da Polícia Civil	1.	2.
84c. Clínicas conveniadas da Polícia civil	1.	2.
84d. Serviço de associação policial civil	1.	2.
84e. Serviço de fisioterapia	1.	2.

- 84f. Serviço da rede pública de saúde 1. 2.
- 84g. Unidade Básica de Saúde 1. 2.
- 84h. Unidade Primária de Saúde 1. 2.
- 84i. Seu plano privado de saúde 1. 2.
- 84j. Serviço particular em que você paga pelo atendimento 1. 2.

85. Nos últimos 12 meses, quantas vezes você teve consulta médica nos serviços de saúde? (NÃO INCLUIR DENTISTA)

- 85a. Da própria PolíCIA 1. _____ VEZES 2. NENHUMA VEZ
- 85b. Fora da PolíCIA 1. _____ VEZES 2. NENHUMA VEZ

86. Na última vez em que você obteve uma consulta médica nos serviços de saúde da PolíCIA, quanto tempo demorou entre a marcação e a consulta?

1. MENOS DE 15 DIAS 3. DE 31 A 60 DIAS 5. NÃO PRECISEI DE CONSULTA MÉDICA
2. DE 15 A 30 DIAS 4. MAIS DE 60 DIAS

87. Nos últimos 12 meses, quais dos tratamentos e técnicas terapêuticas abaixo você utilizou?

- | | SIM | NÃO |
|---------------------------|-----|-----|
| 87a. Homeopatia | 1. | 2. |
| 87b. Acupuntura | 1. | 2. |
| 87c. Psicoterapia | 1. | 2. |
| 87d. Fisioterapia | 1. | 2. |
| 87e. Esclerose de varizes | 1. | 2. |

88. Há quanto tempo você fez um tratamento dentário?

1. HÁ MENOS DE 1 ANO 2. ENTRE 1 E 3 ANOS 3. HÁ MAIS DE 3 ANOS 4. NUNCA TRATEI

89. Há quanto tempo você fez um exame de vista?

1. HÁ MENOS DE 1 ANO 2. ENTRE 1 E 3 ANOS 3. HÁ MAIS DE 3 ANOS 4. NUNCA FIZ

90. Nos últimos 12 meses, quantas vezes você precisou ser atendido em um serviço de emergência?

- 90a. Em hospital da PolíCIA 1. _____ VEZES 2. NENHUMA VEZ
- 90b. Em hospital da rede pública 1. _____ VEZES 2. NENHUMA VEZ
- 90c. Em hospital da rede privada 1. _____ VEZES 2. NENHUMA VEZ

91. Nos últimos 12 meses, quantas vezes você foi internado (exceto em serviços de emergência)?

Atenção! Considere internação a sua permanência num hospital ou clínica, para observação médica, tratamento clínico ou cirúrgico ou exames diagnósticos.

- 91a. Em hospital/clínica da PolíCIA 1. _____ VEZES 2. NENHUMA VEZ
- 91b. Em hospital/clínica da rede pública 1. _____ VEZES 2. NENHUMA VEZ
- 91c. Em hospital/clínica da rede privada 1. _____ VEZES 2. NENHUMA VEZ

92. Nos últimos 12 meses, a quantas cirurgias você foi submetido?

1. FUI SUBMETIDO A _____ CIRURGIAS 2. NÃO FUI SUBMETIDO A NENHUMA CIRURGIA

93. Qual o seu grau de satisfação com os serviços de saúde da PolíCIA Civil que você já utilizou?

- | | | |
|---------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|
| 1. MUITO SATISFEITO | 3. NEM SATISFEITO, NEM INSATISFEITO | 5. MUITO INSATISFEITO |
| 2. SATISFEITO | 4. INSATISFEITO | 6. NUNCA USEI SERVIÇOS DA POLÍCIA |

BLOCO 5

O quinto e último bloco se refere ao consumo de substâncias.

94. **Você é ou já foi fumante?**

- | | |
|--|---|
| 1. NUNCA FUMEI | 3. FUMO REGULARMENTE |
| 2. PAREI DE FUMAR HÁ _____ ANOS OU _____ MESES | 4. FUMO EVENTUALMENTE (SOMENTE CIGARRO DE AMIGOS) |

95. **Com que idade você passou a fumar com regularidade?**

- | | | | |
|-------------------|---------------------|-----------------------------|----------------|
| 1. COM _____ ANOS | 2. NÃO SEI INFORMAR | 3. NUNCA FUMEI REGULARMENTE | 4. NUNCA FUMEI |
|-------------------|---------------------|-----------------------------|----------------|

96. **De um mês para cá, você fumou algum cigarro?**

- | | | | |
|----------------------------------|------------------------------|-----------------------------|--------|
| 1. SIM, FUMEI EM 20 DIAS OU MAIS | 2. SIM, FUMEI DE 6 A 19 DIAS | 3. SIM, FUMEI DE 1 A 5 DIAS | 4. NÃO |
|----------------------------------|------------------------------|-----------------------------|--------|

97. **Quantos cigarros você fuma ou fumava, em média, por dia?**

- | | | |
|--------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| 1. MAIS DE 20 CIGARROS POR DIA | 3. DE 1 A 10 CIGARROS POR DIA | 5. NUNCA FUMEI REGULARMENTE |
| 2. DE 11 A 20 CIGARROS POR DIA | 4. NÃO SEI INFORMAR | 6. NUNCA FUMEI |

98. **Com que frequência você toma bebidas alcoólicas (cerveja, chopp, vinho, pinga, "caipirinha", aperitivos, sidra, etc.)?**

- | | |
|---|---------------------------------------|
| 1. DIARIAMENTE OU QUASE TODO DIA (4 OU MAIS VEZES POR SEMANA) | 4. RARAMENTE (MENOS DE 1 VEZ POR MÊS) |
| 2. PELO MENOS 1 VEZ POR SEMANA | 5. PAREI DE BEBER |
| 3. OCASIONALMENTE (PELO MENOS 1 VEZ POR MÊS) | 6. NUNCA TOMEI BEBIDA ALCOÓLICA |

99. **De um mês para cá, você tomou alguma bebida alcoólica?**

- | | | | |
|---------------------------------|-----------------------------|----------------------------|--------|
| 1. SIM, BEBI EM 20 DIAS OU MAIS | 2. SIM, BEBI DE 6 A 19 DIAS | 3. SIM, BEBI DE 1 A 5 DIAS | 4. NÃO |
|---------------------------------|-----------------------------|----------------------------|--------|

100. **Qual o tipo de bebida alcoólica que você costuma TOMAR COM MAIS FREQUÊNCIA?** (citar apenas uma)

- | | | |
|-------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| 1. CERVEJA OU CHOPP | 4. SIDRA OU CHAMPANHE | 6. OUTRO. QUAL? _____ |
| 2. PINGA, UÍSQUE, VODKA OU CONHAQUE | 5. VINHO | 7. NÃO COSTUMO BEBER |
| 3. LICOR | | |

A figura abaixo mostra que as diferentes bebidas têm uma concentração de álcool diferente e em geral são servidas em copos de tamanhos variados. Você deve responder à questão seguinte levando em conta que:

1 dose significa



101. **Quantas doses você costuma beber de cada vez?**

- | | |
|------------------------------|----------------------|
| 1. COSTUMO BEBER _____ DOSES | 2. NÃO COSTUMO BEBER |
|------------------------------|----------------------|

102. De um mês para cá, você tomou alguma bebida alcoólica até se embriagar ("porre")?

- | | |
|---------------------------------------|----------------------------------|
| 1. SIM, BEBI ASSIM EM 20 DIAS OU MAIS | 3. SIM, BEBI ASSIM DE 1 A 5 DIAS |
| 2. SIM, BEBI ASSIM DE 6 A 19 DIAS | 4. NÃO |

103. Nos últimos 12 meses, você utilizou alguma das seguintes substâncias?

	SIM	NÃO
103a. Remédio para emagrecer ou ficar acordado (HIPOFAGIN, MODEREX, GLUCOENERGAN, INIBEX, DESOBESI, REACTIVAN, PERVITIN, DASTEN, ISOMERID, MODERINE, DUALID OU PRELUDIN, ETC. Não vale adoçante ou chá.)	1.	2.
103b. Substância para sentir barato (LANÇA-PERFUME, LOLÓ, COLA, GASOLINA, BENZINA, ACETONA, REMOVEDOR DE TINTA, THINNER, ÁGUA-RAZ, ÉTER, ESMALTE, TINTA, ARTANE, ASMOSTERONA, BENTYL, AKINETON OU CHÁ DE LÍRIO, DOLANTINA, MEPERIDINA, DEMEROL, ALGAFAN, TYLEX, HEROÍNA, MORFINA, ÓPIO, PAMBENYL, SETUX, TUSSIFLEX, GOTAS BINELLI, SILENTÓS, BELACODID OU ERITÓS, ETC.)	1.	2.
103c. Maconha	1.	2.
103d. Tranqüilizante, ansiolítico, calmante ou antidistônico (DIAZEPAN, DIENPAX, LORIUM, LORAX, ROHYPNOL, PSICOSEDIN, SOMALIUM OU LEXOTAN, ETC.)	1.	2.
103e. Sedativo ou barbitúrico (OPTALIDON, FLORINAL, GARDENAL, TONOPAN, NEMBUTAL, COMITAL OU PENTONAL, ETC.)	1.	2.
103f. Anabolizante para aumentar a musculatura (bomba) ou dar força	1.	2.
103g. Cocaína, crack ou pasta de coca	1.	2.

104. Das substâncias citadas neste questionário, você já usou alguma injetando na veia (pico)?

- | | |
|---------------------|--------|
| 1. SIM. QUAL? _____ | 2. NÃO |
|---------------------|--------|

105. Depois de beber ou usar qualquer tipo de substância, você já:

	SIM	NÃO
105a. Teve problema com a família	1.	2.
105b. Teve problema de saúde	1.	2.
105c. Teve dificuldade na relação sexual	1.	2.
105d. Deixou de usar preservativo/camisinha nas relações sexuais	1.	2.
105e. Teve problema emocional / "crise nervosa"	1.	2.
105f. Teve problema de agressividade	1.	2.
105g. Se envolveu em acidentes no trânsito (atropelamentos, colisão, etc.)	1.	2.
105h. Teve problema no trabalho	1.	2.
105i. Faltou ao trabalho	1.	2.

106. Você já precisou ingerir bebida alcoólica ou outra substância em decorrência do estresse gerado pela atividade policial?

- | | | | |
|-------------------|-------------|--------------|----------|
| 1. FREQUENTEMENTE | 2. ÀS VEZES | 3. RARAMENTE | 4. NUNCA |
|-------------------|-------------|--------------|----------|

107. Você já tentou parar de usar álcool ou outra substância?

	VERDADEIRO	FALSO
107a. Por conta própria	1.	2.
107b. Em grupos de auto-ajuda como Alcoólicos Anônimos ou Narcóticos Anônimos	1.	2.

107c. Com ajuda de religião ou seita	1.	2.
107d. Com médico / psicólogo / assistente social	1.	2.
107e. Em hospital de emergência / desintoxicação	1.	2.
107f. Nunca tentei parar	1.	2.
107g. Nunca usei álcool ou outra substância	1.	2.

ANEXO 3

Grupo Focal

- 1) Na concepção de vocês o que é ser policial? (explorar o ser policial no interior)
- 2) Vocês acham que a profissão de vocês afeta a sua saúde? De que forma?
- 3) O trabalho que vocês realizam gera riscos?
- 4) Que tipos de riscos?
- 5) Que estratégia vocês utilizam para lidar com esses riscos?
- 6) Correr risco é apenas negativo? (não sei se essa é a melhor forma de perguntar)
- 7) Como a sociedade vê o trabalho que vocês realizam?
- 8) E a Polícia Civil, como vê o trabalho do policial do interior?

Anexo 3

ENTREVISTA COM DELEGADOS

1. Quais são, na sua opinião, os principais problemas de saúde dos profissionais que trabalham nesta delegacia?
2. Na sua opinião como estão as condições de trabalho nesta unidade?
3. Quais são os principais problemas que os policiais enfrentam para realizar o trabalho deles?
4. Na sua opinião, o trabalho realizado nesta delegacia gera estresse nos policiais? Como?
5. Você acha que as atividades realizadas representam risco para os profissionais?
6. Que tipo de risco?
7. Como esses profissionais lidam com esses riscos?
8. O senhor identifica alguma diferença entre o trabalho de um Policial da Capital e do Interior? (é diferente ser policial em uma grande cidade e ser policial no interior)
9. O que a Polícia Civil poderia fazer para melhorar as condições de trabalho das delegacias?
10. O que você, como gestor, poderia fazer para melhorar as condições de trabalho na sua unidade?
11. Como a sociedade Campista vê o policial?
12. Como a Polícia Civil vê as delegacias do interior?

ANEXO 4

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ
Escola Nacional de Saúde Pública
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa *Risco e Saúde: Tais como vividos e Percebidos pelos Policiais Cíveis de Campos dos Goytacazes*. Todos os Policiais Cíveis desta Unidade serão convidados e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Os objetivos deste estudo é investigar a percepção de riscos decorrentes das condições de trabalho e sua relação com a saúde dos policiais.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder um questionário que aborda questões sobre processo de trabalho e saúde.

Não há riscos relacionados com sua participação.

O benefício relacionado com a sua participação é o de poder estar se posicionando frente as suas condições de trabalho e saúde.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Nome e assinatura do pesquisador

Patrícia Constantino Contato: 22 99020061

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Sujeito da pesquisa